

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS

1ª VICE-PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ

2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO MOZART

3º VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA

1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL

2º SECRETÁRIO

MASAMY EDA

CORREGEDOR GERAL

DHIEGO COELHO

3º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA

4º SECRETÁRIO

JORGE EVERTON

OUIDOR GERAL

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015*, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

- Superintendência Legislativa

Decreto Legislativo nº 032/2017 02

Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2017 03

Resolução nº 011/2017 03

Projetos de Resolução Legislativa nº 002, 004 e 005/2017 03

Ata da 2575ª Sessão Ordinária - Sucinta 07

Ata da 2575ª Sessão Ordinária - Íntegra 08

Atas da CPI do Sistema Prisional 10

Comissão Especial Interna - Resol. nº 036/2016 34

Comissão Especial Interna - Resol. nº 035/2016 35

Comissão Especial Interna - Resol. nº 033/2016 35

- Superintendência Administrativa

Resoluções nº 100 a 102/2017 036

CPL - Pregao Presencial nº 007/2017 036

CPL - Pregao Presencial nº 008/2017 036

- Superintendência de Gestão de Pessoas

Resoluções nº 2215 a 2249/2017 036

SUMÁRIO

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DECRETO LEGISLATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 032/2016

Concede a Comenda Orgulho de Roraima aos esportistas e atletas que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É concedida a Comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa nº 010/09, de 08 de abril de 2009, aos esportistas listados no Anexo Único deste Decreto e dá outras providências.

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão Solene de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art.3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 26 de dezembro de 2016.

Deputado Estadual **JALSER RENIER**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 032/2016
 ANEXO ÚNICO**
I. Stanley Pacheco:

- Modalidade: Futebol;
- Categoria: Profissional;
- Principais títulos: Campeão invicto pelo Baré 2006, artilheiro da competição do ano. Campeão Roraimense pelo Rio Negro em 2001, artilheiro da competição com 16 gols e eleito melhor atacante do ano. Possui títulos em natação (1989 e 1990), basquete (1990 a 1996) e nestes seis anos eleito melhor atleta e cestinha. Futsal (1997 a 1999). Motocross (2001 e 2009) e bicicros (2007);

II. Lucas Daniel Silva Barbosa:

- Modalidade: Jiu Jitsu;
- Categoria: Meio-Pesado (88kg);
- Principais Títulos: Campeão Mundial No-Gi 2016, Campeão Mundial 2015, Campeão World Pro Abu Dhabi 2015, Campeão Brasileiro 2014, Bicampeão Brasileiro No-Gi 2012/2013, Campeão Sul-americano 2014, Bicampeão Rio Fall Open 2015;

III. Pascoal Magalhães Duarte:

- Modalidade: Jiu Jitsu;
- Categoria: Faixa Coral 7 Graus, diplomado pela Confederação Brasileira de Jiu Jitsu e pela Internacional Brazilian Jiu Jitsu;
- Principais títulos: Bicampeão Pan Americano 1997 e 1998 e 5 vezes campeão Carioca na década de 80;

IV. Fafa Pereira:

- Modalidade: jiu-jitsu;
- Categoria: faixa preta;
- Principais títulos: Campeã Mundial de Jiu-Jitsu (CBJJ) – 2009/2010/2011/2015/2016. Campeã Panamericana de Jiu-Jitsu(CBJJE) - 2009/2010. Campeã Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ) 2009/2010/2011/2015/2016;

V. Adail Aranha:

- Modalidade: jiu-jitsu;
- Categoria: meio pesado faixa preta;
- Principais títulos: campeão amazonense 2015, melhor atleta de 2015 pela Federação de Jiu-Jitsu;

VI. Aduino Andrade Martins:

- Modalidade: Karatê;
- Categoria: Faixa preta 5º Dan de Karatê;
- Principais Títulos: Prata Mundial do Japão 2006, bronze no Mundial da Grécia 2009 e bronze no último mundial na Indonésia 2016;

VII. Waldisio Jr, Glenn Linhares, Tatu Alcemir, Daniel Soares e João Miguel Kimak Júnior:

- Principal Título: **Campeonato** Latino-Americano de Formações em Queda Livre 2013;

VIII. João Henrique Ghirotti Faria:

- Modalidade Handebol;
- Categoria: Adulto e Juvenil;
- Principais Títulos: Campeão dos Jogos regionais do estado de São Paulo 2016 (Categoria Adulto) Campeão da fase regional dos jogos abertos da juventude 2015/2016 (categoria Juvenil);

IX. Rafael Augusto Lucena de Souza:

- Modalidade: Kart;
- Categoria: Pro 400 Endurance;
- Principais Títulos: campeão 2016 da Copa VB Fiamoncini Pro 400 (Brasília DF) e participações com pódios em competições em MG e DF na Copa Brasília de Kart Endurance e Challenge RBC. Participações em competições em SP e na famosa 6 horas de kart de Brasília. Competindo profissionalmente desde de 2014;

X. Karolina Marreiro:

- Modalidade: Fisiculturismo;
- Categoria: Fitness;
- Principais Títulos: campeã Miss Universe Fitness Estados Unidos (2016);

XI. Iane Lira:

- Modalidade: Fisiculturismo;
- Categoria: Atleta Wellness ;
- Principais Títulos: Musa Fitness e Campeã do Arnold Classic e Bi-Campeã Brasileira (2105 e 2016) e Vice Campeã 2016 do Arnold Classic;

XII. Danillo Rodrigues de Brito:

- Modalidade: Judô;
- Categoria: sub 15, -44kg;
- Principais Títulos: Bronze no US Open 2015, Bronze Copa Rio, Internacional 2015, Ouro Copa Internacional Cidade de Fortaleza 2015 e Ouro Us Open 2016;

XIII. Andressa Marques Silva:

- Modalidade: Boxe;
- Categoria: Juvenil e Adulto;
- Principais Títulos: bronze no Campeonato Brasileiro 2014 - Campo Grande (juvenil), prata no Campeonato Brasileiro de Boxe 2015 - Blumenau (juvenil) e bronze no Campeonato Brasileiro 2016 - Cuiabá (adulto);

XIV. Ronald Marques Silva:

- Modalidade: Boxe;
- Categoria: Mosca ligeiro 48kg;
- Principais Títulos: 5º lugar no Campeonato Brasileiro 2014 - Campo Grande, 1º lugar no Campeonato Brasileiro de Boxe 2016 – Cuiabá. 1º do ranking nacional o que lhe garantiu vaga para seleção olímpica de boxe;

XV. Flávia Soares Braga Cantanhede:

- Modalidade: Natação;
- Categoria: Senior;
- Principais Títulos: 6º lugar no campeonato Brasileiro Junior (2012), campeã Norte/Nordeste de 2013 e 2014 e vice-campeã Norte/Nordeste 2016;

- XVI. Aristides Lucena Junior:**
- Modalidade: Judô;
 - Categoria: sub 18 -50kg;
 - Principais Títulos: campeão brasileiro sub 18 2016. Campeão Pan-Americano e Sul-Americano 2016. No ranking mundial da categoria é o 9º do mundo;
- XVII. Deyvisson Deluan Cesar de Souza:**
- Modalidade: Atletismo;
 - Categoria: 100m rasos;
 - Principais Títulos: terceiro colocado no Campeonato Brasileiro Caixa sub 20;

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/17

Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Dr. Antonio Leocádio Vasconcelos Filho.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao **Dr. Antonio Leocádio Vasconcelos Filho** o Título de **Cidadão Benemérito do Estado de Roraima**, nos termos da Lei Estadual nº 061, de 13 de janeiro de 1994, alterada pela Lei nº 303/01.

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega do Título constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de março de 2017.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **JOAQUIM RUIZ**

RESOLUÇÃO DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 011/17

Cria a Comissão Especial Interna para analisar e emitir parecer aos Projetos de Resolução Legislativa nº 004/17, 005/17, Projeto de Lei nº 014/17 e Proposta de Moção nº 002/17.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 31, *caput*, e art. 33, IX, da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, "j", e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica Criada a Comissão Especial Interna para analisar e emitir parecer aos **Projetos de Resolução Legislativa nº 004/17, 005/17, Projeto de Lei nº 014/17 e Proposta de Moção de Aplausos nº 002/17**, composta pelos seguintes Parlamentares:

- **Joaquim Ruiz;**
- **Coronel Chagas;**
- **George Melo;**
- **Soldado Sampaio;**
- **Mecias de Jesus;**
- **Evangelista Siqueira.**

Art. 2º -A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

Deputado **IZAIAS MAIA**

4º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/17

Altera-se o disposto no § 2º do Art. 34 do Regimento Interno deste Poder e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os arts. 20, inciso V, art. 23, inciso VI, alínea "j", art. 157 e art. 191, inciso V, todos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º- Altera-se a redação disposta no § 2º do Art. 34 do Regimento Interno deste Poder, que passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 34 -

§ 1º -

§ 2º - É vedado aos Deputados serem membros efetivos em mais de seis Comissões, ressalvadas às temporárias.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 80 de março de 2017.

Dep. **JALSER RENIER**

Vice-Presidente

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/17

Regulamenta a jornada de trabalho e o registro de frequência e institui o sistema de ponto eletrônico e de banco de horas dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 20, da Resolução Legislativa nº 11/1992, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Considerando o disposto no art. 19 da Lei Complementar Estadual nº 053/01, segundo o qual o servidor cumprirá jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes ao respectivo cargo, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios para a uniformização e o acompanhamento e registro, pela Superintendência de Gestão Pessoas - SGP, da frequência de servidores nas diversas unidades deste Órgão; e

Considerando os princípios da hierarquia, subordinação, eficiência, legalidade, razoabilidade e transparência no trato do serviço público, os quais devem sempre reger os atos da Administração;

R E S O L V E:

CAPÍTULO I

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima será de 06 (seis) horas diárias, de forma ininterrupta, de segunda à sexta-feira, perfazendo 30 (trinta) horas semanais, ressalvados os casos disciplinados em legislação específica.

§ 1º O período regular para cumprimento da jornada de trabalho mencionada no *caput* deste artigo está compreendido entre 7h30min e 19h30min, observado o disposto nesta Resolução.

§ 2º O expediente dos servidores será cumprido, ordinariamente, conforme a seguinte escala:

I – turno I: das 7h30min às 13h30min;

II – turno II: das 13h30min às 19h30min.

§ 3º Excetuam-se dessa jornada de trabalho os servidores médicos e os estagiários, que cumprirão, ordinariamente, jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, de forma ininterrupta, de segunda à sexta-feira, perfazendo 20 (vinte) horas semanais.

§ 4º Poderão ser estabelecidas escalas individuais de horário diversa das fixadas nos parágrafos anteriores, obedecendo-se a jornada de trabalho de acordo com necessidade do serviço, mediante negociação entre o servidor e o chefe imediato e o deferimento do Superintendente-Geral, respeitado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º. É permitida a concessão de jornada especial de trabalho,

mediante solicitação e aprovação do Superintendente-Geral:

I – ao servidor estudante, até sua primeira graduação, mediante comprovação formal escolar, quando não houver qualquer possibilidade do curso ser realizado fora do horário de expediente, com a devida compensação de horário;

II – ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade pelo Médico Oficial do ALERR e/ou por Junta Médica Oficial, independentemente de compensação de horário;

Parágrafo único. As disposições do inciso II deste artigo são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma desta Resolução e do artigo 91, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 053/01 e suas alterações.

Art. 3º Ao servidor que seja responsável legal e cuida diretamente de pessoa com deficiência ou idoso que, comprovadamente, necessita de assistência permanente, independentemente de estar sobre tratamento terapêutico, terá a redução de 50% de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, na forma do artigo 27-A, §§ 1º ao 3º, da Constituição do Estado de Roraima.

Parágrafo Único. O benefício de que trata este artigo será deferido pelo Superintendente-Geral mediante requerimento instruído com a comprovação de que o servidor é o responsável legal e cuida diretamente de pessoa idosa ou com deficiência física, que seja dependente nos aspectos sociais, educacionais e econômicos.

CAPÍTULO II DO REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Seção I DA INSTITUIÇÃO DO PONTO ELETRÔNICO

Art. 4º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o Registro Biométrico de Ponto como modalidade de controle de frequência dos servidores efetivos, comissionados, cedidos, removidos e requisitados, bem como dos estagiários, por intermédio de sistema informatizado e relógio de ponto biométrico.

Art. 5º Aplicam-se às unidades do interior do Estado e naquelas que se localizam fora da sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima na Capital as normas estabelecidas nesta Resolução, excetuando-se quando indisponível o registro eletrônico de frequência.

§ 1º No caso de impossibilidade de registro eletrônico de frequência, esta será computada, por outro sistema que atenda às peculiaridades de cada unidade ou servidor, ou, excepcionalmente, mediante o registro em folha individual de frequência, no qual deverá constar a ciência da chefia imediata e as informações das ocorrências verificadas.

§ 2º Cabe à Gerência de Desenvolvimento de Sistemas informar à Superintendência de Gestão de Pessoas os servidores cujas informações biométricas não podem ser coletadas em níveis satisfatórios.

§ 3º Nos casos de impossibilidade de registro eletrônico em decorrência de problemas tecnológicos, estes somente serão reconhecidos mediante a confirmação do defeito ou falha atestada pela Gerência de Desenvolvimento de Sistemas.

Art. 6º A utilização indevida do registro do ponto eletrônico, apurada mediante processo disciplinar de que trata o artigo 142, da Lei Complementar Estadual nº 053/01, acarretará ao infrator e ao beneficiário, a penalidade de demissão, com fundamento no art. 126, IV, da mesma Lei, combinado com o art. 11, *caput*, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da responsabilização civil e criminalmente.

Seção II DO BANCO DE HORAS

Art. 7º O controle de frequência por meio de ponto eletrônico possibilitará a estruturação de banco de horas em que ficarão registrados os créditos e os débitos de jornada diária, semanal e mensal, possibilitando compensações recíprocas.

Art. 8º O tempo de serviço realizado fora do período regular para cumprimento da jornada de trabalho, conforme estabelecido no art. 1º desta Resolução será registrado como crédito e somente será permitido se houver interesse da Administração, para atender às situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas pela chefia imediata.

Art. 9º Ao final do mês, havendo saldo de crédito ou débito de horas, poderá ser concedido ao servidor o direito de usufruí-lo, ou compensá-lo, até o último dia do 2º (segundo) mês subsequente ao do cômputo do crédito ou débito, devendo o período de usufruto ser previamente solicitado por escrito e autorizado pela chefia imediata, observada a conveniência para o serviço, sendo necessário o envio da documentação à Superintendência de Gestão de Pessoas para fins de registro e arquivamento nos assentos funcionais.

Parágrafo único. O prazo para compensação de horas previsto no *caput* deste artigo é fatal e improrrogável, salvo por extrema necessidade atestada pelo chefe imediato, limitando-se neste caso a 16 (dezesesseis) horas.

Art. 10. O servidor, sendo ou não detentor de crédito no banco de horas, não poderá se ausentar ou faltar ao serviço sem prévia autorização do chefe imediato, sob pena de configurar falta injustificada.

Art. 11. É vedada a utilização de saldo de férias para compensação de jornada não trabalhada.

Art. 12. As horas de trabalho acumuladas somente sairão efeito para fins de usufruto do crédito através do banco de horas a ser compensado antes do ato de exoneração, não havendo pagamento pecuniário em qualquer hipótese.

Art. 13. O tempo de serviço que exceder a jornada, poderá ser convertido em folga compensatória, conforme a seguinte disposição:

I – nos dias úteis, no horário compreendido entre 06h às 20h, na proporção de 01h (uma hora) por cada hora trabalhada;

II – nos dias úteis, no horário compreendido entre 20h01min às 06h, na proporção de 02h (duas horas) por cada hora trabalhada;

III – nos dias não úteis, sábados, domingos e feriados, sob convocação, na proporção de 02h (duas horas) por cada hora trabalhada.

Parágrafo único. Para cada somatória de 08 (oito) horas, conforme o previsto nos incisos I a III deste artigo, será concedido 01 (um) dia de folga compensatória.

Art. 14. O sistema de gestão do ponto eletrônico disponibilizará consulta sobre os registros de entradas, saídas, créditos e débitos de horas de cada servidor, servindo também de ferramenta gerencial para as chefias.

Art. 15. O disposto nos artigos da Seção I e da Seção II, do Capítulo II, desta Resolução não se aplica:

I – aos profissionais de saúde;

II – aos estagiários, salvo nos casos de compensação de horário;

III – aos servidores ocupantes de cargos de Superintendente-Geral (CA-1), Superintendente (CA-2), Superintendente Legislativo Adjunto (CA-3), Diretor (CA-4), Diretor da ESCOLEGIS (EL-2), Diretor do PROCON (CP-2), Controlador-Geral (CB-1), Controlador-Geral Adjunto (CB-2), Presidente da CPL (CL-1), Chefe de Gabinete da Presidência (CGP) e Coordenador do Gabinete Militar (CM-8);

IV – aos servidores ocupantes de cargos de assessoramento jurídico de Consultor-Geral (CJ-1), Consultor-Geral Adjunto (CJ-2), Consultor Administrativo (CJ-3), Consultor Legislativo (CJ-4), Consultor Contencioso (CJ-5), Consultor Jurídico (CJ-6), Advogado (NS), Consultor Jurídico CG (CG-2), Diretor Jurídico da ESCOLEGIS (EL-3) e Consultor Jurídico do PROCON (CP-4);

V – aos servidores ocupantes dos cargos de assessoramento militar (CM-9 a CM-13);

VI – aos servidores ocupantes dos cargos de assessoramento parlamentar (FS-1 a FS-10, FSR-1 e FSR-2) lotados nos gabinetes parlamentares.

§ 1º Em razão da natureza do cargo e de suas atribuições, os servidores ocupantes dos cargos de direção previstos no inciso III e os de assessoramento referido no inciso IV podem ser convocados para o trabalho fora do horário do cumprimento da jornada de trabalho, sempre que houver interesse da administração ou necessidade do serviço, sem que se caracterize trabalho extraordinário.

§ 2º Em razão da natureza do cargo e de suas atribuições, os servidores ocupantes dos cargos de assessoramento militar previstos no inciso V obedecerão ao regime de escala a ser fixado pelo Gabinete Militar;

§ 3º Em razão da natureza do cargo e de suas atribuições, os servidores ocupantes dos cargos de assessoramento parlamentar previstos no inciso VI obedecerão à jornada de trabalho fixada pelo respectivo Gabinete Parlamentar, cujo controle será de inteira responsabilidade do Deputado titular, a quem caberá o envio da frequência individual diária por comunicação mensal à Superintendência de Gestão de Pessoas.

Seção III DAS COMPENSAÇÕES

Art. 16. Havendo atrasos e/ou saídas antecipadas, que não causarem prejuízo ao serviço e não se revelarem conduta habitual, assim atestadas pela chefia imediata, poderão ser compensadas.

§ 1º Para efeito de crédito no banco de horas serão considerados somente os registros efetuados com até 30 (trinta) minutos antecipados nas entradas ou postergados nas saídas, após validação da chefia imediata.

§ 2º Para efeito de compensação automática com banco de horas serão considerados somente os registros efetuados com até 30 (trinta) minutos de atraso nas entradas ou antecipados nas saídas, no mesmo dia.

Art. 17. Fica estabelecido o limite máximo de 16 (dezesesseis) horas [960 minutos] como saldo, positivo ou negativo, a ser apurado ao final do mês, para fins de compensação.

§ 1º O saldo negativo de horas/minutos superior ao limite estabelecido no *caput* deste artigo, será objeto de desconto em folha de pagamento no mês subsequente ao mês apurado.

§ 2º A compensação de carga horária positiva deverá acontecer em dias úteis e, compulsoriamente, quando se atingir o limite máximo de 32 (trinta e duas) horas [1.920 minutos].

Art. 18. Somente será permitido exceder o horário de trabalho regular, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada de trabalho e obedecido os limites fixados no artigo anterior.

Art. 19. A compensação de horas dos estagiários, decorrentes de atrasos e/ou saídas antecipadas que não causarem prejuízo ao serviço e não se revelarem conduta habitual, assim atestadas pela chefia imediata, deverá ocorrer até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência.

Seção IV DAS FALTAS

Art. 20. As faltas dos servidores serão classificadas como:

I – legalmente previstas, quando o motivo da ausência estiver previsto em lei ou regulamento, conforme comprovação apresentada pelo servidor, sem compensação;

II – compensadas, quando o motivo da ausência for comunicado pelo servidor, desde que tenha sido aceito pela chefia imediata e o saldo negativo registrado no banco de horas para compensação;

III – injustificadas, quando o motivo da ausência não for comunicado pelo servidor ou quando comunicado, não tenha sido aceito pela chefia imediata, e o saldo negativo será enviado para desconto em folha de pagamento.

Art. 21. A documentação necessária à comprovação de licenças e afastamentos, previstos em lei, deverá ser entregue ao chefe imediato, que, tomando a devida ciência, a encaminhará à Superintendência de Gestão de Pessoas, responsável pelas providências necessárias para o lançamento da ocorrência na folha de frequência do servidor.

§ 1º No caso de atestado médico apresentado pelo servidor, caberá à Superintendência de Gestão de Pessoas:

I – em sendo o afastamento não superior a 05 (cinco) dias, lançá-lo na folha de frequência do servidor;

II – em sendo o afastamento superior a 05 (cinco) dias e inferior a 30 (trinta) dias, remetê-lo ao Núcleo de Serviço Médico da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para homologação e posterior lançamento na ficha de frequência do servidor;

III – em sendo o afastamento superior a 30 (trinta) dias, encaminhá-lo à Junta Médica para homologação e posterior lançamento na ficha de frequência do servidor e demais providências cabíveis;

§ 2º Quando o servidor necessitar ausentar-se do trabalho por motivo de realização de perícia médica pela Junta Médica, consulta médica pessoal e de dependentes legais ou realização de exames deverá apresentar declaração de comparecimento em nome próprio, a qual, com a ciência do chefe imediato, será encaminhada à Superintendência de Gestão de Pessoas para justificativa no ponto.

§ 3º Caso o médico forneça documento diverso da declaração de comparecimento, é essencial que o servidor anexe informação declarando que o documento se refere à comprovação de comparecimento em consulta médica e/ou realização de exames, contendo sua assinatura e ciência do chefe imediato, procedimento que é imprescindível para que não se configure licença médica, com abertura de processo na forma do § 1º.

§ 4º O servidor que participar de cursos, treinamentos e congressos, deverá obrigatoriamente efetuar as justificativas no ponto eletrônico, referente aos dias e horários de participação, com a ciência da chefia imediata, abonando-se os dias constantes do prazo estabelecido na resolução autorizativa de afastamento.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES

Seção I DO SERVIDOR

Art. 22. O registro de ingresso e saída do servidor em sua sede de lotação é obrigatório, devendo para fins de frequência e utilização do banco de horas ser feito diariamente pelos servidores no início e no término de cada turno de trabalho, respeitados os horários de trabalho e intervalos estabelecidos no art. 1º desta Resolução, definidos pela chefia imediata.

§ 1º Será obrigatório o uso de ponto biométrico ou outro sistema eletrônico para fins de registro de ingresso e saída em sua sede de lotação, aos servidores efetivos, comissionados, cedidos, requisitados, removidos e estagiários.

§ 2º Os ocupantes dos cargos previstos nos incisos III e VI do art. 15 desta Resolução não estão sujeitos ao controle de frequência eletrônico e ao banco de horas em razão da natureza do cargo e de suas atribuições.

§ 3º O Superintendente-Geral, poderá, por necessidade de

serviço, isentar outros servidores do controle de frequência de ponto eletrônico.

Art. 23. O servidor tem até o 2º dia útil do mês subsequente para efetuar todas as justificativas pendentes, que será analisada pelo chefe imediato até o 5º (quinto) dia útil. Caso a justificativa não seja analisada em tempo hábil, a ausência será considerada falta e encaminhada para desconto em folha de pagamento.

Art. 24. Compete ao servidor, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o registro de sua frequência.

Art. 25. O sistema do ponto eletrônico permitirá ao servidor visualizar sua frequência diária, o que possibilitará a regularização prévia de possíveis registros contrários, devendo suas justificativas serem validadas pelo responsável.

Art. 26. Nenhum servidor poderá afastar-se da Instituição durante o horário normal de trabalho, sob pena de ser considerado ausente, salvo, excepcionalmente, por motivo devidamente justificado e previamente autorizado pelo chefe imediato.

§ 1º O servidor que estiver em viagem institucional, terá sua frequência justificada mediante portaria, que será lançada pela Superintendência de Gestão de Pessoas após publicação;

§ 2º O servidor que precisar se ausentar por motivo de perícia médica, consulta médica pessoal e/ou consulta médica para seus dependentes legais, não precisará compensar o horário em que estiver ausente, desde que apresente documento comprobatório para ciência do chefe imediato e posterior envio à Superintendência de Gestão de Pessoas, observando o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 21.

Art. 27. São responsabilidades do servidor:

I – fazer as justificativas até o 2º dia útil do mês subsequente, que será analisada pelo chefe imediato até o 5º (quinto) dia útil. Caso a justificativa não seja analisada em tempo hábil, a ausência será considerada falta e encaminhada para desconto em folha de pagamento;

II – o controle diário de sua frequência, responsabilizando-se por sua jornada regulamentar;

III – registrar, diariamente, por meio da leitura de sua impressão digital, os movimentos de entrada e saída;

IV – apresentar motivação para suas ausências ao serviço, de forma a não caracterizar falta injustificada;

V – apresentar à chefia imediata documentos que justifiquem as eventuais ausências amparadas por disposições legais;

VI – comparecer, quando convocado, à Superintendência de Gestão de Pessoas ou Gerência de Desenvolvimento de Sistemas para o cadastramento das imagens digitais;

VII – validar a frequência ao final de cada mês;

VIII – comunicar imediatamente ao chefe imediato quaisquer problemas na leitura biométrica.

Art. 28. Aplica-se o disposto dos artigos 22 ao 27, no que couber, aos estagiários.

Seção II DO CHEFE IMEDIATO

Art. 29. É da estrita competência da chefia imediata orientar os servidores para a fiel utilização do sistema de gerenciamento de jornada, controlar e apurar o cumprimento da jornada de trabalho, cabendo-lhe adotar todas as medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento das normas disciplinadoras da matéria.

Parágrafo único. Considera-se chefia imediata, para efeito desta Resolução, os titulares das unidades administrativas integrantes do organograma da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme Resolução Legislativa 009/11, ou os diretores e chefes indicados por resolução/portaria interna da Superintendência Geral encaminhada à Superintendência de Gestão de Pessoas.

Art. 30. O responsável pela validação do registro de ponto do servidor, fiscalizará as compensações em caso de atrasos e ausências justificadas do servidor, conforme previsto nesta Resolução.

Art. 31. A chefia imediata deverá validar a frequência dos servidores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. A não validação do ponto pela chefia imediata implicará em desconto, nos termos do art. 40, da Lei Complementar Estadual nº 053/01.

Art. 32. Compete exclusivamente ao chefe imediato, de forma criteriosa analisar as justificativas registradas pelos servidores, aceitando-as ou não, no prazo máximo estabelecido no art. 23 desta Resolução, solicitando a devida comprovação, conforme estabelecido no artigo 21, desta Resolução, que deverá ser encaminhada devidamente cientificada pela chefia imediata, à Superintendência de Gestão de Pessoas, para registro e arquivamento em seus assentos funcionais.

Parágrafo único. O aceite das justificativas contendo motivos

não previstos em lei ou nesta Resolução é de inteira responsabilidade da chefia imediata.

Art. 33. É responsabilidade da chefia imediata acompanhar na frequência do servidor as ocorrências de afastamento de sua competência, tais como: licenças, férias, justificativas de viagens a serviço, serviços externos, compensações, comparecimento a congressos, conferências ou similares, entre outras.

Art. 34. Também, é de responsabilidade da chefia imediata fechar a frequência dos estagiários até o 3º (terceiro) dia útil após o dia 24 (vinte e quatro) de cada mês.

Art. 35. Caso o chefe imediato esteja impossibilitado de cumprir com o estabelecido nesta Seção, deverá ser designado substituto, nos termos do parágrafo único do art. 29 desta Resolução.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A verificação dos aspectos de assiduidade e de pontualidade, no âmbito das avaliações de estágio probatório e progressão funcional, nos termos dos normativos específicos, devem observar, no que couber, o contido nesta Resolução.

Art. 37. Compete à Superintendência de Gestão de Pessoas promover a gestão do sistema com apoio da Gerencia de Desenvolvimento de Sistemas e fiscalizar o registro regular de ocorrências nas frequências dos servidores, bem como manter os comprovantes de frequência sob sua guarda, com vistas às auditorias internas ou externas.

Art. 38. Compete à Gerencia de Desenvolvimento de Sistemas com o apoio da Superintendência de Gestão de Pessoas promover o cadastramento das digitais dos servidores no registro de ponto eletrônico, manter os comprovantes eletrônicos de frequência sob sua guarda, com vistas às auditorias internas ou externas, e promover a adequação dos sistemas informatizados corporativos ao disposto nesta Resolução.

Art. 39. Serão realizadas auditorias em relação ao controle de frequência e banco de horas, com o objetivo de detectar possíveis fraudes.

Art. 40. Os casos omissos serão tratados pela chefia imediata juntamente com a Superintendência de Gestão de Pessoas e o Superintendente-Geral.

Art. 41. A requerimento devidamente justificado do Deputado, o servidor poderá ficar temporariamente à disposição de seu Gabinete Parlamentar ou de órgão distinto de sua lotação oficial, situação em que passam a ser da responsabilidade do parlamentar para o qual desempenha suas atividades ou do titular do órgão ou da unidade administrativa em que exerce as suas funções o controle do cumprimento da jornada e o atesto da frequência individual, na forma do § 3º do art. 15 desta Resolução.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Resolução Legislativa 22/11.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 005/17

Altera a Resolução nº 039/03, que instituiu o Fundo Especial do Poder Legislativo - FUNESPLE, a Resolução Legislativa nº 019/11 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou, e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os dispositivos a seguir, da Resolução nº 039/03, que instituiu o Fundo Especial do Poder Legislativo – FUNESPLE, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Fundo Especial do Poder Legislativo Estadual - FUNESPLE - tem por finalidade suprir o Poder Legislativo dos recursos financeiros para fazer face a despesas com:

I - a concepção, desenvolvimento, viabilização e execução de planos e programas do Procon Assembleia, Cine-ALE, Procuradoria Especial da Mulher - Chame e Escolégis, com respectivos projetos de aprimoramento, descentralização e aparelhamento de serviços e à administração interna.

II - a aquisição de equipamentos, mobiliários, material permanente e veículos destinados aos programas constantes do inciso anterior.

III - a co-participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim o oferecimento de oportunidades à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização dos Parlamentares e dos servidores do Poder Legislativo;

IV - a implementação e operacionalização de sistemas de fiscalização de atos e programas de competência da Escola do Legislativo, Fundação Rio Branco e à administração da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Os recursos financeiros do Funesple serão aplicados também para pagamentos de atividades internas, dentre elas diárias de servidores do Legislativo quando do deslocamento destes em atividades da Casa e na execução dos programas constantes desta Resolução.

Art. 3º O FUNESPLE terá as seguintes fontes de receita;

I - arrecadação integral das taxas de inscrição em concursos, seminários, cursos, simpósios e congêneres, onerosos aos seus participantes, que venham a ser exigidas pela Escola do Legislativo, inclusive para custear os eventos;

II - subvenções, doações e auxílios oriundos de convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais aprovadas pelo Poder Legislativo;

III - os créditos que lhe sejam consignados no orçamento estadual e em leis especiais;

IV - saldos financeiros resultantes da execução orçamentária do Poder Legislativo, disponíveis ao final de cada Exercício, ressalvado o valor inscrito em restos a pagar;

V - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

VI - rendimentos de aplicações financeiras das disponibilidades de recursos, apresentados em contas abertas em instituições financeiras oficiais, em nome do Poder Legislativo;

VII - o produto da venda de materiais e equipamentos considerado inservíveis, antieconômicos, obsoletos ou disponíveis às atividades do Poder Legislativo;

VIII - receitas decorrentes da cobrança de cópias reprográficas extraídas por unidades do Poder Legislativo;

IX - produto da venda de cópias de editais de licitação;

X - cobrança de valores pelo fornecimento de impressos e publicações;

XI - cobrança de valores pela publicação de contratos e outros documentos no Diário da Assembleia;

XII - outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º As receitas do FUNESPLE não integram o orçamento do Poder Legislativo.

§ 2º As receitas e créditos assegurados ao FUNESPLE serão creditados em conta específica a ser aberta junto a agente financeiro oficial.

§ 3º Na hipótese de ocorrência de saldos financeiros, incluído o rendimento de aplicações financeiras, o saldo patrimonial resultante poderá, justificadamente, ser transferido ao orçamento da entidade instituidora - Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 4º O Fundo será administrado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

Art. 5º O FUNESPLE será dotado de personalidade jurídica, e, atendida a legislação específica, terá orçamento e estruturação contábil próprios, cujos ordenadores de despesas serão o Presidente da ALE, o Superintendente Geral e o Superintendente Financeiro.

Art. 6º Os bens adquiridos com recursos do FUNESPLE serão incorporados ao patrimônio da Assembleia Legislativa.

Art. 7º A Mesa Diretora, havendo necessidade, regulamentará as normas para o cumprimento do disposto nesta Resolução, bem como para aplicação dos recursos financeiros.

Art. 8º O FUNESPLE prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo e do FUNESPLE.

Art. 2º O artigo 9º do Anexo da Resolução Legislativa nº 019/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º A gestão administrativa e financeira do FUNESPLE

será exercida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, pelo Superintendente Geral e pelo Superintendente Financeiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUINGENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia nove de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima septuagésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão convidando a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Primeira-Secretária *ad hoc*. Após, solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Izaías Maia**, proceder à leitura da ata da sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou à Senhora Primeira-Secretária proceder à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Projeto de Lei s/nº, de 08/03/17, dos Deputados Masamy Eda e Brito Bezerra, que “altera o art. 3º da Lei nº 232, de 30/09/1999, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – CDI; Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 08/03/17, da Deputada Lenir Rodrigues, que “Declara de Utilidade Pública a Associação Roraimense de Fanfarras e Bandas e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 08/03/17, do Deputado Chico Mozart, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima *in memoriam* à Gilberto de Araújo Sobrinho e dá outras providências”; Indicação s/nº, de 08/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 24, localizada no Município de São João da Baliza – RR; Indicação s/nº, de 08/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Francisco Ricardo de Macedo, localizada no Município de São João da Baliza - RR. **DIVERSOS:** Ofício nº 128, de 21/02/17, do Ministério da Justiça e Cidadania, informando que uma equipe de membros estará no Estado de Roraima entre os dias 06/03/17 e 17/03/17, para visita aos estabelecimentos de privação de liberdade estaduais, bem como realização de reunião com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Ofício nº 972, de 26/02/17, da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos - FENALE, informando aprovação, por unanimidade, de Moção de Repúdio a ser encaminhada à Comissão Especial de Reforma da Previdência e a todas as Assembleias Legislativas contra as tentativas do governo, através da PEC 287/16, de suprimir os direitos dos servidores públicos em geral, regidos pelo Regime Geral da Previdência Social; Comunicado nº AL138248, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Mário, no valor de R\$ 8.280,00; Comunicado nº AL138249, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Pedro, no valor de R\$ 3.312,00; Comunicado nº AL138250, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Jesus Nazareno de Souza Cruz, no valor de R\$ 4.140,00; Comunicado nº AL138251, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Barão de Parima, no valor de R\$ 2.484,00; Comunicado nº AL138253, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Carlos Drumond de Andrade, no valor de R\$ 4.140,00;

Comunicado nº AL138254, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Presidente Costa e Silva, no valor de R\$ 4.140,00; Comunicado nº AL138255, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Buritit, no valor de R\$ 3.312,00; Comunicado nº AL138256, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca, no valor de R\$ 10.000,00; Comunicado nº AL138257, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual São José, no valor de R\$ 3.312,00; Comunicado nº AL138258, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau Francisca Elzika, no valor de R\$ 4.968,00; Comunicado nº AL138259, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Nova Esperança, no valor de R\$ 10.000,00; Comunicado nº AL138260, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Antônio Horácio, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138261, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Maria de Lourdes Neves, no valor de R\$ 3.312,00; Comunicado nº AL138263, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Carlos Casadio, no valor de R\$ 4.140,00; Comunicado nº AL138262, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pastor Fernando Grangeiro de Menezes, no valor de R\$ 8.280,00; Comunicado nº AL138264, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Diva Alves de Lima, no valor de R\$ 8.280,00; Comunicado nº AL138265, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Dr. Luis Rittler Brito de Lucena, no valor de R\$ 4.968,00; Comunicado nº AL138266, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual João Vilela, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138267, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Lino Augusto da Silva, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138268, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138269, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Oswaldo Cruz, no valor de R\$ 9.936,00; Comunicado nº AL138270, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Ajuricaba, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138271, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horácio, no valor de R\$ 8.300,00; Comunicado nº AL138272, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pedro Moleta, no valor de R\$ 10.000,00; Comunicado nº AL138273, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ordalha Araújo de Lima, no valor de R\$ 12.500,00; Comunicado nº AL138274, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ana Sandra Nascimento de Queiroz, no valor de R\$ 12.500,00; Comunicado nº AL138275, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa

Brunhara Barbosa, no valor de R\$ 10.000,00; Comunicado nº AL138276, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Miriam Alves Ferreira, no valor de R\$ 10.000,00; Comunicado nº AL138277, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Rodrigues, no valor de R\$ 16.600,00; Comunicado nº AL138278, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Eurico Mandulão, no valor de R\$ 8.300,00. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/17, que “altera dispositivos da Resolução nº 011, de 30 de junho de 1992, ampliando e modificando a configuração das Comissões Permanentes”, de autoria da Mesa Diretora e do Projeto de Resolução Legislativa nº 002/17, que “altera o disposto no § 2º do art. 34 do Regimento Interno deste Poder e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora. E, em turno único: Projeto de Lei nº 010/17, que “dispõe sobre a criação do Corpo Voluntário de Policiais e Bombeiros Militares Inativos - CVPBMI, e dá outras providências”, de iniciativa do Poder Executivo; Projeto de Resolução Legislativa nº 003/17, que “acrescenta o art. 9º-J à Resolução Legislativa nº 009/11 e cria o Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora e Proposta de Moção de Aplauso nº 02/17 à Guarda Municipal de Boa Vista pela passagem do aniversário de seus 27 anos de criação, na data 08 de março, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues. Em seguida, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial pudesse analisar e emitir parecer à Proposta de Moção de Aplausos nº 002/17. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando que, por falta de quórum regimental, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** convidou os senhores parlamentares, bem como os demais presentes, para participarem de audiência Pública, no próximo dia 10, às 9h, no Plenário deste Poder, para discussão sobre a PEC 287. O Senhor Presidente deu ciência do Auto de Autuação nº 05/17, elaborado pelo Procon/Assembleia à ELETROBRAS Distribuição/Roraima, para que a empresa observe os critérios previstos na legislação vigente assegurando os direitos dos consumidores do interior do Estado, em razão das frequentes quedas de energia e, também, para que seja encaminhada a resposta por escrito, no prazo de dez dias, ao Procon, informando as medidas adotadas para regularizar a questão. Finalizou ressaltando que as constantes quedas de energia elétrica têm causado inúmeros prejuízos à população de diversas regiões do Estado e solicitou ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor para que juntos cobrem providências da empresa sobre a questão. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão e convocou outra para o dia 14, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2575 SESSÃO, EM 09 DE MARÇO DE 2017.
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia nove de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima septuagésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Primeira-Secretária *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Izaías Maia, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão

a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 08/03/17, dos Deputados Masamy Eda e Brito Bezerra, que “Altera o art. 3º da Lei nº 232, de 30/09/1999, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – CDI.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 08/03/17, da Deputada Lenir Rodrigues, que “Declara de Utilidade Pública a Associação Roraimense de Fanfarras e Bandas, e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº de 08/03/17, do Deputado Chico Mozart, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima *in memoriam* a Gilberto de Araújo Sobrinho, e dá outras providências”.

Indicação s/nº, de 08/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 24, localizada no Município de São João da Baliza – RR.

Indicação s/nº, de 08/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Francisco Ricardo de Macedo, localizada no Município de São João da Baliza – RR.

DIVERSOS:

Ofício nº 128, de 21/02/17, do Ministério da Justiça e Cidadania, informando que uma equipe de membros estará no Estado de Roraima entre os dias 06/03/17 e 17/03/2017, para visita aos estabelecimentos de privação de liberdade estaduais, bem como, realização de reunião com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Ofício nº 972, de 26/02/17, da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos – FENALE – informando aprovação por unanimidade de Moção de Repúdio, a ser encaminhada à Comissão Especial de Reforma da Previdência e a todas as Assembleias Legislativas, contra as tentativas do governo, através da PEC 287/16, de suprimir os direitos dos servidores públicos em geral regidos pelo Regime Geral da Previdência Social;

Comunicado nº AL138248, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Mario, no valor de R\$ 8.280,00.

Comunicado nº AL138249, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Pedro, no valor de R\$ 3.312,00.

Comunicado nº AL138250, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Jesus Nazareno de Souza Cruz, no valor de R\$ 4.140,00.

Comunicado nº AL138251, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Penha Brasil, no valor de R\$ 4.140,00.

Comunicado nº AL138252, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Barão de Parima, no valor de R\$ 2.484,00.

Comunicado nº AL138253, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Carlos Drumond de Andrade, no valor de R\$ 4.140,00.

Comunicado nº AL138254, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Presidente Costa e Silva, no valor de R\$ 4.140,00.

Comunicado nº AL138255, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Buritit, no valor de R\$ 3.312,00.

Comunicado nº AL138256, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca, no valor de R\$ 10.000,00.

Comunicado nº AL138257, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual São José, no valor de R\$ 3.312,00.

Comunicado nº AL138258, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau Francisca Elzika, no valor de R\$ 4.968,00.

Comunicado nº AL138259, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Nova Esperança, no valor de R\$ 10.000,00.

Comunicado nº AL138260, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Antônio Horácio, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138261, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Carlos Casadio, no valor de R\$ 4.140,00.

Comunicado nº AL138262, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Maria de Lourdes Neves, no valor de R\$ 3.312,00.

Comunicado nº AL138263, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pastor Fernando Grangeiro de Menezes, no valor de R\$ 8.280,00.

Comunicado nº AL138264, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Diva Alves de Lima, no valor de R\$ 8.280,00.

Comunicado nº AL138265, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Dr. Luis Rittler Brito de Lucena, no valor de R\$ 4.968,00.

Comunicado nº AL138266, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual João Vilena, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138267, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Lino Augusto da Silva, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138268, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138269, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Oswaldo Cruz, no valor de R\$ 9.936,00.

Comunicado nº AL138270, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Ajuricaba, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138271, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horácio, no valor de R\$ 8.300,00.

Comunicado nº AL138272, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pedro Moleta, no valor de R\$ 10.000,00.

Comunicado nº AL138273, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ordalha Araújo de Lima, no valor de R\$ 12.500,00.

Comunicado nº AL138274, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ana Sandra Nascimento de Queiroz, no valor de R\$ 12.500,00.

Comunicado nº AL138275, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa Brunhara Barbosa, no valor de R\$ 10.000,00.

Comunicado nº AL138276, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Miriam Alves Ferreira, no valor de R\$ 10.000,00.

Comunicado nº AL138277, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal João Rodrigues, no valor de R\$ 16.600,00.

Comunicado nº AL138278, de 02/02/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Eurico Mandulão, no valor de R\$ 8.300,00.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem Dia, com discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/17, que “altera dispositivos da Resolução nº 011, de 30 de junho de 1992, ampliando e modificando a configuração das comissões permanentes”, de autoria da Mesa Diretora e do Projeto de Resolução Legislativa nº 002/17, que “altera o disposto no § 2º do art. 34 do regimento interno deste poder e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora. E, em turno único, do Projeto de Lei nº 010/17, que “dispõe sobre a criação do Corpo Voluntário de Policiais e Bombeiros Militares Inativos - CVPBMI, e dá outras providências”, de iniciativa do Poder Executivo; do Projeto de Resolução Legislativa nº 003/17, que “Acrescenta O Art. 9º-J à Resolução Legislativa nº 009/11 e cria o Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora e da Proposta de Moção de Aplauso nº 02/17, à Guarda Municipal de Boa Vista pela passagem do aniversário de seus 27 anos de criação, na data 08 de março, de autoria da deputada Lenir Rodrigues.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial possa analisar e emitir parecer à Proposta de Moção de Aplauso nº 002/17.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por reaberta Sessão. Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à verificação de quórum regimental para a análise das matérias.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, não há quórum regimental para análise das matérias.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – São necessários 13 deputados presentes para a deliberação da Ordem do Dia, temos apenas nove, embora tenham 18 registrados no painel.

Solicito os Senhores Deputados para que compareçam ao plenário.

Não havendo quórum regimental, transfiro a Ordem do Dia para a Sessão de amanhã. Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, só para reiterar o convite a todos sobre a realização da Audiência Pública para discutirmos a PEC 287, que é a reforma da previdência, que será realizada amanhã, às nove horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quero também aproveitar as Explicações Pessoais para informar a todos os senhores Deputados e meios de comunicação que o Procon Assembleia elaborou o Auto de Autuação nº 05/17 à ELETROBRAS Distribuição/Roraima, para que a empresa observe os critérios previstos na legislação vigente assegurando os direitos dos consumidores do interior do Estado em razão das frequentes quedas de energia e em comunicação com quedas de energia por até dez dias; e, também, que para seja encaminhada a resposta por escrito no prazo de dez dias ao Procon, informando as medidas adotadas para regularizar a questão. A questão da falta de energia é um problema sério que vem acontecendo no interior do Estado, especialmente na região do Bonfim, onde há comunidades que passam dias sem energia, fazendo com que empresas percam seus produtos, fazendo com que famílias percam seus bens, seus alimentos, fazendo com que os Postos de saúde percam vacinas que precisam ser refrigeradas, enfim, prejudicando realização de aulas na rede de ensino, ou seja, prejudicando diversas regiões do nosso estado. Então, o Procon, atendendo o nosso encaminhamento feito na Sessão Plenária de terça-feira, fez essa autuação e nós vamos acompanhar. Solicitamos, também, deputado Izaías. Vossa Excelência, que, se não me engano, foi nomeado para ser Presidente da Comissão de Defesa do

Consumidor para que juntos somemos esforços no sentido de cobrar providências da empresa responsável pela distribuição de energia no interior do Estado, no caso ELETROBRAS.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 14, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

DAS COMISSÕES

ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 034/16, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 017/16, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nºs 019/16, 024/16 E 025/16, PARA APURAR POSSÍVEIS FALHAS NO SISTEMA PRISIONAL.

Aos vinte e seis de outubro de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexta Reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Reunião.

Atendendo à convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o Senhor Hélio Abozaglo Elias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, para prestar depoimento sobre as possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima, conforme Requerimento nº 034/16. Solicito à Secretária desta Comissão que conduza à sala de reuniões o Senhor Hélio Abozaglo Elias. Neste momento, solicito ao Senhor Deputado Jorge Everton, Relator desta Comissão, para fazer a leitura da Ficha de Identificação do Senhor Hélio Abozaglo Elias.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Lida a Ficha de Identificação do Depoente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Informo ao senhor depoente que seu depoimento será registrado, através de gravação de vídeo e áudio, registrado no HD do computador devidamente gravados em CD-ROM.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Aqui nós estamos funcionando na CPI do Sistema Prisional para apurarmos possíveis falhas no Sistema Prisional, não só pelos últimos acontecimentos, pois antes de ocorrer o fato das mortes, nós já estávamos com a CPI instalada. Então, embora o senhor esteja aqui na condição de depoente, nós queremos pedir para o senhor ter o compromisso de falar a verdade e responder somente o que souber. O Senhor está ciente?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** - (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Por que nós resolvemos notificar o senhor para vir aqui? Porque nós tomamos conhecimento do excelente trabalho que a Comissão de Direitos Humanos da OAB fez em busca de dados referentes aos sistema prisional e que apresentou, com muita antecedência, ao Poder Executivo, soluções, sugestões e proposta para melhorar o funcionamento do sistema. Como o senhor preside essa comissão, nós gostaríamos de obter maiores informações sobre esse trabalho que o senhor realizou com a Comissão, em que consistia esse trabalho? Houve visitas nas unidades, oitivas? Como foi esse trabalho que a sua comissão realizou?

Autorizo a entrada do Doutor Lessa, pois hoje pela manhã ele se apresentou para acompanhar, pelo Estado, as oitivas desta CPI.

Doutor Hélio, gostaríamos de colocá-lo à vontade para fazer sua explanação sobre esse trabalho, assim como o resultado do relatório, e se foram atendidos ou não.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** - (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Pra começar, obrigado pelos elogios. Quero dizer que a Comissão esteve nos dias 05 e 08 de abril na penitenciária fazendo uma visita em inspeção. Nós chamamos isso de visita em inspeção, pois a gente conversa com todas as pessoas, com os internos responsáveis, fazemos as anotações das queixas e reclames. Dessas duas visitas, nós fizemos um relatório que encaminhamos às autoridades que nós entendemos responsáveis pelo sistema. E, nesse relatório, constou o que achamos de como está o sistema. Ouvimos as pessoas, os internos, verificamos o que achamos estar errado e, depois, demos umas sugestões sobre o que achávamos que deve melhorar, pois se não resolver, pelo menos, melhorar, amenizar a situação daquelas pessoas que estão ali segregadas. Fizemos um idêntico trabalho também na Cadeia Pública Feminina, já em maio. Voltando

ao caso da PAMC, lá constatamos que tinha a capacidade da PAMC são 750 internos e ela estava naquela oportunidade com 1348, e hoje já sabemos que ela ultrapassou os 1500.

Constatamos várias irregularidades, por exemplo, os presos condenados juntos com os presos preventivos, chamados de provisórios. Notamos também que a assistência jurídica é muito deficiente. A grande maioria nunca foi atendida pela Defensoria Pública. Na parte de saúde, assistência médica, vários internos reclamavam e nós constatamos também que as pessoas, no caso, os médicos, e mesmo alguns enfermeiros, por exemplo, iriam sair 11:30, chegavam 10 horas e às 10:30, 11:00 h estavam saindo. E aí não dá, para uma população carcerária de 1400 pessoas, você atender 5 pessoas por dia, não tem condições. Há falta de medicamentos também. Notamos que tinha uma ala com vários internos que poderíamos claramente verificar que eles tinham problemas mentais, pois ficavam em pé, andando a esmo e apresentavam nas suas costas e pernas marcas de balas de borracha, depois ficamos sabendo, conversando com outros internos, que era porque eles saíam andando em direção dos muros, e quando os agentes mandavam que eles parassem, e eles não davam atenção, então, eles atiravam neles.

Fomos informados também por esses internos que essas pessoas doentes não recebiam medicação própria. E o que nos chamou atenção, é que eles estavam sendo cuidados pelos próprios internos.

Outro caso que nos chamou muita atenção é que nós estávamos dentro do presídio, mais ou menos, ao meio-dia e dez, ficamos conversando com alguns internos, quando ouvimos um estrondo vindo do presídio e o pessoal correndo, ficamos sabendo que era uma bomba jogada por policiais. Quer dizer, eles nem respeitaram a nossa presença dentro do presídio.

Também notamos e recebemos várias reclamações de que tinha mais de 100 internos dormindo no chão puro porque as alas estavam superlotadas. Então, eles estavam dormindo no chão. No chão mesmo, não era com colchonete nenhum, e vários internos chegaram a dizer: Doutor, nós queremos cumprir a pena, mas queremos ter condições da gente cumprila.

Fizemos um relatório, onde consta o problema de deficiência e precariedade no sistema elétrico com vários tomadas queimadas, início de incêndio, sistema hidráulico deficiente com banheiros e privadas entupidos. O esgoto a céu aberto, por sinal continua até agora. Recebemos reclamações de abusos feito pelos agentes penitenciários e BOPE, que, às vezes, chegavam na madrugada e largavam uma bomba na ala. Isso consta no nosso relatório, por sinal eu trouxe o relatório, depois deixo uma cópia para vocês e eu gostaria pra ficar gravado, gostaria de ler as sugestões.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - E o senhor pode precisar a data em que essas sugestões foram encaminhadas para ao Poder Executivo?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Infelizmente, a data não posso precisar.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Foi após terminar o trabalho de vocês na comissão em maio na cadeia feminina?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Possivelmente, deve ter sido em junho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Vocês chegaram a visitar a Cadeia Pública de São Luiz do Anauá.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Ainda não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E o CPP – Centro Progressão de Pena?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E nem a Casa do Albergado?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Também não.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, o foco foi Penitenciária do Monte Cristo, Cadeia Pública de Boa Vista e Cadeia Feminina.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – A Cadeia Pública, na central ainda não fomos, estava marcado para esta semana, mas aconteceram muitas coisas e não foi possível.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Esse encaminhamento do relatório vocês enviaram para o Poder Executivo?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Na íntegra, com fotos e tudo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Relatório foi aprovado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da OAB?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Foi aprovado na Comissão, também

apresentamos ao Conselho Seccional, depois foi dado uma coletiva e foi distribuído publicamente para imprensa. Inclusive, recentemente mandamos uma cópia a pedido para ABIM.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, o senhor fica à vontade para fazer o resumo dessas sugestões.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Sugestões da CDH/RR:

1. Existem duas Alas: a número 01 e a número 12, cada uma com a capacidade para 96 internos, desocupadas em reforma há aproximadamente dois anos, tais obras estão paralisadas e precisam ser concluídas urgentemente. Pois são quase 200 internos que poderão ser alojados.

2. Deve ser feito um entendimento com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Ministério Público, Defensoria e OAB/RR para realização urgente de um mutirão jurídico para apreciar e resolver a situação de quase 200 internos preventivados que se encontram na PAMC com situações irregulares ou ilegais, pois nunca foram ouvido por Juiz;

3. A construção urgente de um presídio de porte médio para capacidade para 500 internos;

4. A compra imediato de 50 colchonetes para distribuir entre os internos que estão dormindo no chão por diversas selas;

5. Ser dada atenção aos 09 internos com problemas mentais, cujo atendimento médico é precário, estão praticamente abandonados sendo cuidados por outros internos que se compadecem da situação deles. Informo que estão piores porque não tomaram nenhum tipo de medicamentos controlados, pois o sistema não tem para disponibilizar;

6. Ser afastado da PAMC o agente penitenciário Santana por ter comportamento agressivo, desrespeitoso e desumanos no exercício de sua função de manter a ordem e segurança no interior do presídio, conforme relato de vários reeducandos e de alguns de seus pares;

7. Deve ser feito um controle rigoroso sobre o atendimento de profissionais da área médica, pois recebemos muitas queixas que chegam atrasadas e saem antes da hora previsto;

8. É preciso que os internos preventivados sejam separados dos reeducandos sentenciados, pois nos termos do artigo 84 da lei da execução penal e nas regras mínimas da UNO, regra 8-b o preso provisório preventivado ficar separado do condenado ou sentenciado;

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Relator, Deputado Jorge Everton, para formular os questionamentos que achar necessários ao depoente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Doutor Hélio, teria a possibilidade de enviar cópia desse relatório para podermos anexar.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Vou deixar com vocês.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor falou de um mutirão judiciário, o Tribunal de Justiça foi informado desse relatório? Foi dada ciência da visita? Houve alguma resposta do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Foi feito verbalmente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu tenho poucas perguntas, porque o Senhor conseguiu fazer o desenho do que nós vimos na nossa visita. Mas, um fato me chamou a atenção, até mesmo ontem, nós ouvimos representantes da Polícia Militar que estavam aqui. E eu não vi no relatório da OAB nada referente à situação insalubre deles estarem trabalhando na penitenciária. Chegaram a subir na muralha para ver a situação das guaritas onde ficam os policiais militares de plantão?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, a Comissão de Direitos Humanos da OAB foi só para ver a situação dos presos e não dos agentes que trabalham no local?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Dos presos e do pessoal do atendimento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, tudo referente aos presos, não foi feito nada com relação à situação insalubre em que os policiais trabalham, a situação insalubre da muralha, do alojamento e da água que os policiais bebem. Isso a OAB não viu?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Não vimos. Inclusive, citamos a situação insalubre das celas que não têm ventilação, são escuras, tem problema de eletricidade, de água.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Era só Presidente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra para o Senhor Deputado Izaías Maia para fazer seus questionamentos.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Só tenho uma pergunta

para o Dr. Hélio: relacionado a tudo que foi verificado pela comissão, foi encaminhado para o Governo do Estado algum documento expondo todos esses problemas que o senhor citou aqui?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – A Casa Civil tem conhecimento.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – A Casa Civil tem conhecimento? O Governo do Estado, de uma forma geral, também tem conhecimento? Muito obrigado!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Excelentíssimo Deputado Soldado Sampaio para fazer os questionamentos que achar necessários ao depoente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Boa tarde a todos, colegas deputados, Sr. Hélio, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB, demais convidados da tarde de hoje. Quando cheguei já estava em andamento a fala do representante dos Direitos Humanos da OAB. Em cima da fala do Deputado Jorge Everton, quanto às condições dos trabalhadores do sistema penitenciário, para mim, todos são vítimas, no meu ponto de vista: os apenados, por não terem as condições adequadas de cumprir as suas penas; o Estado, por não ter condições de ressocializados. Quanto aos trabalhadores, não é muito diferente pela falta de condições de exercerem o seu papel, que é mantê-los em segurança, conforme as regras estabelecidas pelo sistema penal, e também as famílias que não veem segurança nenhuma para seus familiares estarem cumprindo sua pena porque não têm garantia nenhuma de ter a devida harmonia que a gente tanto almeja no sistema penitenciário. Então, dessa forma, fica esse empurra da família, justiça, polícias que fazem a segurança, OAB. Essa é a realidade do nosso sistema prisional. Mas, eu ouvi que a sugestão apresentada pela OAB irá constar no relatório do Relator. Eu queria perguntar ao representante da OAB se existe um procedimento, uma norma dentro da OAB, que orienta seus membros a acompanhar essas crises, quando ocorrem no sistema penitenciário? Nós temos visto, recentemente, nesse último, e o que mais assustou, além das cenas, foi o comportamento de uma advogada, eu não sei qual era, naquele momento, o desespero dela. Eu já vi outros embates, quando há uma contenção de crise dentro do sistema penitenciário, termina gerando uma crise externa entre a OAB e os policiais que estão tentando conter aquela crise naquele momento, eu pergunto se há uma orientação clara aos Advogados de como se comportar, de como a comissão deve agir e dar suporte, ajudar em um momento de crise, em especial, esclarecendo a sociedade quais os procedimentos. Eu falo isso porque já vi uns três ou quatro casos parecidos, Deputada Lenir, Deputado Jorge Everton, de como a Comissão de Direitos poderia ajudar não só naquele momento de crise, mas até um trabalho preventivo junto às familiares desses apenados que recorrem e têm que continuar recorrendo à OAB, à Comissão dos Direitos Humanos, como se dá essa relação à Comissão dos Direitos Humanos nesses momentos de crise com os familiares desses apenados na devida orientação de buscar a Defensoria Pública, buscar a própria OAB. O senhor falou há pouco, que tem mais 200 presos que nunca tiveram acesso para falar com a justiça, com o juiz para ver a situação deles. Então, isso me preocupa. Qual seria o papel da OAB nesse processo?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Respondendo ao nobre Deputado, eu quero dizer que a Comissão dos Direitos Humanos é formada por advogados que trabalham voluntariamente, ninguém ganha nada, nós estamos à disposição em ajudar a sociedade. A OAB não dá nem gasolina para a gente, o carro, tudo é nosso, isso é um ponto. Outro ponto, ela não se resume só no sistema penitenciário, ela atende onde há violação de algum direito, só para exemplificar. Há pouco tempo, eu recebi a visita de uma garota, uma filha de uma senhora, ela disse assim: Tio Hélio, eu acho que eu tive um direito violado, a minha professora pediu para fazermos um trabalho de escola e iríamos ganhar três pontos. Todos nós nos dedicamos, e quando foi feito o trabalho, depois, ela disse que não daria os três pontos, isso está errado. Eu disse: Então, você volte e fale que nós vamos fazer uma representação contra ela. Falei inclusive para a mãe da menina. Dez dias depois, encontrei com a senhora, ela disse que foram colocados os três pontos para todo o pessoal que fez o trabalho. Então, nós atendemos todas as pessoas que nos procuram, atualmente a demanda está muito grande na parte penitenciário, porque as famílias nos procuram e não tem como mandá-las embora. Ontem mesmo, às 18:00 horas, eu consegui, graças a Deus com a intercessão do Secretário da SEJUC, colocarmos dois internos que estavam jurados de morte num local mais seguro na penitenciária, que é a cozinha. Então, eles estavam em outros locais, a mãe e a esposa de um foram na OAB, nos esperar, mas eu estava fazendo outro trabalho. Então eu entrei no circuito e consegui falar com o Secretário Adjunto que foi muito prestativo. Às 18:00 horas, ele me ligou, dizendo que estava resolvido. Então, nós conseguimos salvar, pelo menos, aparentemente essas pessoas que estavam juradas de morte naquela noite. Este final de semana, nós também atuamos, quando as

peçoas nos procuram com relação ao sistema de saúde. Há pouco tempo tinha uma pessoa também do sistema penitenciário acusada de um estupro, foi quebrado um braço dele, os ossos, os dedos furaram o baço, depois ficaram lá no HGR. Ficaram 10 dias, depois o médico deu alta para ele voltar para o sistema penitenciário. Agora, a pessoa questiona: como eu vou ficar na penitenciária desse jeito? Os irmãos foram nos procurar, dizendo: meu irmão não anda, não faz nada sem ajuda. Então nós procuramos o juiz e conseguimos pegar os plantonistas numa sexta-feira, às oito horas da noite, para o juiz autorizar. Mas o juiz disse que não tinha autoridade sobre o médico, então vou mandar uma ordem para o Secretário de Justiça e Saúde. Então seguraram até segunda-feira, quando entramos com outra medida para ele ficar lá. Ficou. Depois de 40 dias, o irmão me procurou novamente, dizendo: doutor, o meu irmão está do mesmo jeito, não fizeram nada com ele. Fui lá e vi que ele estava com o mesmo curativo, 40 dias sem tomar banho, com o mesmo curativo. Fomos procurar a diretora, se não me engano, doutora Marcilene, que me atendeu muito bem. Na mesma hora tiraram do corredor, colocaram numa enfermaria e ele passou a tomar a medicação, pois passou 40 dias sem tomar medicação. Nós fazemos os trabalhos dentro das possibilidades.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor poderia dizer para o Deputado Soldado Sampaio, respondendo as perguntas dele para nós, quando um advogado que ficou em dúvida, tem algum outro tipo de comportamento e qual é a comissão que trata?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Ah, foi muito boa essa pergunta. Eu tinha esquecido. Realmente, no dia em que isso aconteceu, no dia 16 de outubro, teve uma colega nossa que ficou muito histérica lá. Mas eu queria dizer o seguinte: a Comissão de Direitos Humanos não está preparada para intervir em brigas de facções. Nós recebemos orientações dentro de nosso código, dentro da lei, para inspecionar, anunciar, porque a OAB tem uma credibilidade muito grande, nós não temos poder de polícia, mas temos a sociedade que acredita em nós. Muitas pessoas vão lá conosco como último refúgio. Mas, assim mesmo, têm colegas que entendem que a comissão tem que se meter em qualquer coisa. Se o próprio BOPE naquela situação não conseguiu resolver, como é que a OAB ia lá só com a carteirainha e mostrar pedindo para pararem de brigar e de matar. O caso de nossa colega está sendo resolvido internamente, de acordo com o código de ética, porque ela ofendeu a comissão, a nós, a presidência e os membros.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Está certo, doutor Hélio. Quero passar a palavra ao Excelentíssimo Deputado Flamarion Portella para formular os questionamentos que achar necessários para o depoente.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, doutor Hélio, quero primeiro agradecer pela sua presença aqui. Eu tenho certeza que a sua colaboração será valiosa pelo trabalho benevolente que você faz na OAB, com muita responsabilidade. Nós tivemos a oportunidade, ontem, de ouvir algumas pessoas. Ficou muito evidente para todos nós como se processa a entrada da comida lá no sistema prisional. Nós ouvimos que a comida passa por um controle superficial de simplesmente abrir as caixas ou então isopores, mas não há um controle de se monitorar se há alguma coisa indevida dentro dos marmiteix. E o senhor que esteve lá com muita paciência, durante dois dias, queria saber se o senhor viu de algum detento ou de algum agente algo a respeito desse controle da comida que ingressa no sistema prisional, principalmente na PAMC.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Nós ouvimos algumas reclamações com relação à comida no sentido de que algumas vezes ela chegava estragada. Mas eu confesso que muitas vezes nós vamos na penitenciária na hora em que chega a comida e nós tivemos a curiosidade de abrir. Mas, como são caixas muito grandes, a gente não sabe realmente o que está lá embaixo. Pode ser que aquelas marmiteix de cima estejam quentinhas, mas são várias caixas, enormes. Então pode ser que esteja alguma coisa ali, alguma serra ou outra coisa. É difícil saber.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Mas o senhor não ouviu falar nada a esse respeito? Ninguém lhe falou sobre o controle, como é que se conta essas marmiteix?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Não. Chegaram a falar que o valor das quentinhas é muito caro, 25 reais.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Está bem. E o senhor também pode enumerar para a gente quais foram os atos praticados pelo agente Santana, que está, inclusive, em seu relatório da comissão, pedindo a suspensão das atividades desse agente, haja vista que o senhor escutou algum comportamento indevido a esse respeito.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos

Direitos Humanos da OAB) – Vários detentos nos relataram que os agentes ficaram na frente e ficavam apontando as armas para eles e diziam: Mais tarde eu vou te pegar, ameaçando. E, também, as bombas que jogavam à noite, era ele que fazia e que jogava.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Eu queria saber se a OAB, através da Comissão de Direitos Humanos, chegou a conversar com alguma organização que representa os reeducandos, Associação de Familiares? Quero saber se vocês tiveram oportunidade de ter um diálogo com essas pessoas.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Não, nós não chegamos a ter qualquer conversa não.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Está bem, estou satisfeito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao senhor relator, Excelentíssimo Senhor Deputado Jorge Everton, se deseja acrescentar algo a mais. Então, dou por concluído o depoimento do senhor Hélio.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Eu queria só acrescentar algo sobre a Cadeia Feminina. Primeiro, é a capacidade da Cadeia Feminina, são 70 internas. Em maio, ela estava com 119. E nós também notamos problemas na parte elétrica, hidráulica e esgotos e muitos animais dentro do presídio, em consequência disso, muitas internas diziam que estavam sentindo coceira no corpo. Eram cadelas, gatos. Nós sugerimos que fossem tirados aqueles animais. Elas também relataram que não eram ouvidas pela diretora. Então muitas mandavam bilhetinhos, pedindo alguma coisa, mas não eram ouvidas. Também, há mais de oito meses que elas não eram atendidas pela Cadeia Pública, que elas estavam praticamente sem atendimento jurídico. Eu tenho um relatório. E uma das coisas que eu achei um absurdo foi que há mais de oito meses elas não recebiam kits higiênicos, como: escova de dentes, creme dental, sabonete, papel higiênico, absorventes, e nós sabemos que o Governo do Estado tem verbas para isso.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Doutor Hélio, só uma pergunta. O senhor acredita que, diante desse relatório feito com muito carinho, visitando, conversando, analisando e quando foi comunicado, eu me refiro aqui, no caso a Casa Civil do Governo do Estado, o Senhor acha que se tivessem dado um pouco mais de atenção, tentado melhorar alguma coisa, o senhor acredita que essa violência poderia ter sido evitada? Alegam que foi briga de facções. Até bem pouco tempo diziam que não existia facções na PAMC, agora parece que já tem facções. O Senhor acredita que se alguma coisa tivesse sido feita - o senhor esteve na rádio e na televisão comigo - o senhor acredita que alguma coisa poderia ter sido evitada ou uma melhoria qualquer?

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Deputado Izaías, tenho certeza que teria sido evitado, porque o que a gente nota é um desânimo total nos internos. Você está ali e não vê nenhum colega seu sair e receber um benefício. Ninguém está olhando por você. Você fica doente, e não tem a quem procurar, porque os médicos não te atendem. É relacionado para ser atendido, mas nunca são atendidos. Acredito firmemente que se tivessem feito qualquer coisa, teria sido evitado. Desculpe-me falar de mim mesmo, mas fui durante muito tempo do Conselho Penitenciário, então, nós fazíamos livramento condicional no próprio estabelecimento. Hoje em dia não é feito, mas porque não tem condições de segurança. Mas, nós fazíamos lá porque a própria LEP, a Lei de Execução Penal, exige que seja feita a solenidade no estabelecimento que é para servir de incentivo para os outros. Esse fulano está recebendo agora, quem sabe no próximo mês serei eu e assim sucessivamente. Nós sugerimos ao diretor para que ele escolhesse 20 internos para tomar parte da solenidade. Então, nós fazíamos a solenidade toda! Falava o Presidente, falava o conselheiro e depois dávamos a palavra, caso o cara quisesse falar. Então, fazíamos toda a solenidade e aí recebia a liberdade de volta, mesmo que vigiada, liberdade condicionada, né.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputada Lenir, gostaria de fazer uma observação, baseado no trabalho do Doutor. É que volto a repetir o que falei na tribuna, anteontem o promotor Carlos Paixão disse que continua tudo do jeito que está e que outras tragédias vão acontecer, e até falei na TV para procurarem Vossa Excelência, o Deputado Jorge Everton, o Deputado Soldado Sampaio e o Deputado Flamarion para que possamos agir com mais rapidez. O promotor disse, não que vai acontecer já, mas, segundo o promotor, é só esperar o dia. Isso até o desanima, senhor Hélio, né. O senhor me procurou uma vez na rádio e disse que a gente faz tudo direitinho, encaminha, mas, não acontece nada.

O Senhor **Hélio Abozaglo Elias** (Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB) – Deputada Lenir, gostaria de ler as sugestões da cadeia feminina, são nove sugestões, e eu sou vou citar duas. Tem uma

ambulância, mas não tem motorista habilitado. Então, quer dizer, quando tem algum problema a diretora procura alguém que possa dirigir, mas não tem. A cadeia feminina não tem muro, é cercada por arames, não tem segurança nenhuma. A caixa d'água não tem tampa e frequentemente acontece cair um pombo que apodrece lá dentro, e as detentas tem que beber aquela água. Fizemos várias sugestões. Não tem guarita para os militares, eles pegam sol e quando chove pegam chuva. Isso está tudo no nosso relatório.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Senhor Hélio, nós vamos lhe dar uma certidão do recebimento dos relatórios e, desde já, agradecemos sua presença. Agradeço sua presença e dou por concluído o seu depoimento, peço ao senhor que assine o Termo de Depoimento, porque todo o seu depoimento será degravado.

Neste momento, prosseguiremos com a chamada do próximo depoente.

O Próximo depoente será o senhor Sérgio Weber, coordenador da Pastoral Carcerária.

Somente para informar aos membros da Comissão que o Senhor Saturno Souza recebeu nossa notificação, ele é o Presidente da Associação dos Familiares e Amigos dos Reeducandos de Roraima, mas não compareceu para depor.

O subtenente Rosineudo Nascimento de Oliveira, que é o Coordenador-Geral em exercício da ABPM, recebeu nossa notificação, mas pediu um prazo de 24 horas para se manifestar. Isso não existe, ou ele vem ou não vem. E, inclusive, antes de começar a reunião estava comentando aqui com o Deputado Flamarion Portela que, como ontem já ouvimos bastante detalhe sobre as condições de trabalho dos servidores e dos PMs, se todos concordarem passaremos para as oitivas dos secretários e de outras pessoas e com esses que compareceram nos daremos por satisfeitos se todos concordarem.

Solicito à Secretária da Comissão que faça adentrar o Senhor Sérgio Weber, coordenador da Pastoral Carcerária. O Senhor Saturno Souza, Presidente da Associação de Familiares e Amigos dos Reeducandos de Roraima, recebeu nossa notificação, mas não veio. O Subtenente Rosineudo Nascimento de Oliveira, coordenador-geral em exercício da ABPM/RR, recebeu e pediu um prazo de 24 horas para se manifestar, mas isso não existe, ou ele vem ou não vem. Como já ouvimos bastantes detalhes sobre as condições dos servidores e dos PMs, se todos concordarem, iremos passar para as oitivas dos secretários e outras pessoas. Faça adentrar o Senhor Sérgio Weber. É bom que o procurador do Estado esteja aqui para ouvir que realizamos várias diligências para obter os nomes dos chefes do SVI de cada unidade prisional, que é o serviço de vigilância interna e, embora recebidas as suas intimações, a comissão não recebeu resposta e não disponibilizaram os nomes dos chefes do SVI, e a SEJUC, até o presente momento, não respondeu, vamos reiterar porque é importante ouvirmos os chefes do SVI de cada unidade prisional. Quero dar boas-vindas ao Sérgio Weber, coordenador da Pastoral Carcerária. Esta é a comissão do sistema prisional e vou passar a palavra para o relator, excelentíssimos senhor deputado Jorge Everton para fazer a leitura da identificação do depoente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Ficha de identificação do depoente Sérgio Santine Weber, RG:9790358-9; CPF: 078;062.052-68; filho de Ângelo Weber e Onarina Bassam Weber; data de nascimento: 14.05.45; profissão: padre; brasileiro, solteiro, residente na Rua Acari; local do depoimento: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; data 26.10.16; horário 16:05.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Solicito que o Senhor fale no microfone, esta audiência esta sendo gravada para posteriormente ser degravada. Vou lhe apresentar os Parlamentares: Jorge Everton, Flamarion Portela, Lenir Rodrigues, Soldado Sampaio. Estamos na CPI do Sistema Prisional para apontarmos possíveis falhas no sistema prisional. Resolvemos chamar o Senhor, que é o representante da Pastoral Carcerária, para ouvirmos também a opinião da sociedade civil sobre essa política pública de atendimento aos presos do nosso estado e funcionamento do sistema. Embora da condição de depoente, o senhor fica compromissado de falar a verdade, o que o senhor não souber não é obrigado a dizer. O Senhor esta ciente deste compromisso de falar a verdade?

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Qual o trabalho da pastoral carcerária em relação às unidades prisionais da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Cadeia Pública de Boa Vista, Cadeia Feminina de Boa Vista, CPP (centro de progressão de pena) antigo CSE, Casa do albergado e Cadeia Pública de São Luís do Anuá, em quais dessas unidades vocês têm atuação, qual o objetivo do trabalho, como vocês veem a situação do sistema prisional, se vocês têm reuniões, se falam sobre esse assunto, se veem as falhas, se têm sugestões para melhorar as condições dessas unidades, como vocês enxergam o trabalho dos agentes carcerários, da

Polícia Militar e se têm relacionamento com as famílias dos detentos, se há algum momento em que vocês escutam os detentos, qual a visão da pastoral carcerária a respeito desse assunto?

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Não sei se vou lembrar tudo ao mesmo tempo. O nosso trabalho não é bisbilhotar, a gente ia para visitar os presos, conversar com os presos, ajudar a continuar a cumprir suas penas uma vez que eles cometeram um delito, também eles tem o dever de pagar a pena para se recuperar, tentamos animar nesse sentido. A gente tentava, visitava onde era possível, seja na Penitenciária Agrícola, na Cadeia Feminina, como aqui na Cadeia de São Vicente, eu só estive nessas três e depois no Centro Socioeducativo. A gente visitava, conversava com os presos e, de vez em quando, fazia celebração, um encontro de oração ou a celebração da missa e, de modo especial, nos tempos mais festivos de natal, de páscoa, mais a nossa intenção não era de fiscalizar, era de conversar e animar eles para continuarem cumprindo a sua pena, observando também aquilo que eles deviam cumprir. Agora, nós vimos que esse tipo de cadeia, esse tipo de penitenciária sem ocupação, não educa ninguém, porque eles ficam o tempo todo zanzando de um lado para o outro, pensativos consigo mesmos, ficam pensando e maquinando besteira, não recupera ninguém. Se não tem ocupação física, ocupação material e ocupação mental, essas cadeias não recuperam ninguém, portanto lá Penitenciária Agrícola naqueles antros escuros de 20, 30, 40 presos, um amontoado em cima de outro e uma gritaria infernal, muitas vezes, a gente não aguentava ficar lá fora na porta escutando só ameaça de morte, de atirar e de matar. A queixa deles é que os policiais jogavam bomba à noite para amedrontá-los, atiram contra o telhado para amedrontá-los, isso os deixou mais furiosos do que estavam. Como é que uma pessoa pode se recuperar dessa maneira? Na Cadeia Feminina, eu fui menos vezes, onde também o nosso trabalho era esse de dialogar com as presas, de fazer encontro de oração, de fazer diálogo e animá-las a continuarem cumprindo a sua pena. Talvez a Cadeia Feminina era a que estava melhor, devido o trabalho com ocupações, do que as outras.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Pergunto ao Senhor Relator Deputado Jorge Everton se deseja fazer questionamentos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Quero parabenizar a pastoral pelo trabalho que vem fazendo, entendo a importância da igreja católica estar presente na vida dessas pessoas e, em virtude da dificuldade que se teve em se chegar por toda essa suspeita de a pastoral, a igreja católica ser um informante, que não é esse o objetivo nem o papel. Eu acho que as informações que o senhor trouxe já são suficientes para a CPI. Qualquer pergunta que a gente venha fazer pode ensejar nesse sentido, pode prejudicar um trabalho bonito que vocês já vem fazendo, por isso eu me dou por satisfeito e não pretendo fazer perguntas, só agradecer, como cidadão e como Deputado, o trabalho que a pastoral vem fazendo junto ao sistema prisional.

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Eu estou com um pouco da memória, já um pouco dependente, mas se tiverem alguma pergunta não tem problema, não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Com a palavra o Deputado **Izaías Maia**.

O Senhor Deputado **Izaías Maia**- O padre falou uma coisa muito importante, isto é, porque a missão de vocês é levar a palavra de Deus, o conforto, a oração para aquelas pessoas que estão ali segregadas. O senhor disse: Não queriam deixar a igreja católica fazer o seu trabalho, quando o senhor fala que não queriam deixar, o senhor se refere a quem?

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Essa senhora, dona Iara, que era encarregada de marcar quem podia entrar lá, porque ela é evangélica e nós tínhamos a impressão que ela impedia a igreja católica de entrar lá.

O Senhor Deputado **Izaías Maia**- Mas a palavra de Deus não têm religião, não é verdade? Ela que dava as ordens?

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Ela que dava as ordens e determinava quando e quem devia entrar lá.

O Senhor Deputado **Izaías Maia**- E hoje, padre, a igreja católica consegue entrar no sistema?

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Agora estamos entrando com um pouco mais de facilidade.

O Senhor Deputado **Izaías Maia**- Muito obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Com a palavra o Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor **Sérgio Weber** (Coordenador da Pastoral Carcerária) - Parece que ultimamente ela está mudando os horários, antes tinha a possibilidade de ir quinta-feira de manhã, quarta-feira de manhã e à tarde. Agora está colocando horários, como ouvi falar, das duas horas da tarde, já fica mais difícil, tanto para entrar lá como para quem está lá dentro para ser atendido.

O Senhor Deputado **Izaías Maia**- Presidente, a Senhora tem conhecimento de quem é a irmã Lara?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Tenho, porque eu já trabalhei lá no centro prisional, ela é uma coordenadora da Assembleia de Deus e que tem realmente muito trânsito dentro da Secretaria da SEJUC. Eu nem sabia que o trânsito estava tão assim, uma igreja ser a coordenadora das outras. Doutor Lessa, nós estamos buscando durante a CPI até nas visitas. As sugestões que nós tínhamos, nós já vamos dando para o Secretário de Justiça e Cidadania, nós não vamos esperar o relatório final, já vamos dando, Vossa Excelência está aqui. Então já vai conversando, já vai tentando organizar as coisas, resolver os problemas e não deixar um relatório frio, e talvez as autoridades que vão demorar para ler. O objetivo é nós tentarmos resolver os problemas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Obrigado pela presença, padre Sérgio, quero parabenizar pelo trabalho realizado. Um trabalho voluntário, um trabalho espiritual, porque aquelas pessoas de fato merecem e precisam, não há como se fazer pergunta, além de parabenizar todo o trabalho da igreja católica e voluntários das demais igrejas. A minha pergunta é no mesmo sentido do deputado Izaías Maia, o problema de alguém controlar. E me preocupo mais ainda, alguém de uma outra igreja ou segmento religioso coordenar. Então, deixo como sugestão pedir uma recomendação, já que este diálogo é franco com o Secretário de Segurança Cidadania e Justiça que o coordenador deve ser alguém da secretaria, até porque essa pessoa da secretaria tem condições de acompanhar, saber quais os dias e momento de fazer as visitas. O deputado Jorge Everton disse que a moça que coordena é da Secretaria, para não fazer nenhum tipo de escolha, ou de alguma forma evitar que uma outra igreja tenha acesso. Pedir do Secretário a devida atenção, ou até mesmo nos enviar um calendário acompanhado dos critérios estabelecidos para esse tipo de visita, também que verificar as condições de segurança dessas pessoas que são voluntária, tanto da igreja católica como da protestante. Então, deixo essa solicitação com a intenção de facilitar, harmonizar e democratizar, além de criar um ambiente favorável para essas pessoas que querem ajudar. Parabéns, Padre pelo trabalho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Senhora Presidente, demais Deputados presentes. Quero somente agradecer ao Padre Sérgio pela benevolência de seu trabalho, sabendo que as pessoas que estão lá cometeram erros, mas estão lá para ter condições de socialização. O Senhor falou algo no sentido de que há uma corrente que estuda o sistema carcerário brasileiro e diz que a essência é que eles tenham ocupação, uma mente desocupada sempre pensa o que não deve, e vai praticar o que pensou indevidamente. Portanto, eu acho que essa reflexão deve ficar aqui na Comissão, visando construir e buscar alternativas para que haja uma ocupação para aqueles detentos. Recordo-me que, em tempos pretérito, quando a Deputada Lenir era Secretária e eu Governador, nós tínhamos lá uma fábrica de bola, onde a Secretaria de Educação do Estado de Roraima era abastecido por essa fábrica de bola. Era uma oportunidade que se tinha naquela época, tinha uma marcenaria que confeccionava carteiras, alguns vendiam produtos que eles mesmo fabricavam e dessa forma gerando renda para a família. Então, agradeço a sua presença, que a mensagem da ocupação tenha um sentido muito forte para que as mentes estejam ocupadas. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Até para que a nossa Comissão possa facilitar o trabalho não só da igreja católica mas de todas as igrejas. A gente observou, como o Padre Sérgio falou, que essa mudança de horário complica para algumas igrejas e facilita para outras. Então, tem que ser tomada providência para que todas as igrejas tenham os mesmos direitos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Neste momento, por questões de procedimento, eu pergunto ao Relator Deputado Jorge Everton, se tem mais alguma pergunta. Não havendo mais pergunta a ser proferida, ao mesmo tempo em que agradecemos vossa presença o parabenizamos pelo trabalho desenvolvido. O Senhor vai assinar um termo de depoimento, ressaltando que o seu depoimento está sendo gravado e posteriormente será degravado. Agradecemos sua presença.

Só a título de informação, nós estamos em um ritmo acelerado para desenvolver a CPI, nós temos prazo até dia 20 de novembro. Ontem nós tiramos uma meta de que... um Requerimento para nós prorrogarmos o prazo para dentro da legislatura, porque nós vamos terminar o procedimento da CPI dentro do prazo, mas o Relator não pode ficar prejudicado na análise processual e nos depoimentos que serão degravados. Então, iremos terminar nesta legislatura e vamos usar a jurisprudência do STF, semana que vem nós teremos mais oitivas. Gostaria de pedir ao Senhor Relator que passe à secretária da comissão a prioridade dos depoimentos, por exemplo, os Secretários, quem Vossa Excelência quer ouvir na sequência.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a oitiva e, conseqüentemente, a presente reunião.

Dep. Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 034/16, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 017/16, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nºs 019/16, 024/16 E 025/16, PARA APURAR POSSÍVEIS FALHAS NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RORAIMA.

Às quinze horas do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sétima reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro abertos os trabalhos desta comissão.

Desejo boas-vindas ao Deputado Francisco Mozart que irá substituir o Deputado Izaías Maia nesta comissão.

Comunico aos membros desta comissão que a ata da reunião anterior não será aprovada nesta reunião, pois se encontra em fase de conclusão. São mais de 100 páginas e ela precisa passar pela devagração e revisão desta Casa.

Nós temos algumas pessoas para ouvir nesta tarde, enquanto o Deputado Jorge Everton não se apresenta na comissão, iremos nomear como relator ad hoc o Deputado Flamarion Portela para as anotações pertinentes.

Atendendo à convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o senhor André Barroso, Chefe do Serviço de Vigilância Interna, CDI, do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado de Roraima, para prestar esclarecimentos sobre as possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado, conforme Requerimento nº 034/16

Solicito ao Senhor Relator Ad hoc, Deputado Flamarion Portela que proceda à leitura da ficha de identificação do Senhor André Barroso.

O Senhor Relator **Flamarion Portela** – Lida a Ficha de Identificação do Depoente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Senhor André, informo ao senhor que seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio, no HD do computador, e devidamente gravado em CD-ROM.

Informo que o senhor fica compromissado a dizer a verdade. No caso, se o senhor vier a fazer alguma afirmação falsa, será penalizado conforme o Artigo 242 do Código Penal, por falso testemunho. O Senhor não está sendo acusado de nada, mas vai prestar testemunho sobre o Sistema Prisional, porque temos o objetivo de apurar possíveis falhas nesse sistema. Nós estamos analisando, já fizemos as visitas técnicas nas unidades, inclusive onde o senhor trabalha, na CPP. E estamos também fazendo a análise documental. Neste momento, estamos na fase de oitivas para que eventuais testemunhas sirvam como prova testemunhal.

Primeiramente, quero saber de Vossa Senhoria se além do CPP, o senhor já trabalhou em outras unidades no estado?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - E o senhor trabalhou lá em que época e quanto tempo?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Eu trabalhei na penitenciária quando nós terminamos a formação na academia, porque fui designado para lá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Na sua opinião, se o senhor fosse designado para ser gestor da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, quais os gargalos e as deficiências que, se tivesse poder, traria como sugestão para mudar a realidade do presídio, visando o bom funcionamento daquele presídio?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Primeiramente, trago como sugestão a construção de um novo presídio, porque o atual, na situação em que se encontra hoje, se o reeducando der um chute na parede fica um buraco. Então, um presídio novo em primeiro lugar. E depois, abriria concurso para contratar mais agentes penitenciários porque nós precisamos de mais efetivo na Penitenciária. Eu lembro que quando iniciamos, éramos 30 agentes, hoje, no plantão, são 12. Isso em um plantão completo, fora o pessoal que adoce, entra de férias ou quando acontece algum problema no dia a dia. Então, primeiramente, a construção do presídio; depois concurso público para os agentes, seguidos de capacitação, como prevê a divisão

certa dos apenados, os preventivos, o pessoal do regime fechado e o pessoal do semiaberto.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Há quanto tempo o senhor está no SVI do CPP?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Aproximadamente há três meses fui convidado para o SVI do CPP.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – No tempo em que o senhor estava na penitenciária, quais as atividades laborativas que os presos tinham?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Tinha escola para eles estudarem, alguns campeonatos de futebol, entre eles, e a gente prevê isso para os reeducandos, bem como cursos. Era mais ou menos isso aí. O banho de sol deles acontecia normalmente, como prevê a lei, e as visitas, é claro.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nesses três meses que o senhor está no CPP, houve transferências, agora com as mudanças, depois que nós fizemos as visitas?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – As transferências que a senhora está falando são em relação aos reeducandos do Comando Vermelho?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Sim

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Sim, houve.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós fomos lá e verificamos que estava muito organizado, na medida do possível, pois estava tudo limpo, o mato capinado. E como eles saem para trabalhar estava tranquilo, porque no dia que nós fomos não tinham reeducandos. E agora, após as transferências, está um ambiente tranquilo?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Tranquilo. 100% eu nunca vou dizer que está, porque pelas investigações, a gente sabe que tem o PCC e o Comando Vermelho, pois temos informações que no CPP temos esse pessoal. Mas, na medida do possível, a gente procura trabalhar, porque tem plantão lá que são quatro agentes: três homens e uma mulher; em outros tem dois homens e duas mulheres. E como eu falei, os plantões nem sempre estão completos, sempre tem alguém que está resolvendo algum problema psicológico ou outros problemas do dia a dia. E, recentemente, colocaram uma tranca lá para os reeducandos que estão tendo problema. No CPP não temos como disponibilizar uma segurança, até para os próprios agentes, não temos munição, armamento. As pistolas que têm lá são os próprios agentes que compram. Quando não tem, a gente se vira para tentar cautelar. Então, na medida do possível, a gente está tentando fazer um bom trabalho. O CPP tem um padrão bom, mas a gente procura fazer o possível para que esse padrão não caia. Mas em termos de segurança, não temos, até porque as alas onde os reeducandos se encontram, se eles quiserem fugir por cima, fogem. Se derem um chute na porta ela cai. Não há segurança, mas a gente procura trabalhar bem, no diálogo, na conscientização, dentro da legalidade, conforme a lei prevê.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor tem notícia do grupo que trabalha com agentes penitenciários, se alguém já recebeu ameaças de alguns desses grupos de facção?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Com certeza sim, eu mesmo já sofri muitas ameaças, mas esse é um trabalho que eu, particularmente, que fiz o concurso, já sabia que pendia para esse lado. Então, dependendo da situação, a gente procura se resguardar cada vez mais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor André, aqui na CPI a prioridade é do Deputado Jorge Everton que é o relator, então vou passar a palavra para ele fechar. Eu vou inverter o procedimento para que ele possa fechar com as perguntas.

Passo a palavra para o Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhores Deputados. Boa tarde, senhor André, o senhor disse que foi trabalhar na PAMC. Nessa época, o senhor sabe dizer se as marmitas que entraram lá eram contadas? Havia um controle rigoroso da organização de vocês ou de qualquer outro órgão de controle, como a PM, que pudesse dizer: não, hoje aqui nós recebemos no começo 800, 1000 marmitas? Vocês faziam alguma vistoria nessas marmitas, pois pode ir alguma coisa lá dentro, um celular, por exemplo, ou outra coisa? Isso era feito, já que o senhor começou após a formação a trabalhar lá?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Mil e poucas

marmitas, na época, mas a gente sabe que cada vez mais tem aumentado o número de reeducandos. A gente fazia sim as revistas, não em todas, até porque, só sabe quem trabalha lá. Se todos os dias a gente pegasse cada marmita, abrisse, fizesse a revista, isso demoraria muito tempo. Isso é óbvio! E a massa, lá dentro, dos reeducandos, qualquer coisa eles começam a arrebentar. Duas coisas que tem que se tomar muito cuidado é em relação à visita e à alimentação. A gente pegava alguns isopores, fazia algumas revistas e liberava as outras marmitas para entrar.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Vocês abriam o isopor, olhavam ali?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Escolhíamos algumas marmitas do fundo, do lado esquerdo, do meio. Digamos que chegasse 20 isopores, escolhíamos umas 5 ou 6 e abríamos algumas marmitas para que a alimentação pudesse entrar, até porque, como não há segurança, temos que tomar muito cuidado com isso, porque como não temos armamento, não temos estrutura, então não daria para usarmos o tempo que fosse necessário para poder fazer uma revista bem feita.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor André, quando o senhor trabalhava lá não tinha o kit-alimentação ainda? Vocês comiam desses mesmos marmitex?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Alguns dos agentes comiam, para outros a gente fazia uma vaquinha e comprava, mandava pedir e o pessoal trazia para nós.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Os PMs também comiam?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Eu não posso dar certeza, mas eu acredito que sim.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Está bom, Deputada Lenir, estou satisfeito, porque essa preocupação dos marmitex, pelos depoimentos que nós ouvimos até agora, nós diríamos que é uma coisa muito preocupante. E como o senhor disse, é algo em torno de 1.500 marmitex e a gente não teria como verificar. Ao mesmo tempo, isso é uma vulnerabilidade, porque ninguém sabe o que pode estar ocasionando ao sistema. Mas, para encerrar, o senhor nunca ouviu falar sobre o transporte de alguma coisa ruim no meio dessa comida?

O Senhor **André Barroso** (Chefe do Serviço de Vigilância Interna do Centro de Detenções Penitenciárias do Estado) – Excelência, a gente escuta várias coisas, mas é como eu falo, se é para cobrar, então nos dê uma estrutura para que a gente possa verdadeiramente fazer um bom trabalho. Agora, do jeito que está, não tem como fazer um bom trabalho. Graças a Deus a visita vexatória melhorou bastante, até com detector de metais. Mas ainda falta muito para a gente poder fazer um bom trabalho, pois a sociedade merece.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, boa tarde, André. O Deputado Flamarion perguntou se na época vocês comiam das marmitas. Como é hoje? Vocês se alimentam das marmitas servidas lá?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. – Bom, hoje eu estou no CPP. Na época que eu estava lá, posso responder para Vossa Excelência, alguns comiam, outros não. Uns até passavam mal com a alimentação. Eu, particularmente, procurava não comer, ou eu trazia a minha comida ou comprava fora.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Existe reclamação por parte dos presos em relação à alimentação?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. O senhor fala especificamente no CPP, ou na penitenciária?

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Nos dois. A firma que fornece é a mesma, não é isso?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. – É como eu falei antes, estou há três meses no CPP. Lá eu não ouço reclamação, até porque o fluxo é pouco, então o pessoal se alimenta mais quando está fora, mas na penitenciária, eles reclamavam muito, que a comida chegavam estragada, que muita gente tinha problema ao ingerir o alimento e acabava passando mal e, às vezes, a gente tinha que fazer uma saída de emergência para levar o reeducando para o hospital.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Até que ponto o senhor acha que essa questão das facções interferem nos incidentes, nas fugas que estão ocorrendo no Sistema Prisional?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima

– PCC. - Na verdade, cabe ao estado ter o controle disso. Eu não posso aqui dizer isso ou aquilo em relação à facção, mas acredito que em todo canto tenha essa problemática. Cabe ao estado dar uma estrutura para os agentes penitenciários poderem trabalhar da melhor maneira possível. Nos últimos tempos, antes da minha saída, me esforcei muito para ajudar a separar os integrantes da facção e administrar bem, manter as coisas limpas, mas isso sempre vai ter em todo presídio. Entretanto, se o Estado der uma estrutura melhor na questão das guaritas, no espaço externo, com certeza não haverá tantas fugas.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – O senhor disse que logo que assumiu o efetivo era de 30 e hoje está em 12. É isso?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Aproximadamente 12, 15 estourando, acho que não passava disso. Falo na Penitenciária, onde nosso efetivo era de 30 agentes, mas se bem que naquela época não estava arrumado como hoje, na medida do possível. É claro que tem muita coisa para melhorar, mas na época o semiaberto andava no nosso meio, por isso era muito difícil. Mas a gente conseguia desenrolar a missão porque fazia parte da gente nos arriscar no meio dos presos. Hoje, graças a Deus, tem a intervenção do GID, grupamento formando por agentes penitenciários, que teve uma capacitação pelo BOPE e a Polícia Militar está também dando esse apoio. Agora, está um pouco mais organizada essa questão de horários para entrar e também para atender os advogados. Antigamente, o atendimento era feito em horário e a gente entrava e ficava à mercê da situação. Hoje, está um pouco mais controlado.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – O senhor acha que o número de funcionários hoje ainda é insuficiente?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Com certeza.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Estou satisfeito, Presidente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado, Relator Jorge Everton para formular os questionamentos que achar necessários.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa tarde, Presidente, desculpe o atraso, colegas Deputados, doutor Lessa. André, boa tarde meu querido.

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima, – PCC - Boa tarde.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – André, o senhor falou que está há três meses no CPP. Quando a alimentação chega lá, ela chega só à noite ou chega no horário também do café da manhã? Qual o tipo de alimentação que tem no CPP?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Chega no café da manhã, no almoço para os reeducandos, para os agentes, para os plantonistas e para aqueles que estão na tranca normalmente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Chega a alimentação para os plantonistas também? O agentes se alimentam da alimentação fornecida pela empresa?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Isso, porque acaba sobrando, nem todo reeducando come, aí tem alguns agentes que querem.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual a quantidade de alimentação que chega de manhã?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Olha, hoje a gente está na base de 153 reeducandos, os que se encontram lá, e acredito que recebemos cerca de 170 marmitas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – A mais do número de presos?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - É. Porque temos os que estão foragidos. Eu digo 153 hoje, dos que estão conosco.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Não. A minha pergunta é quantas alimentações chegam de manhã?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - 170.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Você conta?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Eu não conto. O plantonista que pega, na verdade, funciona assim:

O RH que faz o pedido das marmitas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O RH da SEJUC?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Não. O RH do CPP que faz o pedido e os plantonistas que recebem.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – É registrado em livro a quantidade?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - É para ser registrado no livro a quantidade. Tanto é que eles assinam toda vez que a alimentação chega lá.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eles assinam? Foi o que eles falaram, que assinam, mas disseram que não contam.

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Mas é para contar, isso é o certo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Essas 153 marmitas são revistas?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - É, como falei para o senhor, eu sou do SV de lá e fico na parte operacional, na parte administrativa, mas quem recebe, em primeira instância, é o pessoal do plantão. Então, eu não fico preocupado porque tem o chefe plantonista para fazer essa contagem das marmitas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas o senhor sabe que a sua segurança é colocada em risco, se isso não for feito da forma correta.

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Os chefes de plantões estão cientes que precisam fazer a vistoria em toda unidade prisional. Isso é um fato.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Perfeito. Mas o senhor sabe informar se eles contam?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Não. Eu não posso dizer que eles contam, porque eu não estou lá sempre.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E o senhor não sabe informar se eles revistam? Foi isso que eu entendi.

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Isso. Eu acredito que cada um tem a sua responsabilidade. E eu sei das nossas responsabilidades. Então, eu, como chefe de plantão, se as marmitas estão chegando, cabe a mim fazer as revistas. Acredito que os chefes de plantões fazem sim as revistas. Mas, eu não estou lá todas as vezes que estão fazendo a revista.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O senhor, como Chefe da SVI faz revista nas celas onde estão os presos?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Sim. Nós entramos, pois procuramos trabalhar na investigação quando chega alguma informação para nós. E reunimos a equipe para fazer a revista.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E acham algo?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Às vezes sim. Às vezes não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Às vezes sim? É o quê?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Em que sentido o senhor está falando?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O que o senhor acha?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Às vezes, a gente acha tabaco, mas no CPP, por exemplo, não é permitida a entrada de tabaco, cigarro, isqueiro, droga, com certeza não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas acham?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Com certeza. Às vezes, eles fazem lançamento de droga, só que a gente encontra na parte externa. Então, a gente faz a revista e encontra sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Existem veículos na unidade à disposição de vocês?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Sim. Assim que eu cheguei lá eram dois, uma pickup L-200 e um corsa. A L-200 deu problema, tivemos que mandar arrumar, estamos apenas

com o Corsa.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Quando foi que ela deu problema?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Há menos de um mês.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Sabe a placa dela?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Não sei.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O senhor teria como nos fornecer depois essas placas?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Com certeza.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Estou satisfeito, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao depoente se deseja acrescentar algo a mais do que lhe foi perguntado?

O Senhor **André Barroso**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, do Centro de Progressão Penitenciário do Estado de Roraima – PCC. - Não. Só agradecer e dizer que estou aqui para ajudar da melhor maneira possível. O senhor pode enviar o documento que a gente vai responder as solicitações dos senhores.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, agradecemos a sua presença. O senhor vai assinar o termo de oitiva.

Então, para não perder tempo, como tivemos mudanças com o nosso vice-presidente que agora é o Deputado Francisco Mozart no lugar do Deputado Izaías Maia, peço que o senhor aguarde para irmos antecipando a outra oitiva, pois o senhor tem que assinar. Obrigada

Solicito à secretária dessa comissão que conduza à sala o Senhor João Paulo de Godoi.

Boa tarde Senhor João.

Solicito ao Senhor relator, Deputado Jorge Everton, que proceda à leitura da ficha de identificação do Senhor João paulo de Godoi.

O Senhor Relator, Deputado **Jorge Everton** - Lida a ficha de identificação.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Solicito que todos falem ao microfone. A ata será transcrita na íntegra. Informo ao senhor depoente que o seu depoimento será gravado em vídeo e áudio, registrado no HD do computador e devidamente gravado em CD ROM.

Informo ao senhor que está compromissado a dizer a verdade e caso venha a fazer alguma afirmação falsa, ilegal, calar a verdade, se incidirá nas penas do artigo 342 do Código Penal.

O Senhor não está sendo acusado de nada, mas fará um depoimento nessa CPI do Sistema Prisional, que tem como objetivo apurar possíveis falhas no funcionamento do Sistema Prisional aqui no Estado de Roraima.

O senhor que atualmente é chefe do SVI da Cadeia Pública do Estado de Roraima, já trabalhou em outras unidades?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe de Serviço da vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** –Qual?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – No Centro de Progressão Penitenciária. Eu era chefe de SVI lá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E há quanto tempo o senhor está como chefe de SVI na Cadeia Pública de Boa Vista?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Desde o dia 01 de setembro de 2016.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** –Quando nós fizemos a visita técnica na Cadeia Pública, o senhor estava nesse dia?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas o senhor soube que nós estivemos lá?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Soube.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós verificamos todas as alas, cela por cela, local por local, fomos no SVI, fomos nas salas de apoio, laboratório, sala de dentista, fomos em todos os locais, inclusive, nos repousos dos agentes penitenciários. Daquela data para cá, com esses fatos recentes, mortes que houveram na Penitenciária e transferências para a Cadeia Pública e vice-versa, quais as mudanças que o senhor considera que foram negativas quanto à Cadeia Pública? Quando chegamos lá, como

a visita técnica já era anunciada, estava tudo arrumadinho, inclusive, os presos estavam tranquilos, estava tudo na medida do possível e organizado, e agora, como o senhor está vendo essas mudanças?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Bom, não posso falar das mudanças antes de assumirmos, tanto eu como o atual diretor, pois assumimos na mesma data. Mas, a partir do momento que assumimos até agora, mudamos muita coisa e nada de negativo até então. Todas as mudanças que nós fizemos foram positivas, portanto, não posso falar mal da nossa administração.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Agora que nós tivemos informações de familiares quanto à existência de violência física dentro da Cadeia Pública, o que o senhor tem a dizer sobre isso?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Bom, o que eu tenho a dizer é que os reeducandos que foram transferidos para a Cadeia Pública, tantos eles, quanto os reeducandos, que foram transferidos para a Penitenciária Agrícola, os dois passaram, por rebeliões. As violências físicas que sofreram foram causadas por eles mesmos. Nós tentamos impedir. Os familiares chegaram por lá e verificaram hematomas neles e começaram a acusar os agentes que acabavam de chegar. Não vou falar da Penitenciária, mas da Cadeia Pública. Eu não vi ninguém agredindo, até porque essa não é a nossa política.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quando houve as transferências para a Penitenciária, os bens desses presos, televisão, roupas, vocês devolveram para as famílias?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Não tinha como devolver o que foi destruído. Se a senhora notar, desde que houve a rebelião na quinta-feira, dia 20 se não me engano, destruíram praticamente toda a Cadeia Pública. Se a senhora for lá agora, neste momento, por isso que eu vim de boné, estamos em obra, estamos tentando consertar tudo que foi destruído, inclusive os bens dos detentos. A maior parte dos bens destruídos foram levados pela caçamba para serem jogados no lixo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu lhe perguntei se tinha tido alguma coisa negativa e o senhor disse que estava tudo limpo, que não teve nada negativo.

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Eu acho assim, o que foi destruído, foi destruído por eles. Eu vejo a mudança que foi feita como algo muito importante até agora. Essa separação impede que eles se matem. Nós estamos preservando a vida e isso é positivo, na minha opinião. Então, o que foi destruído, foi destruído por eles, não foram os agentes que destruíram.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas, nós não dissemos em nenhum momento que foram vocês. O que eu perguntei para o senhor....

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Eu não vejo isso como negativo, foi uma mudança positiva, ao meu ver. Conseguimos consertar o que estava quebrado. E a senhora foi lá para a visita técnica. Eu gostaria até de convidá-los para que fossem lá verificar novamente, de perto, as mudanças que ocorreram na estrutura presdial e o que a gente vem fazendo dia após dia na Cadeia Pública. Eu acho que a única coisa que pode ser vista como negativa na visão da senhora, que eu não vejo como negativa, foi a perda dos bens deles que eles quebraram. No dia da rebelião eles jogaram botija de gás pegando fogo. Então, eles destruíram os bens e a estrutura da cadeia.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Era exatamente isso que nós queríamos saber, se por conta das transferências quais foram os aspectos negativos que tiveram.

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Eu não vi aspecto negativo com as transferências, eu vi só pontos positivos, porque agora, da maneira como está, dificulta que ocorram mortes, por exemplo. Agora, estão bem seguros, vamos colocar assim. Conseguimos fazer uma separação. Não há conflitos mais entre eles.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O senhor está dizendo muito categoricamente que eles estão seguros. Então, na sua opinião, pela forma como eles foram separados, agora, neste momento...

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Na Cadeia Pública.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E eu estou falando da Cadeia Pública mesmo. O senhor acha que com essa separação eles estão seguros e que essa forma que vocês fizeram pode evitar mortes, por exemplo?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Sim. Na Cadeia Pública, no momento, da maneira que está, não estou falando que é a resolução do problema, mas no momento pode-se evitar mortes.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Certo. Nós aqui também fizemos perguntas a várias pessoas sobre a entrada dos alimentos. Qual o número de marmitex que entra por dia na cadeia pública?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – 325 a 335 mais ou menos, depende da semana. Toda semana tem uma variação no número de reeducandos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quem é o responsável por contar as marmitas?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – São alguns reeducandos e os agentes.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E as marmitas são contadas?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – São contadas e anotadas em documentos todos os dias.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E a revista dessa comida, tem ou não?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Não. A gente faz uma revista por amostragem.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Hoje, o senhor tem lá, com essa mudança na cadeia, reeducandos do semiaberto que saem para trabalhar?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Não. Todos que saem para trabalhar vão para o CPP.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E aquela ala que nós vimos ultimamente que eram de agentes penitenciários, ex-policiais, ala I, continua?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Permanece do mesmo jeito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Lá não teve vestígio desses conflitos?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Não. Nós conseguimos impedir antes.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Como é que vocês trabalharam a divisão, para separar, por exemplo, acusados de estupro?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de vigilância Interna, SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima – Eles estão na ala 09.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E os que ficaram supostamente as pessoas ligadas ao comando vermelho?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – As pessoas supostamente ligadas ao comando vermelho ficaram na Ala 9?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. Não. Nós dividimos os blocos em A e B. Antes eles eram interligados e comportavam todos os reeducandos, tirando os ex-policiais e os seguros, como são chamados aqueles que têm problemas de convivência com os outros. Então, tudo foi ajustado, com parede reforçada, arrumamos as celas, as alas que foram mudadas do bloco A para o bloco B, e colocamos o pessoal que se intitulava como membro do Comando Vermelho no bloco A. P restante dos apenados que declaram não fazerem parte com nenhuma facção no bloco B, e os que se declaram no Primeiro Comando da Capital ou encaminhamos para a Penitenciária Agrícola.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E lá tem alguém que se denomina membro da facção filhos do norte?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. Não há nenhum declarado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E pelo serviço de inteligência de vocês, acham que tem?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. Eu acredito que sim, mas não vou afirmar porque não vi, eles se designam com placas, tem toda uma denominação e eu não vi ninguém com esse tipo de denominação.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nas últimas duas semanas, no feriado do dia 02, dia dos finados, o senhor tem a quantidade de

presos que foram liberados por sete dias?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. Foram pouquíssimos: uns dois ou três.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – As faltas graves que eles estão adquirindo são comuns a quê? Celular, quebra de cadeado, alguma coisa nesse sentido?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. Varia muito, normalmente a falta grave deles é por desrespeito ao agente, ou conflito entre eles mesmos. E a gente acaba detectando coisas que detectava antes, porque nos últimos dias não nos deparamos com esse tipo de atitude. Na realidade, desde a transferência não houve mais nenhuma falta grave.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Certo! O senhor sabe informar se as visitas voltaram a normalidade?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima - Voltaram a partir desse último final de semana, inclusive, dividimos os dias de visitas para não haver conflito entre as famílias lá fora.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E qual é o dia que as famílias podem levar crianças?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública do Estado de Roraima. O primeiro domingo e o primeiro sábado de cada mês.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Na verdade, nós também recebemos aqui essas famílias de presos. E, na sua visão, tem alguém que realmente tem direito a esse benefício, porque no SVI vocês têm condições mais ou menos de dizer, mesmo que esteja ausente a Defensoria Pública para solicitar esses benefícios?

O Senhor **João Paulo de Godoi**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI da Cadeia Pública do Estado de Roraima - Na realidade, a Defensoria Pública sempre foi ausente, raramente temos um suporte da Defensoria. Nós temos a sala da defensoria, mas não há atendimento. Para afirmar agora, no momento, eu tinha até um controle, mas estamos fazendo um novo levantamento. Devido às transferências, estamos fazendo um novo cadastro, por isso fica difícil ter essa resposta se têm ou não direito a esses benefícios e não foi cumprido, porque grande parte saiu dali e temos que refazer a contagem. Cada unidade tem seu sistema.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao Relator se posso usar a mesma metodologia.

Com a palavra o Deputado Flamarion Portela.

Quero registrar a presença do Deputado Odilon filho. Agradecemos sua presença e, se quiser, pode participar.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor João Paulo Godoi, pela sua experiência com o sistema, o senhor já trabalhou na PAMC?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Nunca trabalhei na Penitenciária.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – O senhor conhece a qualidade da comida da empresa anterior e a qualidade dessa empresa de agora? Há similaridade entre as empresas que fornecem? Algumas delas fornecia com a qualidade melhor que a outra? O senhor pode fazer algum comentário sobre isso?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Acho que em nenhuma das duas a qualidade é boa, é difícil diferenciar, mas dá para comer.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Claro que o senhor conversa com seus amigos, colegas. E o que a gente ouviu aqui, ao longo dessas oitavas, é algo que nos deixou preocupados. O senhor disse que o pessoal faz um controle dessas marmitas, mas tivemos a oportunidade de ouvir depoimentos do Comandante da PM sobre o Sistema Prisional da Associação dos Agentes que, quando se faz alguma coisa, é por uma amostragem muito restrita. O senhor já ouviu falar que isso poderia ser um instrumento, veículo, para fazer ingressar dentro do sistema coisas do tipo: celular, arma etc?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Não só ouvi falar, como é um convívio diário nosso. O problema é que a gente não tem nem tempo, nem efetivo, para ficar fazendo vistoria em cada marmitex. Hoje, nós recebemos um aparelho de raio-x e talvez, a partir de amanhã, a gente possa ter um controle maior. Mas é complicado, porque a gente faz por amostragem, são 325, 335, depende da quantidade de presos que temos, e nosso efetivo é baixo para trabalhar e fazer a verificação de cada marmitex.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – E já está instalado esse equipamento?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Foi instalado hoje.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – A partir de amanhã vai ser usado?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Vai ser usado a partir de amanhã. Inclusive, estou vindo direto de lá, estávamos fazendo essa instalação.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Obrigado, senhor João Paulo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Relator Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa tarde senhor João. A nossa Presidente faz todas as perguntas e não deixa quase nada para nós. Mas isso é bom, porque acompanhamos o raciocínio dela que é muito bom. Sobre essas perguntas que estão sendo feitas, estamos batendo, principalmente na questão da segurança, porque é a segurança de vocês que está em jogo. Fui diretor da Penitenciária e sei exatamente o que é isso. O senhor falou que é, em média, de 300 a 350 marmitex, isso fala tudo. No café da manhã é essa quantidade?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – No almoço 325 a 335, no jantar a mesma quantidade de marmitex, mas pela manhã é o dobro a quantidade de pães, e é em média 640 pães, dois pães para cada preso e uma quantidade de garrafas de café com leite.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Esses marmitex são contados por quem?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Por reeducandos na presença de agentes.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Toda alimentação que chega na cadeia é contada?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Sim, pelos presos, na presença do agente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O senhor conhece o senhor Lindomar?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Conheço.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Ele já foi ouvido aqui e falou que não tem como confirmar a contagem.

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Mas é como estou dizendo, não posso afirmar o trabalho de outras pessoas, posso afirmar o que eu faço, o que eu acompanho e como minha equipe trabalha. Como já falei, estou na Cadeia Pública desde o dia 01 de setembro fazemos o meu trabalho dessa forma.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Na Cadeia Pública o senhor é o chefe do SVI. O senhor comanda o chefe de plantão também?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O seu colega que acabou de sair disse que existia uma independência, o chefe de plantão responde pelo plantão e o chefe do SVI cuida da unidade interna. Então, lá no CCP é um procedimento e na Cadeia Pública é outro. O senhor adotou outro procedimento?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Não, sobre isso que ia falar agora. Cada Unidade Prisional tem o seu sistema de trabalho, na Penitenciária Agrícola existe dois chefes de SVI: um administrativo e um operacional. Na Cadeia Pública existe um chefe de SVI, que é operacional e administrativo ao mesmo tempo. No CPP, quando estava lá como chefe de SVI, eu fazia o mesmo tipo de procedimento que faço na Cadeia Pública, que é o administrativo e operacional ao mesmo tempo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Isso está normatizado?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Está normatizado, chamado de chefe de segurança e disciplina, onde contam todas as atribuições. Ele presa pela segurança, disciplina, por coordenar a parte administrativa e operacional. Quando se coordena a parte administrativa é todo o corpo administrativo, quando se coordena a parte operacional, é todo corpo operacional, incluindo a chefia de plantão. O chefe do SVI jamais vai se intrometer no trabalho do chefe de plantão, mas ele vai cobrar do chefe de plantão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E essa normatização é única, é para todos ou é para cada unidade que tem uma normatização diferente?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – É única para todos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, se lá no CPP estão adotando o procedimento diferente da cadeia, alguém está errado?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Eu respondo pelo nosso procedimento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Perfeito. O senhor falou que a contagem dos marmitex é feita por reeducandos que estão cumprindo pena.

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E acompanhados pelos agentes, eles contam todos?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Isso, a maior parte eu

acompanho.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E quem assina depois?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Quem assina é o diretor, mas quem recebe é o chefe de plantão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas ele assina recebendo ou só o diretor?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Não, ele recebe o check-in, assina o recebimento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quem assina a conferência?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – É o chefe de plantão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Nesses 300 marmitex, o senhor não acha que seria importante revistá-los para garantir a segurança de vocês?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Com certeza.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E não é feito?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Não em condições de fazer revista em todos os marmitex.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – São quantos agentes no plantão?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Hoje, nós temos sete agentes no plantão: duas mulheres e cinco homens.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E se dividir, não daria para fazer essa revisão?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Se eles ficassem 24 horas no plantão, sim. Mas eles não ficam, temos saída para o interior, saída para o hospital.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quantos efetivos ficam no plantão?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Dois, três. Hoje, depois da transferência, aumentou um pouco, porque temos o apoio do Gidi, temos preventivos lá, e temos que entrar nos blocos, abrir alas, abrir celas, cada entrada que temos que fazer, precisamos na faixa de 4 agentes, no mínimo, porque tem que ficar uma contenção embaixo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Os senhores têm veículos à disposição?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Temos um carro cela e um veículo particular.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual é o carro?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Astra.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Está lá 24 horas à disposição?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – 24 horas à disposição. Mas normalmente o diretor fica com o Astra, porque ele tem que ficar indo e voltando sempre, porém o carro cela fica 24 horas à disposição.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Está tendo combustível normalmente para esses veículos?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Está tendo combustível normalmente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Como vocês abastecem os veículos?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Com cartão de combustível que é designado para cada veículo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Cada veículo tem o seu cartão?

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quem fica responsável por esse abastecimento? O Senhor **João Paulo de Godoi** – O Diretor. Ele repassa o cartão ao chefe de plantão, o qual vai abastecer o carro cela e o outro fica com ele.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Estou satisfeito. Obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao depoente se quer acrescentar algo a mais do que foi lhe perguntado.

O Senhor **João Paulo de Godoi** – Não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao Deputado Relator Jorge Everton se tem algo mais a acrescentar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Estou satisfeito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor vai aguardar para assinar o seu termo e ficamos gratos pela sua presença.

Recebi uma informação da assessoria, pois como não foi publicada a substituição, o Deputado Chico Mozart não poderia participar, como Deputado. E temos quórum assim mesmo.

Passo as mãos do Deputado Jorge Everton, Relator, a ficha de identificação do depoente João Gabriel Costa Santos, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Solicito à Secretária que faça adentrar o depoente.

Solicito que todos falem ao microfone, pois a ata será transcrita

na íntegra. E informo que teremos imagem em vídeo, CD ROM e áudios, todos registrados no HD do computador e devidamente gravados.

Solicito ao Deputado Jorge Everton que leia a ficha do depoente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a ficha de identificação do depoente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Informo ao Senhor João Gabriel Costa Santos, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, que o senhor fica compromissado a dizer a verdade, caso venha fazer afirmações falsas ou negar e calar a verdade sofrerá pena com base no artigo 342 do Código Penal. por falso testemunho.

Está ciente, João?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** -Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo- Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós estamos realizando a CPI do Sistema Prisional, composta pelos Deputados Flamarion Portela, Jorge Everton, Relator, Deputado Odilon filho, que não é da Comissão, mas está acompanhando, e temos a presença do doutor Lessa, Procurador do Estado, que está acompanhando os depoimentos.

O objetivo da CPI é apurar possíveis falhas no Sistema Prisional. Essa CPI foi instalada e antes da rebelião que ocasionam essas mortes, visitamos a unidade, ou seja, antes de tudo isso acontecer.

Em quais unidades do Sistema Prisional o senhor já trabalhou?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Em quase todas, com exceção da de São Luiz do Anauá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E quanto tempo o senhor está no SVI da Penitenciária?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Dois meses.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós visitamos a Penitenciária, todas as Alas. O senhor estava no dia da visita?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Infelizmente aconteceram aqueles eventos de mortes. E agora, após essas transferências todas, como o senhor está vendo a situação? Fale um pouco sobre o seu trabalho.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Na verdade, o meu trabalho gira em torno de uma certa organização. O Major Francisco me repassa as demandas, da Polícia Militar, em relação à questão estrutural, pois ele já tem uma certa liberdade, ou seja, repassa diretamente para mim, e tento resolver dentro das condições que tenho e da forma que encontro lá. Então, quando chegar lá hoje, vou ver o que ocorreu no dia anterior para que eu possa tomar alguma medida. No caso de fuga, peço que seja incluída na ficha do reeducando que se encontra evadido do sistema, ou se for questão estrutural, tento desenrolar da forma que puder, se for um buraco, mando arrumar de forma que seja consertado e assim por diante.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E lá na Penitenciária tem dois chefes do SVI, ou só um?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Na Penitenciária são dois, porque é responsável por toda a parte operacional e o outro pela parte administrativa. Se for algo relacionado à ficha do reeducando, ou a alguma situação desse tipo, é direcionado ao SVI administrativo, se for parte operacional é comigo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Gostaria de saber se já deu tempo de vocês reorganizarem no SVI a entrada de quem foi transferido para a Cadeia Pública, a entrada dos presos considerados pertencentes à facção PCC (Primeiro Comando da Capital)?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Na verdade, esse pessoal foi realocado e esta não se trata de uma decisão simplesmente do diretor ou minha. É decisão tomada pela cúpula da Segurança Pública. O Coronel Comandante da PM, o Secretário de Segurança e outros veem as medidas que devem ser tomadas e nos consultam para saber se é viável ou não. Esse pessoal da Cadeia Pública foi realocado na Ala 12, que é o antigo local onde ficavam os presos do Comando Vermelho e o pessoal do Comando Vermelho, foi alocado em outra ala que não me recordo o número. Foi feita uma reforma urgente para que pudessem ter uma condição mínima de estadia lá, depois da quebradeira, e assim foi feito, eles foram realocados. Nós já tínhamos separado duas alas no fechado que seriam as alas dois e três e passamos esses reeducandos para a Ala 4, 5,6 e 7, para que pudéssemos trazer esse pessoal, caso não ocorresse a reforma da Ala 12. Então, como houve a reforma eles decidiram que os colocassem na Ala 12. E a Ala 2 e 3 ficaram vazias. Hoje, estaremos colocando a Ala do Idoso para lá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor estava no dia seguinte, quando a equipe do Ministério da Justiça e da ONU fizeram uma visita na Penitenciária?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Durante a visita do Ministério da Justiça sim, da ONU não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – No dia seguinte a este evento, o senhor soube de algum ato de violência, o famoso BACU, Baculejo com os presos?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Não. No dia da visita do pessoal do Ministério da Justiça, uma moça chamada Leticia, se não me engano, estranhou porque a cadeia estava muito silenciosa. Nós sentíamos até um clima meio pesado e antes que terminássemos a visita, fomos informados de que havia começado um motim na Cadeia Pública. Então, por segurança, fizeram uma visita rápida, já retraímos e a visita foi meio que no empurrão.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, o senhor, como chefe do SVI, não soube de nenhuma notícia ou qualquer ato dessa natureza que ensinasse, inclusive, na internação de detentos batidos? Ninguém foi internado no dia seguinte com esse tipo de violência física?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Não. Não chegou nada disso ao meu conhecimento, porque o que chega ao meu conhecimento é o que é lançado no livro. Como não estou lá 24 horas, as ocorrências são extraídas do livro e direcionadas às suas competências. O que for destinado a minha competência é enviado a mim. Lá no despacho, a gente determina para onde as ocorrências serão enviadas e é feito o registro do despacho. Se não tiver no despacho e eu não tiver presenciado, não tenho como dizer o que aconteceu.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – No dia que fizemos a visita na Cadeia Pública um agente penitenciário nos mostrou como os detentos abriam os cadeados e como era fácil abri-los. Vocês já conseguiram resolver esse problema?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Na verdade, ainda não. O problema de cadeado acontece todo dia. O reeducando não só abre o cadeado como o quebra também. Desde quando eu assumi, ficou um pouco mais difícil, isso com a ajuda do Major Francisco, pois ele conseguiu um pessoal voluntário da PM que vem dificultando a ação dos detentos em relação a abrir cadeados e portas. Como eles não tiveram mais essa facilidade de acesso ao cadeado, agora estão conseguindo sair pela parede, abrem um buraco na parede ou saem pela grade que tem para a entrada do sol.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E qual a sua sugestão para melhorar o Sistema Prisional? Se o senhor você fosse aquela pessoa que tem o poder para resolver, com sua experiência, como resolveria o problema?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – A partir de quando os agentes penitenciários começaram a assumir as unidades, podemos observar que houve uma grande melhoria. Às vezes, a gente observa que o problema realmente é para o sistema não funcionar. Um exemplo disso é quando a gente solicita material e o material não chega. Nós não temos uma questão estrutural bem resolvida. Se hoje um reeducando disser que está sendo ameaçado, nós não temos onde colocá-lo. Pedi uma orientação da juíza da Vara de Execução Penal e ela falou para a gente se virar, porque esta é uma questão do Executivo. Antes, o preso chegava e a gente o colocava na cela de contenção, que é uma cela de trânsito, até que a Polícia Militar entrasse para o colocarmos na cela do regime preventivo. Agora não, o reeducando já chega e diz que simpatiza com o Comando Vermelho ou com o PCC, mas ele não quer se denominar integrante da facção, ele diz que é amigo ou parente de alguém que faz parte de uma ou de outra facção. O que eu faço com uma pessoa dessas? O diretor da Cadeia Pública, por exemplo, só recebe, caso o reeducando se declare integrante da facção? Agora, a pessoa que se diz parente de um reeducando que é do Comando Vermelho, não vai se denominar integrante da facção. Minha pergunta à juíza foi exatamente essa: o que fazer sobre isso? E ela foi bem clara ao responder que esse era um problema nosso. Então, fica difícil, porque sabemos que tem alguns ameaçados lá e vocês viram no dia da visita, a situação de reeducandos que estão com morte decretada, ficam ali pela frente. E o efetivo é pouco, não temos como manter vigilância sobre aquele reeducando, porque fora esse, não existe outro lugar. Então, toda a questão hoje, gira em torno da estrutura e do financeiro. Com a gestão anterior, tínhamos uma certa dificuldade, mas agora, com a gestão atual, temos mais liberdade, porém o problema maior é a questão financeira, estrutural e de boa vontade. O Major Francisco tem se empenhado e ajudado bastante. Mas, às vezes, precisamos de um empurrão em uma questão política e não conseguimos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Daquela visita técnica para cá já chegaram os kits de higiene?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E com relação à comida, o senhor sabe me informar se os marmitex são contados quando chegam?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Não. Na

verdade, quem conta são os reeducandos, porque chegam lá com as caixas e eles já têm a noção de quanto tem em cada isopor. Por exemplo, se em uma fileira cabem 10, vão somando com as fileiras que têm para cima, e já têm mais ou menos uma noção. E na maioria das vezes eles reclamam que a quantidade veio abaixo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – É feita uma vistoria na comida? São abertos alguns marmiteix para olhar o que tem dentro, uma faca, um celular etc?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Não, eu já tentei fazer um planejamento para isso, só que a gente não consegue por conta do número reduzido de efetivo. Se eu tiver que revistar todas as marmiteix, o efetivo não dá conta. Ontem mesmo tínhamos somente quatro agentes penitenciários na penitenciária. Então, para se contar essas marmiteix teria que tirar dois agentes, o que desfalcaria os outros serviços a fazer. Com a chegada do raio-x, pensei em passar essas marmiteix pelo aparelho, mas a caixa não passa, ou seja, existem questões simples lá que para nós se tornam muito difíceis.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E quando sobra a comida, pois vimos que muitos não comem, o que é feito com essa comida que sobrou?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Quando o caminhão chega, eles baixam as caixas de isopor e o reeducando direciona para cada ala. Se vai para cozinha, os reeducandos da cozinha vão levar. Se vai lá para dentro, o pessoal que recebe da empresa distribui a comida nas alas certas. Ele pega no sistema o quantitativo de quantos presos têm em cada ala e de posse desse quantitativo já separa lá na frente e vai distribuir. Agora, quando chega lá dentro, aí a gente não tem mais o controle. Passou do portão, são eles que sabem. Antigamente quando tinha fogão e rancho lá dentro eles não comiam, retiravam somente a carne e a mistura para que pudessem melhorar. Essa é a expressão que eles usam. Tem um senhor que recolhe os restos no final do dia, pois ele tem uma criação de porco e vai lá buscar o que o pessoal separou.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós observamos que foi feita toda uma troca de detentos com essas transferências. O senhor acredita que agora as coisas estão mais calmas?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Acredito que ficou um pouco mais calmo. Até ontem nós tínhamos conseguido segurar as tentativas de fugas, mas ontem mesmo conseguiram fugir quatro. Ainda me desloquei de casa e a gente fez o cerco ali pelo Said Salomão, mas não conseguimos encontrá-los. Com essas transferências, sempre dá uma acalmada, porque toda vez que a gente efetua essas transferências eles precisam de certo tempo para se reorganizar, porque eles têm que fazer contato com o pessoal de outros estados para saber quem vai assumir o comando da cadeia ou algo do tipo. Às vezes, a inteligência repassa para a gente, outras vezes não. Então, pode acontecer de a gente ficar sabendo quem mais ou menos é o cabeça da história lá. Às vezes, a gente chama e tenta conversar, mas, nem sempre isso adianta.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quais as atividades laborativas que eles têm?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Hoje, as atividades giram em torno da remissão.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O que eles fazem na remissão?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Alguns fazem parte da limpeza, do conserto da parte elétrica, tem o pessoal da solda, que ajuda bastante, porque a gente já não tem mais empregado reeducando nas soldas das trancas das celas. A gente mesmo é que faz esse trabalho, ou então o Major Francisco arruma algum voluntário da Polícia Militar. Mas, eles trabalham na solda de algum carro e na reforma desses tipos de materiais. A gente tem bastante dificuldade nesse sentido, inclusive, os carros que distribuem a comida já estão todos com os pneus furados e, muitas vezes, a gente solicita que a empresa mande os pneus e eles não mandam, alegam que também estão sem receber e não têm como mandar. Ninguém quer saber das dificuldades, só quer saber se deu certo ou não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Deputado Jorge Everton sempre faz uma pergunta e eu vou fazê-la agora. Quantos carros têm à disposição de vocês?

O Senhor Depoente **João Gabriel Costa Santos** – Eu não vou saber de cabeça.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Deputado Jorge Everton sempre faz essa pergunta, quais os carros que vocês têm à disposição?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Eu não vou saber de cabeça, porque os carros que tínhamos e apresentaram defeito, devolvemos para a secretaria. Agora, carro administrativo nós temos

um, que é o do diretor, é um veículo logan que, por sinal, está em péssimas condições, o qual nos foi entregue pelo antigo diretor. Mas temos andado com ele dessa maneira, porque se pararmos o carro, não conseguiremos resolver muita coisa

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E quando vocês precisam sair, como aconteceu ontem que saíram pelo bairro Said Salomão para ver se detectavam algum foragido, saem em qual carro, além do da PM?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Na verdade, a Polícia Militar fez o cerco com as viaturas novas e como eu fico com esse veículo Logan, eu fui nele até a Penitenciária e tinha uns agentes lá. Então, fui eu e mais dois. Mas, geralmente, os agentes não têm o que fazer, só ficam na carceragem. Se o indivíduo fugiu, não tem mais o que fazer, ficamos de mãos atadas.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O senhor já teve a oportunidade de abastecer esse veículo? E como abastece?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Já. Quando eu assumi, esse veículo era abastecido na requisição. Agora, em torno de um mês, ele passou a ser abastecido no cartão da Ecofrota.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra para o Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Gabriel, eu só quero fazer duas perguntas. O senhor sabe que em cada contrato que o governo assina com qualquer empresa há um fiscal de contrato especificamente para aquele contrato, assim como esse contrato da comida que atende à Penitenciária e todo o sistema. A minha pergunta é se o senhor sabe quem é esse fiscal do contrato de forma global?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - O fiscal do contrato das refeições não, dos outros que... porque esse das refeições já vem há muito tempo. Antes, eu fazia parte do grupo de intervenção tática, mas quando era do nosso interesse, às vezes ficávamos sabendo quem era o fiscal do contrato, por exemplo, de um contrato de munição e armamento, aí sim, tem um agente nosso e ficávamos sabendo quem era o fiscal do contrato. Agora, esse da comida, não!

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – O senhor pode narrar para a gente como é que esses presos fugiram ontem? O que eles usaram para fugir?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Hoje pela manhã eu ainda não tive tempo de ir lá, o que me foi repassado foi que, na verdade, eles retiraram a madeira do teto, da cobertura, as permananças, e as amarraram com redes. Se eles tiveram acesso às ferramentas, vão utilizá-los, mas se não tiverem acesso, usam o que tiver, pano, roupas e por aí vai. Eles escoram a permanança no muro e depois que pulam a tela, já era.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Estou satisfeito. A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Deputado Odilon.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – O Senhor é efetivo há quantos anos?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Sou efetivo há três anos e quatro meses.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Todos os servidores que estão depondo aqui são efetivos? Tem algum cargo comissionado?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Todos são efetivos. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – São efetivos, mas recebem cargo em comissão?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Recebem o que dizemos que é função gratificada.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – O Senhor não sabe quem é o dono da empresa que fornece a alimentação?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Não sei.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – E a pessoa que faz a entrega?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Na verdade, o nosso contrato só se dá no recebimento. No caso da direção SVI se dá com a responsável da empresa que eu esqueci o nome dela...Cleo. Se foi faltando marmiteix, a gente entra em contato com ela para saber o que aconteceu. Se não mandaram o café, no outro dia a gente vai fazer o contato com ela: “faltaram duas garrafas de café.” ou algo do tipo. Esse contrato só

se dá com ela.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Essa falta só se dá quando algum preso reclama que não tomou café?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Não. Na verdade, o pessoal que recebe da empresa que distribui é remunerada para isso? O que acontece,? Ela vai contar e vai dizer, passa o quantitativo de reeducandos, tanto na Ala 13 quanto na Ala 14 ela já recebe aquilo e, em posse do quantitativo, vai contar o material que veio.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Quem mais utiliza essas refeições? Algum servidor da penitenciária se alimenta dessas marmitas que a empresa fornece?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Na verdade, as caixas vêm separadas, elas vêm no geral, são várias caixas, marmitas iguais e vem uma caixa que é destinada as pessoas que têm problema de hipertensão, que têm que ter uma comida diferenciada. E outra caixa é destinada aos servidores. Então, o reeducando já separa a caixa dos servidores, as deles e essa diferenciada para os hipertensos.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – A comida que é servida aos reeducando é a mesma servida aos servidores?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Sim.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – E o que vocês acham dessa alimentação, é ruim? A empresa anterior era melhor, ou a atual?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Na verdade, eu sempre me neguei a comer a comida de lá, não posso lhe informar como a comida é, pois prefiro comprar uma marmita. Vamos supor que aconteça um problema de saúde comigo, eu vou gastar mais.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Então, na sua opinião, a comida não é boa?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Não é boa. Às vezes quando vem feijoada até dá para comer.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – O Senhor sabe quanto custa um marmitex.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Não sei. Já escutei valores entre vinte e três e dezenove.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Deputado Jorge Everton.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – primeiramente, quero parabenizá-lo pelo trabalho. Fui Diretor da Penitenciária e sei, já bati cadeado com os agentes da época, sei da dificuldade de trabalhar lá.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Na verdade, a gente assumiu mais por conta do apoio ao Major Francisco. Ele tem nos dado um grande apoio e para que não venha uma outra gestão que a gente não se sinta tão seguro, a gente dá total apoio a ele. A gente sai da Penitenciária de madrugada para que não aconteça nada que possa tirá-lo de lá, e assim a gente perde o espaço.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Eu confesso que achei estranho o senhor ser do grupo de intervenção e depois se tornar o chefe do SVI, que tem um contato mais didático.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Assumi mais em apoio ao Paulo Passos também, pois foi a convite dele. Talvez se o convite tivesse partido de uma outra pessoa, eu teria recusado.

O Senhor Relator, Deputado **Jorge Everton** – A preocupação dele com a comida também é em relação à questão da saúde. Ele está certo! Mas em cadeia, o recomendado é que o agente não coma nem beba nada que seja fornecido lá, que ele traga sua própria alimentação, porque ele pode ser até vítima de envenenamento. Então, ele está certo em não se alimentar lá.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Tem também a questão da confiança. Se ele separa uma marmita, eu não faço consumo de nada de reeducando, se ele trouxe uma água, eu não bebo... nem tanto pelo fato da qualidade da marmita, mas pelo fato de ser manuseada por eles.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – O senhor falou que a cadeia deu uma acalmada, né? Mas a cadeia calma é sinal de problemas. Toda vez que ela dá aquela acalmada, se prepare para o pior.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Na verdade, a gente tem informação de alteração, de fuga... então, temos que

trabalhar em cima disso, tentando fazer um jogo de xadrez. Hoje, os informes giram em torno de fugas, ou de alteração do tipo pegarem os estupradores e presos por crimes sexuais. Então, a gente está sempre tentando contornar essa situação. Hoje mesmo, a gente vai destinar o pessoal mais idoso às alas 2 e 3, para que eles não tenham esse acesso a ala da cozinha, para onde serão destinados os reeducandos de crimes sexuais.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – As minhas perguntas, a Deputada Lenir já as adiantou. Ela já sabe a nossa rotina e é boa essa parceria, porque a gente já se entende bem. Mas, para frisar, é importante a revista da alimentação. Mas, peça para que o sindicato cobre melhores condições. Nós aqui, na CPI, estaremos colocando no relatório essas observações, não com o objetivo de atacar, mas sim com o objetivo de dar condições de trabalho para vocês, e até trabalhar o orçamento que está sendo discutido nesta Casa, para que haja investimento em melhorias para o Sistema Prisional.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Eu sempre comento que hoje a gente não vê a questão da aquisição por parte da secretaria. Sempre estamos esperando doação do Ministério da Justiça ou algo do tipo. Então, a gente precisa de um scanner corporal. As pessoas perguntam como é que entra droga, celulares...eu já cansei de pegar esse tipo de coisa lá também. A gente sabe como é que entra, lá a gente não precisa levar... a gente não precisa apresentar a maçã podre. Hoje, se eu quiser levar droga, ou caso alguém queira levar droga para a Penitenciária, basta amarrar no corpo, o detector não vai acusar, porque o que nós temos lá só detecta metal, não precisa nem esconder na genitália, basta esconder na roupa. E a orientação que a gente tem é de que não faça mais aquela revista vexatória.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Quem deu essa orientação de não fazer a revista?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - Essa orientação é do Ministério da Justiça que vem batendo nessa tecla.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Tudo bem se tivesse um equipamento adequado, mas se não tem, em primeiro lugar vem a segurança.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. -Mas assim, questão de armamento, seria acusado pelo detector de metais, porém, scanner corporal como existe em alguns aeroportos nos ajudaria muito, para que nós pudéssemos verificar esse tipo de material.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Chegou algum tipo de equipamento novo para vocês?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Dois raios-x, e dois portais.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Esse raio-x vem com esteira ou não?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Sim, vem com esteira.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Agora será possível fazer a revista das marmitas através do raio-x? Se faria duas coisas ao mesmo tempo, já contava e revistava, para garantir maior segurança.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Caso venha a ser aprovado o voluntário... a questão do nosso serviço voluntário, para que tenhamos um efetivo maior, que pudesse revistar, sim. A gente já tentou, mas não consegue fazer tudo, A gente já tentou colocar as marmitas em uma caixa menor, porque daria para passar no raio-x.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – O senhor fala em passar a caixa toda?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Sim, passar a caixa toda. Como é de isopor, caso tenha algum material ilegal, vai acusar, pois o raio ultrapassa todas as marmitas. Então, a caixa é maior do que o aparelho.

O Senhor Relator Deputado **Jorge Everton** – Acho que para a segurança dos senhores vale a pena o sacrifício de estar retirando as marmitas e passando, porque não vão precisar abrir, manusear, mas pelo menos verificam se existe algum objeto que possa colocar em risco a

integridade física de vocês.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - O que acontece é que hoje, nós temos, na Penitenciária um efetivo de no máximo oito homens e duas mulheres, dependendo do plantão, caso não tenha nenhuma baixa por causa de problemas de saúde. Ontem, havia 4 agentes na carceragem, pela manhã, horário de maior demanda, um agente ficou responsável pela audiência de videoconferência.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - O responsável pela audiência de videoconferência tem que ficar lá na porta, então, só ficaram três, o outro agente foi dar atendimento ao professor, um ficou lá na frente recebendo o pessoal de fora, aí o efetivo já acabou. Não temos condições de deixar um agente para revistar todas as marmitas, são 1500 marmitas, não temos como revistar uma por uma, além do risco dele não conseguir, vai demorar para entrar a comida. E, às vezes, a comida já chega depois do horário previsto e isso pode causar confusão por conta da demora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Isso, às vezes, pode ser feito até de propósito, para criar toda essa situação.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Eu entendo, mas a questão maior esbarra no efetivo também. Se pudéssemos destinar um agente só para fazer a revista das marmitas, seria tranquilo. A marmita chegaria em torno de 9, 10 horas e meio-dia estaria tudo pronto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu não quero ensinar o seu trabalho, mas, se o senhor diz que são os presos que fazem o transporte das marmitas lá para dentro e já tem uma esteira com scanner, pode colocar um agente para fazer a revista visual da tela e colocar uns 6, 7 detentos que estão cumprindo essa pena, para tirá-las e colocá-las e o outro do outro lado para recebê-las. Essa é a ideia para dar agilidade, e o agente veja na tela, não precisa parar todos os agentes para fazer isso. Fica só a dica, mas o trabalho é de vocês.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Eu entendi. Mas digamos que todos os senhores fossem reeducandos e eu fosse o agente. O senhor já está esperando o material dentro de uma caixa, esse há uma droga, se ele ver que eu suspeitei que aquela droga está lá, o senhor vai tomar alguma medida?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas, vai ser tudo na sua frente, O senhor não vai deixar que eles façam escondido. Algo tem que ser feito, porque, querendo ou não, entram drogas, celulares, armas e podem estar entrando desta forma.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Eu já tentei junto a empresa que eles enviassem em uma caixa menor, porque seria perfeito.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E a empresa colocou dificuldade?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Ela disse que não porque não tem condições de comprar caixas agora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O senhor está esta entendendo a minha preocupação? Pode estar sendo criado uma dificuldade para trazer facilidade.

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – É a mesma questão dos carros, eles sempre esbarram na questão de que não estão recebendo. Se quebra uma garrafa lá dentro, no outro dia vai ficar uma garrafa sem café. Eles dizem: não mandaram a garrafa, não vamos mandar o café.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas, não é diminuído o valor do contrato, né? E com relação ao abastecimento vocês têm tranquilidade para abastecer ou não?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Na verdade, a questão de abastecimento eu iniciei agora, por conta que assumi a questão do SVI há dois meses. Eu não tinha abastecido veículos ainda, quem abastece mais são os agentes que têm carteira D. São eles que fazem a condução do reeducando e dirigem os carros cela que são destinados ao transporte.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Era só Presidente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor deseja acrescentar algo que esqueceu?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Eu vejo

que a gente esbarra muito em questão financeira. Não temos um fundo da Penitenciária para fazermos aquisição de material básico, de limpeza.

A Senhora Presidente, **Lenir Rodrigues** – Tipo um fundo de suprimento?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Isso, um fundo de suprimento. Se fizerem um buraco na muralha hoje, eu tenho que esperar da secretaria um saco de cimento para que a gente possa arrumar e se apareceu um saco de cimento, a gente tem que destinar um reeducando para que ele faça aquele reparo.

A Senhora Presidente, **Lenir Rodrigues** – Por quê? Não tem um pedreiro para fazer?

O Senhor **João Gabriel Costa Santos**, Chefe do serviço de Vigilância Interna-SVI, da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – Isso. Então, o reeducando que é voluntário vai fazer, mas eu tenho que pedir autorização para o pessoal da facção. Ele só vai fazer aquele serviço se for autorizado, senão, o pessoal da facção vai dizer: faz dessa forma, faz assim, deixa daquele jeito. A gente esbarra muito nesse tipo de situação. A gente não tem uma empresa que faça uma limpeza nos alojamentos e por isso a gente utiliza o reeducando. Só que isso dificulta porque a gente não pode deixar um efetivo de quatro agentes. Ou o agente fica na carceragem para fazer o serviço dele diário de atendimento aos advogados, escolas, ou ele acompanha o reeducando para fazer a limpeza nos alojamentos. Esbarramos muito nesta questão, tanto financeira, como de efetivo, questão estrutural e por aí vai. Hoje, a gente não tem esse tipo de material e quando a gente solicita da secretaria, só vai quando tem alguma pressão política ou da imprensa.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós agradecemos ao senhor e, pelo procedimento, perguntamos ao Relator, Deputado **Jorge Everton**, se ele está satisfeito? O senhor vai assinar o termo e agradecemos sua presença e colaboração.

Peço à secretária desta comissão que proceda à entrada do senhor Kedson Lira Pereira. E passo a ficha de identificação para o senhor relator fazer a leitura.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a ficha de identificação do Senhor Kedson Lira Pereira -

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Esta é a CPI do Sistema Prisional, composta pelos Deputados Flamarion Portela, Jorge Everton, relator, Odilon Filho, que não é da comissão, mas está acompanhando, Soldado Sampaio e pelo Procurador do Estado que também está acompanhando os depoimentos. Informo ao senhor que o depoimento será gravado por meio de imagem de vídeo, áudio, para a ata ser gravada, e será registrada no HD do computador e devidamente gravado em CD ROM. Informo ao senhor que no seu depoimento fica compromissado a dizer a verdade. Caso o senhor venha a fazer informações falsas, negar ou calar a verdade, responderá conforme as penas constantes no artigo 342 do Código Penal. Esta CPI é para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional. Durante os trabalhos, nós vimos que mais fatos surgiram na Penitenciária, como mortes, os próprios presos se declarando de facções. O senhor já trabalhou em outras unidades, haja vista que hoje o senhor está na Cadeia Pública de São Luiz do Anauá?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Boa tarde senhores deputados. Trabalhei durante seis meses na Cadeia Pública, cerca de dois anos na Penitenciária Agrícola e, hoje, estou lotado na Cadeia Pública de São Luiz do Anauá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Há quanto tempo o senhor está trabalhando na Cadeia Pública de São Luiz do Anauá?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Já estou há quase oito, nove meses. Há uma ressalva, passei um ano e três meses como diretor da Casa do Albergado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, o senhor é bastante experiente, não é?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Um pouquinho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós fizemos uma visita à Cadeia Pública de São Luiz, que foi a única unidade, inclusive, até mais do que o CPP, que nos agradou, por termos o nível de organização, de comportamento dos reeducandos, a limpeza, as regras, toda a tranquilidade do sistema. Em relação à comida também, pois não recebemos reclamação, mas o fornecimento não era feito pela mesma empresa de Boa Vista. Então, ficamos muito admirados ao vermos uma cadeia pequena, superlotada, porém, com controle. E todos vocês, de antemão, têm o respeito da nossa Comissão aqui. E com toda essa sua experiência, apesar das pessoas que já passaram aqui pela CPI, o Senhor é o único que, até agora, já trabalhou em

todas as unidades.

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna - SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – A ressalva é só o CPP mesmo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Só o CPP, porque também é muito recente. Então, nós gostaríamos de saber se o que aconteceu aqui em Boa Vista teve alguma influência lá em São Luiz do Anauá? Tiveram algumas transferências daqui para lá, porque o que nós notamos é que lá é proibida a entrada de membros da facção.

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do Serviço de Vigilância Interna – SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Lá é proibido facção.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Houve alguma transferência daqui para lá?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna - SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Devido a esse último fato ocorrido na Penitenciária Agrícola, não. Não houve nenhuma transferência ainda, até porque, como foi bem dito aqui. Acredito que seja devido as nossas dificuldades de superlotação, estrutura, que não é das melhores, porque já é antiga. Então, a gente não vê com bons olhos essa questão de transferência. E já conversamos e explicamos a situação junto à gestão, porque, por exemplo, receber hoje, em São Luiz do Anauá, reeducando que...

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Estejam envolvidos com facções?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Sim, os que estejam com envolvimento, até porque, em São Luiz, querendo ou não, a gente tem um controle e, infelizmente, transferência de reeducandos influentes aqui de Boa Vista, a gente poderia estar perdendo esse certo controle que hoje o estado detém lá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pois é. Lá é típico daquela cadeia sem muros, porque aquela gradezinha não é nada. Sem contar as paredes que também não são paredes apropriadas para uma Penitenciária. Quais as ocupações que vocês oferecem para os presos, as atividades que têm lá, as que vocês acham que fazem com que o sistema funcione naquela unidade?

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Hoje, na Cadeia de São Luiz, horta. Os reeducandos usam muito a parte da horta. Esse projeto foi até pioneiro em Boa Vista, o Projeto Hebreus, implantado por nós lá. E nesse projeto, a gente retira o reeducando, até com a autorização do judiciário, do senhor promotor daquela comarca também, com a devida escolta, reeducandos com a conduta boa, na intenção de que possam remir pena. E esses reeducandos a gente usa como mão de obra em limpeza em hospital-escola. Então, quase que todo final de semana a gente faz isso. Com essa ação colhemos bons frutos no sentido do comportamento, porque aquele reeducando que pensava em fazer alguma coisa errada, que tinha uma conduta má, que pensava em fugir, ou algo assim, já não pensa mais, porque quer participar do programa, quer remir a pena, porque querendo ou não, os reeducandos vão para a rua, apesar da escolta eles estão na rua, na convivência dos servidores do local, onde estamos prestando serviço. Então, hoje, esse trabalho é de interesse deles.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu li no projeto, o qual o diretor me cedeu uma cópia, que vocês limpam a frente do Conselho Tutelar do Fórum, das escolas, capinando, juntando lixo. Então, querendo ou não o preso sai.

O Senhor **Kedson Lira Pereira** – Chefe do Serviço de Vigilância Interna-SVI, da Cadeia Pública de São Luiz do Anauá – Sai. Querendo ou não o preso sai. Hoje, no semiaberto temos presos que, infelizmente, não têm emprego, porque São Luiz é pequeno e não tem empresa, não tem emprego. A lei prevê e requer uma proposta de emprego, mas ainda não temos. Então, a mão de obra desses reeducandos, usa ali na própria cadeia, usa ali na limpeza da parte externa. Acho que essa Comissão teve a oportunidade de ver que do lado esquerdo a gente plantou.

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – A gente usa na limpeza na área externa. Essa Comissão teve a chance de ver que ali do lado do muro a gente plantou melancia, abacaxi. E, querendo ou não, a gente está aproveitando o terreno lá, justo com a mão de obra dos reeducandos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Vocês contam as marmittas que chegam? Quantas marmittas chegam no presídio?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Hoje, como são poucos lá naquela unidade, a gente faz o contato diário com a

cozinha, com a empresa responsável, e pede uma marmita por reeducando e uma por servidor. Hoje, naquela cadeia, funciona desse jeito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E os servidores comem essa mesma comida?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Positivo. Todo mundo come da mesma comida, até porque a comida não deixa a desejar, não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quantas marmittas?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Em média, deputados, cerca de noventa marmittas.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Vocês fazem algum tipo de vistoria nessas marmittas para impedir a entrada de celulares, chips? Quem as recebem?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Geralmente é recebida pelo pessoal do plantão e fica a cargo e responsabilidade do Senhor Chefe de Plantão e da equipe. Eu já presenciei sim, por diversas vezes, eles vistoriando as marmittas, mas não posso afirmar se revistam todas, se tem como fiscalizar todas as marmittas, mas hoje, pelo menos, boa parte é fiscalizada.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – De quanto em quanto tempo vocês fazem uma revista geral? Vocês, em algumas dessas, já encontraram chips, celulares e armas?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – A revista é feita sempre se fundada a suspeita de uso de celular ou alguma coisa naquela unidade. Então, o *modus operandi* lá é liberar o pessoal para o banho de sol e a própria equipe de plantão faz essa revista, geralmente por setores, porque para fazer na cadeia toda fica complicado devido à falta de tempo. Já foram sim encontrados chips, celulares e, segundo informes de alguns reeducandos, o último celular daquela unidade foi retirado na revista do mês passado. Então, se tiver celular ou alguma coisa lá dentro, é muito pouco. Mas, a revista é feita.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu lhe pergunto também se já encontrou armas e drogas?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Não! Armas, só se forem confeccionadas, porque da tampa da panela eles fizeram uma faca, mas, segundo eles, era para cortar o frango lá. Hoje, a gente tirou isso, tiramos essa faca artesanal de dentro e liberamos a faca para um reeducando lá fora cortar o frango, fazer o que tem que fazer. Mas faca fica na carceragem, o frango já entra cortado. Portanto, se a gente for considerar essa faca artesanal como arma...

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quantos veículos vocês têm para atender as unidades?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Hoje, a unidade dispõe de um carro cela, que vive, infelizmente, mais em Boa Vista do que lá, em manutenção, porque lá nós temos que realizar manutenção, e um Pálio que, infelizmente, já estava quase em desuso em Boa Vista e, imaginem em São Luiz, numa estrada que requer um esforço maior do veículo. Então, a situação é difícil, mas são os veículos que a gente, com muita batalha, põe para rodar.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Senhor Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Como a Deputada Lenir falou elogiando, eu também quero aqui parabenizar, porque não é fácil lidar com o sistema e alcançar essa satisfação. Então, eu só quero parabenizar todos vocês que trabalham lá aproveitando para uma fazer a pergunta: como é que vocês abastecem os carros em São Luiz?

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Senhor Deputado, nós temos um convênio com uma empresa e cada viatura tem um cartão. Hoje, o convênio de posto mais próximo que a gente tem fica no Quinhentos, cerca de 50km da sede do município, logo o abastecimento é feito lá.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Boa tarde aos Senhores Deputados, Relator, Presidente, Procurador, Agentes Penitenciários. Queria saber quantos agentes trabalham hoje, por dia, em São Luiz, no comando efetivo de vocês? Se existe algum efetivo da Polícia Militar fazendo a guarda externa, ou se vocês têm alguma parceria para, em situação de emergência, acionar a Polícia Militar para dar esse apoio? Parece que não há mais nenhuma guarnição da Polícia Militar fazendo a segurança do presídio na parte externa. Quero saber se o senhor sabe se essa foi uma decisão de

vocês por não precisarem da SEJUC, ou é devido à falta de efetivo, e se isso faz falta para vocês. Eram essas as minhas perguntas.

O Senhor **Kedson Lira Pereira**, Chefe do serviço de Vigilância Interna- SIV, da Cadeia Pública do município de São Luiz do Anauá – Boa tarde Senhor Deputado. Hoje, a Cadeia de São Luiz é composta por dois plantões com cinco agentes e outros dois, com seis. Geralmente, no plantão de cinco, quando vai entrar alguém de férias, a gente faz o remanejamento do plantão de seis. Mas, a média é seis, cinco por plantão.

Com relação à Polícia Militar, hoje, a gente não tem essa guarda externa, mas muito se deve por efetivo da própria Polícia Militar, pois é do conhecimento de todos que o efetivo é defasado. Hoje, a gente tem uma parceria muito grande, tem o contato telefônico do pessoal do interior da Polícia Militar. Eles fazem a ronda uma vez por dia, vão nos dias de visita, mas em qualquer situação de emergência o contato direto é feito pelo telefone diretamente com o diretor da guarnição do dia.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mais uma vez a gente fica sem pergunta, não é Flamarion? A Deputada Lenir sabe o que vamos perguntar e se antecipa. Mas isso é bom. Eu quero parabenizá-la. Estive lá com a Deputada Lenir e a gente viu in loco a situação. Realmente, é um exemplo a ser seguido pelas demais Unidades Prisionais. Eu não tenho mais nenhuma pergunta. Obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós agradecemos, Kedson, sua presença aqui e estendemos os parabéns para os que estão na Cadeia Pública de São Luiz. Que vocês continuem com esse trabalho e que o projeto Hebreus continue dessa forma, dando dignidade às pessoas. O senhor assinará o termo de depoimento para degravação e agradecemos a sua presença.

Peço a atenção dos senhores por um minuto, pois vamos aprovar um Requerimento agora, da Comissão. Considerando a natureza dos fatos que estamos apurando nesta CPI. Nós queremos autorizar, principalmente, por conta de que temos fatos que devam ser tratados de forma sigilosa. O Deputado Jorge Everton, Relator, junto com nossa equipe de apoio, a fazer as diligências necessárias que ele julgar necessário para a realização do relatório. Então, nós temos em vista algumas exigências e, para que não haja a necessidade de todos acompanharmos, para que haja quórum, gostaria de saber dos senhores se alguém é contra esse requerimento que estou fazendo para autorizar o Deputado Jorge Everton, relator, a fazer algumas diligências?

Se algum Deputado, quiser ir acompanhar, poderá, mas ele estará autorizado para ir sem a Comissão. É isso o que queremos amarrar, Deputado Flamarion, eu quero que o relator tenha mais liberdade.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Eu só pediria ao nobre Deputado Jorge Everton, relator, que quando ele fosse, nos comunicasse para sabermos para onde vai e dependendo da nossa disponibilidade, nós iríamos. Eu entendo perfeitamente que ele não fique limitado também à nossa condição de tempo, mas que ele nos informe, porque se tivermos como ir, vamos sim, pois é importante a gente conhecer mais profundamente essa situação.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas o Senhor concorda em darmos essa liberdade ao relator?

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Sim.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu entendo a necessidade do relator ter mais agilidade, até porque o tempo corre contra nós, quanto ao andamento da CPI. Isso é natural. Agora, nos preocupa também não termos nem noção de que tipo de diligência é. Se é uma coisa reservada, senta-se só a Comissão, um ou dois Deputados manifesta se tem interesse de acompanhar ou não a diligência, mas seria interessante que nós tivéssemos conhecimento de quais diligências seriam necessárias, até para contribuir de alguma forma. Agora, autorizar a fazer diligência sem ter noção, eu fico em uma situação difícil, porque nem sei onde vai ser trabalhada essa questão. Eu tenho a livre concepção de que a CPI terá que acompanhar profundamente e que não temos que ter nenhum pudor de chegar onde for necessário para termos o resultado melhor enquanto CPI. Agora, é bom termos a clareza de qual tipo de diligência, onde e quando seria para vermos se teremos interesse ou não. Se for o caso, teremos conversas reservadas entre os membros da CPI para termos essa clareza.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então o senhor é contra?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Não é questão de sermos contra ou favor, é questão de construirmos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Aqui ou se é contra ou a favor, porque claro que o Relator vai nos comunicar, mas ele não vai dizer como nós dizemos em plenário, dia, hora, local e edital.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Sem problema nenhum. Eu até entendo que essas visitas programadas permitem a maquiagem da gestão. O servidor, às vezes dá um jeito de fazer com que a gente enxergue

uma situação que não condiz com a realidade. Eu entendo isso, pois já tivemos experiências de avisar e ao chegar lá estava tudo às mil maravilhas. Mas quando vamos de surpresa, a realidade é outra. O que precisamos é ter uma delimitação de onde e quais...

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas o senhor concorda que se dê a liberdade, desde que o senhor seja avisado na hora, não é?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Não só avisado como informando sobre o tipo de diligência que será trabalhada.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Sim, vamos comunicar, mas queremos dar liberdade ao relator para já começar a agir, porque temos várias outras comissões. Dizem que político não trabalha, mas estamos trabalhando muito, entramos pela noite e estamos nos dedicando. O tempo realmente não ajuda e o relator não pode estar amarrado às nossas agendas. E nós que estamos efetivamente participando, estamos dando, cotidianamente, o relatório de tudo o que estamos fazendo, porque a cada dia nós avançamos mais. Então, pelo conteúdo que nós estamos escutando aqui e pela análise processual que o relator está fazendo de autos de processo e de prestação de contas e de licitação pública, é sim necessário que ele tenha maior liberdade para realizar as diligências. Então, nós vamos aprovar.

Considero aprovado o Requerimento. O Deputado Jorge Everton, com sua assessoria, é claro, com a presidência dessa CPI, informará aos colegas para onde estamos indo, com que finalidade e o horário, bem em cima da hora, para que a imprensa não saiba. Nosso problema maior é não termos o vazamento da informação, como falou o Deputado Soldado Sampaio, para evitarmos a maquiagem. Então, faremos essas diligências e o Deputado Jorge Everton está autorizado a ter mais liberdade nesta CPI.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 034/16, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 017/16, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES NºS 019/16, 024/16 E 025/16, PARA APURAR POSSÍVEIS FALHAS NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RORAIMA.

Às quinze horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinta reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Atendendo a convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o Senhor Lindomar Ferreira Sobrinho, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários, para prestar depoimento sobre as possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima, conforme Requerimento nº 034/16.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Solicito à Secretária desta Comissão que conduza à sala de reuniões o Senhor Lindomar Ferreira Sobrinho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Solicito a retirada da imprensa para darmos início aos trabalhos desta CPI.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Solicito ao Relator desta Comissão, Deputado Jorge Everton, que faça a leitura da Ficha de Identificação do Senhor Lindomar Ferreira Sobrinho.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a Ficha de Identificação do Senhor Lindomar Ferreira Sobrinho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Registro a presença da Senhora Joana Dark Soares Moura, que é vice-Presidente do Sindicato e que foi autorizada por esta Comissão para acompanhar a oitiva do senhor Lindomar, mas sem a necessidade de se manifestar.

Solicito que todos falem ao microfone, tendo em vista que a Ata será transcrita na íntegra. Informo ao senhor depoente, que seu depoimento será registrado através de gravação de vídeo e áudio, registrados no HD do computador e devidamente gravado em CD Rom, sendo, logo após, constado nos autos, bem como assinado pelos senhores parlamentares e pelo depoente. Informo, também, a presença do deputado George Melo, líder do Bloco G14.

Informo ao senhor depoente Lindomar Ferreira Sobrinho que fica compromissado dizer a verdade e, caso o senhor venha fazer afirmações falsas, incidirá nas penas do artigo 342 do Código Penal, por falso testemunho. Informo, também, ao depoente sobre os seus direitos constitucionais, dentre os quais o de permanecer calado, pois seu silêncio não importará em confissão nem será interpretado em prejuízo à sua defesa.

Solicito que o senhor preste seu compromisso. Pergunto a Vossa Senhoria se está ciente do seu compromisso de falar a verdade sob pena de lei?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do

Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim, estou ciente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Antes do Relator, gostaria que o senhor fizesse uma pequena exposição. Então, quanto às possíveis falhas no sistema prisional, eu lhe pergunto quais são essas possíveis falhas que o seu sindicato apontaria para que esta Comissão pudesse buscar melhores soluções para esses fatos? E, também, gostaríamos de saber possíveis aspectos que Vossa Senhoria pudesse destacar, como as condições de trabalho dos agentes penitenciários com materiais adequados, horários dos turnos, se existem ou não procedimentos administrativos que os agentes penitenciários respondem por violência contra detentos, por omissão em alguma ação. Esses os aspectos para começarmos esses questionamentos.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Boa tarde a todos os membros da Comissão. Quero iniciar informando que, desde janeiro de 2015, quando o atual governo tomou posse do seu mandato, começamos a informar para o mesmo as dificuldades que estávamos enfrentando no sistema prisional. Quando ele assumiu, já havia a questão do alojamento que foi incendiado e, graças a Deus, por pouco, não incendiaram os agentes juntos com aquele alojamento, porque eles foram rápidos, pegaram armamento, correram e conseguiram se defender. De lá para cá, não houve investimento para resolver o problema do sistema, somente medidas paliativas foram tomadas. É importante que se frise isso. Os problemas que temos enfrentado lá vão desde falta de equipamento, armamento, efetivo na carceragem, que é aquele efetivo que fica realmente ali e que é a ponta da lança quando acontece alguma ocorrência, alguma rebelião, aquele pessoal que dá a primeira resposta ali na carceragem, é muito baixo, é bom que frise bem isso. Por quê? A PM que hoje é o nosso braço direito, que é quem nos ajuda lá, sem eles, com certeza, já teríamos agentes mortos no serviço, no dia a dia, todos eles fazem a entrada com a gente e, quando eles terminam o serviço deles, eles se ausentam da unidade prisional e quem fica na carceragem são os agentes. E aí, nós temos agentes com 38, e com poucas pistolas que vieram para o estado, pois só foram adquiridas 100 pistolas até o presente momento.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quantos agentes ficam no plantão?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Da carceragem, quando nós temos muitos, temos sete ou nove. Aí, desses aí, temos duas ou três meninas que, querendo ou não, a mulher, pela ergonomia física dela... Então, nós temos uma desvantagem, pois você tem que se preocupar com você e também com a sua companheira aí, certo? O armamento que nós temos, a munição é insuficiente. Nós temos casos aí de termos pistolas com quatro, com cinco munições, com seis e isso é um risco grande. A pistola era para estar plena de munição, era para ter uns três carregadores para cada servidor, entendeu? Colete. Não existe colete balístico, que isso é primordial para a nossa vida. Não temos também o capacete para proteger nossas cabeças de possíveis pedradas, pois todas as vezes que tem aquele rebu, como eles chamam, todos nós somos vítimas de apedrejamento, nós não temos. O pessoal da PM, que é o atual GRR, tem esses equipamentos todinhos que estou falando. Escudos de contenção, nós não temos. Os equipamentos de contenção nós não temos, nenhum calibre 12, o que a gente tem foi gentilmente cedido pela Polícia Militar, pois no dia em que ela precisar eles vão ter que pegar, porque realmente é deles, e eles terão que fazer uso dos armamentos deles, pois as poucas que existem no plantão, que são uma ou duas, no plantão nosso de carceragem fora as que foram cedidas para o GID, quando tem muito, tem duas. Certo?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu também lhe perguntei, além dessas condições de trabalho, o horário de turno. Qual o tempo do plantão?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Nosso plantão é de 24 por 72 horas. Aí, eu queria frisar para vocês que nós temos a profissão mais perigosa do mundo, segundo a Organização Mundial do Trabalho. Três dias é pouco para o agente folgar e, realmente, se recuperar para um outro plantão. Nós estamos tentando alterar isso para 96, como é em outras unidades do Brasil, onde o agente folga 96 horas.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O senhor sabe que nós estamos às vésperas de apresentar emendas ao orçamento público e que esta é uma oportunidade preciosa para uma categoria como a de vocês expressar essas falhas para que o parlamento possa dar a sua contribuição. Então, além desses materiais, o que mais o senhor gostaria de destacar, por exemplo, a alimentação que vocês recebem é a mesma do detento?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – É. Graças a Deus nós não dependemos mais dessa alimentação, porque foi aprovado o auxílio- alimentação da gente, com muita luta. Mas, apontando tudo isso que aponte, nobres

Deputados, uma coisa que eu gostaria que nós, enquanto representação sindical, gostaríamos que vocês cobrassem do governo é a questão de pessoas técnicas e que façam um planejamento a longo prazo, como a questão da munição, não adianta fazer uma aquisição agora, mas eu não tenho planejamento para que essa munição falte. E o exemplo é esse, no incidente de domingo, que teve a ocorrência de três horas, nós esperamos até sete horas, porque a PM, os agentes estavam mendigando munição na Polícia Federal, na PRF, e isso é inadmissível. Gostaria muito que vocês se sensibilizassem e viessem cobrar do estado esse planejamento, pois realmente tem que ter uma pessoa técnica dentro da SEJUC que faça esse planejamento para que, de modo algum, de maneira alguma, venha faltar munição e esses equipamentos para as unidades prisionais.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Outra pergunta que fiz a Vossa Senhoria, é que se os agentes respondem PAD, ou por violência ou por omissão no procedimento, durante o trabalho de vocês?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Absolutamente!. Nenhum! Não foi aberto nenhum procedimento e quero até informar para a senhora que, segundo a nossa Federação, os agentes penitenciários de Roraima são considerados os mais honestos e os que menos têm problemas com a corregedoria, inclusive, a corregedoria está aberta para que vocês vejam que nós não temos nenhum processo por violência, por tortura, por omissão, por facilitação de qualquer coisa que seja, dentro do sistema prisional.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Senhor Relator Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Boa tarde, sobrinho. Que bom ter vocês aqui e poder ouvir a necessidade da SEJUC, do Sistema Prisional. Você sabe que eu fui diretor da penitenciária e conheço aquela realidade. Há muito tempo há uma carência de investimento público e isso nós sabemos. Mas, o que me preocupou na atual gestão foi uma concentração excessiva de recurso em um contrato de alimentação ao invés de priorizar as necessidades, as quais você citou muito bem. Tudo o que você está pleiteando aqui, podem até dizer que é porque é o presidente do sindicato, que está buscando melhorias de trabalho para os agentes, mas é isso que lhe dá condição de segurar o reeducando lá de forma correta, tá? Então, você está pleiteando algo que traga um benefício para a sociedade. Certo? Então, queria que você falasse um pouco mais, pois você disse: graças a Deus que não dependo da alimentação porque tenho o auxílio. Por que essa expressão “Graças a Deus”?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Porque a alimentação sempre foi horrível. Esse era um questionamento da nossa categoria. Nós sempre pedimos que cancelassem o contrato da nossa alimentação e que nos dessem ou o alimento ou o dinheiro que eles pagavam pelas marmitas. Essa era a nossa briga desde que entramos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Era e continua sendo a briga?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Não, pois nos foi concedido o auxílio-alimentação, depois de tanto cobrarmos e exigirmos, dizendo que não consumiríamos aquela alimentação. Chegamos a fazer protestos, várias reportagens, inclusive, a empresa chegava lá e nós mandávamos de volta. Paramos de receber a alimentação, até que o estado nos atendeu.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E hoje, para os reeducandos, é a mesma alimentação que vocês tinham antes?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Se nós formos na frente penitenciária a gente vai ver que realmente é despejada muita alimentação fora e, com isso, subteúdo que aquela alimentação, na sua maior parte, não está sendo consumida. É tanto que tem autorização para que entre alguma carne, alguma alimentação para o reeducando, porque eles reclamam muito da qualidade.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Tá. A qualidade você já me falou. Você sabe dizer a quantidade de alimentação diária que é fornecida pelo sistema?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Exatamente, não. Mas entendo que a penitenciária, vamos falar da penitenciária que é a maior população, lá a população varia entre 1450 a 1500. Então, entendo que seja mais ou menos essa a quantidade, 1500 marmitas no almoço e 1500 no jantar. Os pães, não sei se são um ou dois por preso.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O cálculo é feito em cima da quantidade de reeducando?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E quem confere a chegada

dessa alimentação? Tem alguém responsável por isso?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – É humanamente impossível para a gente conferir esse quantitativo. Vamos ser sinceros com os senhores. Simplesmente, nós pegamos o cheque, e o chefe de plantão que está lá assina, mas para ele contar, dado ao baixo efetivo, as saídas que temos que fazer para o judiciário, para atendimento de saúde... às vezes ficam dois ou três agentes penitenciários e torna-se humanamente impossível, é tanto que tem uns doze presos que são da remissão lá, e são eles que pegam essas marmitas, colocam nos carrinhos e levam para distribuir lá dentro.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Essa era uma outra pergunta que iria fazer. Quem faz a entrega dessas refeições?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – É o pessoal da remissão, os próprios presos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E quando eles terminam a entrega, você tem ideia, tem algum controle de quantas alimentações deixaram de ser consumidas? O plantão tem esse controle?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Nós não temos como ter, também, porque o que sobra, com certeza, tem sempre um que come mais, um menos, ou então eles despejam no tambor de comida, porque tem um senhor que cria porcos e vai lá pegar essa alimentação. Então, para a gente informar que tantos não comeram, e tantos comeram, não tem como termos esse controle na atual organização que está dentro da PA.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Você sabe dizer se há mudança no cardápio ou se segue o mesmo cardápio, se sempre é a mesma comida todos os dias. Você tem ideia de como isso funciona?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim. Sempre pegamos uma ou duas marmitas e olhamos, percebe-se que há sim uma variação. Às vezes, vem feijoadada, uma carne escondida como eles chamam, vem o frango, vem o peixe, a calabresa. Então, a gente percebe que vem.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O que os presos falam sobre a alimentação?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Que é ruim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eles falam isso abertamente lá?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Falam lá, mas comem.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Com relação à Defensoria, porque na visita que nós fizemos havia uma reclamação da ausência do defensor público em todas as unidades. Como funciona, no sistema prisional, a atuação da defensoria pública.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Bom, lá na penitenciária é o único lugar que posso citar, pois, tiro a maioria dos meus plantões lá. Agora que consegui pegar um afastamento para realizar minhas atividades sindicais, mas o que se observa é que tem um rapaz, uma espécie de assessor, que fica lá representando a Defensoria, e ele pega as demandas semanais e, se não me engano, o defensor vai uma ou duas vezes por semana e faz o atendimento lá na PA. Mas, ouve-se muitas reclamações por parte dos familiares, que dizem que é muito lento e a demanda muito grande, parece que tem pouco defensor para atender a demanda.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual seria o número de defensores que você lembra que atuavam por lá? Em números, não precisa citar nomes.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Confesso para o senhor que não me recordo o número exato. Lembro bem de um que ia na Defensoria, tanto do Estado quanto da União, que também tem uma sala lá.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Com relação ao kit de higiene pessoal dos presos, o senhor sabe se eles têm recebido? Quem faz a entrega? Qual o período em que os presos recebem esses kits? Isso se você souber, se não souber não precisa adivinhar não.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Olha, Deputado, é muito esporádica a entrega desse material, pelo tempo que tenho no sistema prisional, isso é muito esporádico. Tem uma época que tem a entrega desse material, já vimos pasta de dentes, escova de dente e sabonete, mas não é constantemente não. Não é semanalmente ou quando a pessoa entra no sistema. Às vezes, chegam caixas de pasta e escova de dente e o diretor entrega ao líder de ala que distribui entre os presos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E quanto ao atendimento de saúde na PA, atendimento dentário, de saúde em caso de um preso passar

mal, existe algum veículo responsável para resgatar e levar para o hospital?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Atualmente as viaturas do sistema prisional estão todas deterioradas. Inclusive, estamos esperando a doação do Ministro que nos disse que doaria viaturas para a PA, mas, até agora nada. E, hoje lá, é assim: Se o preso passar mal, estamos optando por chamar o SAMU, porque a gente sabe como o clima está tenso e se a gente for socorrer, e a gente provocar a morte dele tentando socorrer, o médico do SAMU já falou para a gente, que nós vamos responder pior do que se ele morrer esperando o SAMU chegar. Então, é uma faca de dois gumes e por isso estamos optando por chamar o SAMU e se for um caso clínico em que o preso está reclamando de dor ou febre, a gente coloca nos carros velhos que tem lá e traz para o HGR e entrega no plantão do HGR.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E tem atendimento dentário lá na PA?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Tem um dentista que vai lá uma vez por semana.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Tem estrutura lá para atender os presos?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Tem uma estrutura lá que é a básica da básica.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – A cadeira do dentista está funcionando normalmente?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Não sei se está funcionando neste exato momento, mas, lá, tem um consultório odontológico.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E tem atendimento médico? É fixo ou esporádico?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – É só atendimento clínico. É esporádico. Ele vai uma ou duas vezes na semana. Depende do agendamento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Você sabe quem é o médico?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Não sei dizer o nome porque o atendimento é feito por médicos diferentes, eles alternam o atendimento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual o total de viaturas que tem à disposição do sistema penitenciário? Quantas para a PA?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – São cinco viaturas para todo o sistema penitenciário.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – São cinco para todo o sistema ou só para a PA?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – São cinco para o sistema e estão daquele jeito. Os próprios agentes é que querem ver o sistema funcionando e acontecendo e fazem o que podem.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quero parabenizar todos os agentes penitenciários, em nome do sindicato, e dizer que vocês são realmente os heróis que temos cuidando do sistema. Sei das dificuldades, sei que fazer segurança pública não é fácil, mas tenham a certeza que vamos tentar ao máximo ajudar vocês e, como a Deputada Lenir falou, nosso objetivo aqui não é só apontar erros, mas também buscarmos soluções. Tenho uma última pergunta para encerrar. Qual o investimento que foi feito no sistema prisional pelo atual governo?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Deputado, é importante falar isso. Na verdade, se formos observar ao longo dos anos, os únicos investimentos feitos no sistema prisional, foram neste governo, temos que ser sinceros, não podemos ser covardes. Nós não tínhamos pistola, nenhuma pistola. Tínhamos uns revólveres cedidos pela polícia civil e outros da polícia militar que eram soldados, cheios de gambiarras, mas tínhamos que usar aqueles revólveres. Então, foram adquiridas 100 pistolas, 20 spaks que é um armamento menos letal, mas ainda é muito pouco, tem que ter uma arma de choque para cada agente penitenciário, porque é muito melhor você efetuar um disparo de choque do que com uma arma letal que pode causar um dano grave. Nosso alojamento foi feito dentro dos moldes que pedimos, lá fora da penitenciária, essa foi uma briga nossa porque eles queriam fazer dentro das dependências, perto da carceragem, e nós não aceitamos. Queríamos lá fora mesmo porque se estourar uma rebelião, já estaremos lá fora. E, assim, que eu me recorde, foi basicamente isso. Ah! Tem também a questão daquela muralha que eles fizeram lá. Entendo que aquela muralha foi primordial para conter aquela tragédia de domingo, para não aumentar o número de mortes. Porque eles fizeram como é para ser feito a estrutura do presídio,

armada em concreto e com a malha de aço. É impossível o preso quebrar? Não, mas dificulta e eles não ficam perdendo tempo, se ele quiser cutucar vai cutucar em cima, e isso dá tempo para o PM correr e disparar o tiro para eles não fazerem nada. Por isso, temos que parabenizar, viu? Aquela muralha foi primordial, deu muito alvará, como o pessoal diz, por causa da madeira deu. Muitos presos fugiram por causa da estrutura, porque construir com o presídio funcionando não é fácil. Mas, se não tivesse aquela muralha a gente poderia estar contando hoje 50 presos ou mais, porque foram elas que detiveram os presos que estavam querendo matar os outros lá.

A Vice-Presidente da associação, gostaria de saber se ela pode fazer alguma colocação.

A Senhor Presidente **Lenir Rodrigues** – Não pode. Ela não é a depoente.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Deputada Lenir, Deputados Jorge Everton, George Melo. Quero agradecer ao Lindomar por estar aqui para tentar dar alguns esclarecimentos.

Lindomar, no começo do ano passado, eu fiz uma visita lá para tentar observar como estava a coisa. Observei, de início, aquele incêndio no alojamento e observei também, deputado Jorge Everton, que os agentes carcerários usavam alojamento que nada mais era, Deputada Lenir, do que um contêiner do SESC, uma condição insalubre mesmo, e que não dava nenhuma condições para que eles pudessem descansar para exercer bem suas atividades. Teve uma coisa que me chamou muita atenção lá, era que se dizia o seguinte: Os agentes não têm acesso às alas porque à noite, quando todo mundo é recolhido, alguém quebra o cadeado, alguém faz isso, faz aquilo, não se observa e quando se vê, é um motim, é preso querendo escapar, etc. Me lembro do Coronel Borges, que trabalhou com vocês, ele insistiu muito nessa muralha, não sei se a deputada Lenir já observou, mas tem também em malha de ferro, em concreto e em profundidade para o preso não cavar com facilidade. Lá em cima também tem os concretos e as guaritas, de modo que, pelo menos, ele visualize o que está acontecendo nas alas.

Anotei também as condições de trabalho, escala de vocês. Mas quero saber de vocês, essa muralha está dando condições para vocês, agentes ou a PM, terem acesso à muralha e controlar ou, pelo menos, verificar se está acontecendo alguma coisa, se ela está dando retorno esperado?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim. Ela tem sido usada, sim, inclusive ela tem evitado muitas fugas, a verdade é essa. Convenhamos, depois que a gente a inaugurou, as fugas não acabaram, mas diminuíram muito, porque o PM faz aquela ronda interna na muralha e ele está visualizando ali. Quem estiver correndo de um lado para o outro ele vai visualizar, assim como a muralha da 14, no fundo.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Pelo menos isso está evitando fugas. Na realidade a situação da penitenciária é degradante. Quando você vai para aquela área de favela, como foi recentemente, chega ser uma coisa que deprime a gente, mas gostaria que você falasse, já que você falou dessa muralha. Como é que você está vendo o crime organizado lá dentro? A instalação desse Crime organizado? O poderio desse crime organizado? Que decisões tomam à revelia do sistema, enfrentamento, que vocês fazem para coibir isso juntamente com a PM? Como é que está o relacionamento neste momento de dificuldade absoluta, do conjunto do sistema prisional da PANC?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Quando a gente fala da questão do crime organizado, a gente também quer entender, ouvi até o Deputado Jorge Everton falando aqui, que eles escolheram a questão do crime. Então, é entre eles essa ocorrência de domingo. O Senhor sabe que a gente está vivendo um levante nacional do crime contra a sociedade, e o que a gente percebe é que os celulares que entram lá, ou é arremesso ou entram pelas partes íntimas, não sei. Os presos fazem a conferência deles com esses celulares via internet. Isso, a gente tem essa informação através dos nossos informantes, a gente tem que aprender a trabalhar o sistema. Então, os informantes nos passam que as conferências são on line, eles têm os grupos deles no PCC lá de Curitiba, que eles recebem aos ordens de lá. Com a nova gestão que o governo trocou, a gente observa que o Estado conseguiu ganhar um pouco mais de espaço, anteriormente a gente vinha brigando muito por essa questão. A gente queria que os agentes penitenciários fossem os gestores da unidade. Por quê? Por que nós estamos aqui. Enquanto não passarmos em outro concurso, aqui é minha casa. Então, vou lutar por aquilo ali. Não vou deixar virar uma bagunça. Então, hoje, tem um agente penitenciário na PA. Então, os agentes estão procurando buscar seu espaço lá dentro e impedir

que esse crime realmente se perpetue e ganhe seu espaço lá dentro.

Mas o que acontece? A gente sabe que ali independe da atividade de lá, mas sabemos que existe o PCC e o comando vermelho no Estado, é uma semente pequena aqui em Roraima, e se o Estado quiser ele pode esmagar, para não deixar que ela vire uma árvore frondosa. O nosso clamor, hoje, Deputados é esse. Ontem, tivemos um enforme e posso falar para vocês que tem um agente penitenciário que está com o nome dele para morrer. Não sei se posso falar aqui, ou só depois pessoalmente. Então, ele nos procurou ontem e o informante falou o nome da pessoa, e já foi dado o veredito lá do PCC de Curitiba. O de Roraima, segundo levantamento, é subordinado ao PCC de Curitiba e foi dada uma ordem para que esse agente viesse morrer, se for pego na penitenciária ou fora, na rua. A pessoa que fugir agora tem que fazer esse agente. Então, a gente está muito preocupado, já orientamos que ele mude de endereço, e não demore. Se ele bebe, que não vá mais para piseiro, nem para lugar nenhum. Infelizmente, essa é a nossa profissão.

O Senhor Deputada **Flamarion Portela** – Lindomar, hoje, vocês são quantos?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – 272.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Todos à disposição do sistema?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Nem todos. Nós éramos 328 quando entramos, depois foram passando em outros concursos e seguiram seu caminho, atualmente temos 272. Na atividade fim, acredito que temos 180 a 190.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Quanto PMs estão compondo o contingente lá na PAMC?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Não sei precisar para o senhor, acredito que o pessoal da PM vá falar. Mas temos a entrada diária de um grupamento que são 11 PMS, mais agentes que é do GIT que foi o grupo de intervenção tática, que convenhamos a ação com esse grupo, inclusive quero falar para vocês, foi de muita importância porque eles entraram um dia antes daquela carnificina, e tiraram muito ferro e muito estoque. Temos trabalho nessa parceria com esse agrupamento da PM que são 11 pessoas diárias.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Tá bom, deputada Lenir, por enquanto me dou por satisfeito. Obrigado, Lindomar.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Obrigada, Deputado. Quero registrar a presença do Deputado George Melo e concedo a palavra a Vossa Excelência, caso queira formular questionamentos necessários.

O Senhor Deputado **George Melo** - Quero cumprimentar a senhora Presidente, Deputada Lenir, o Deputado Jorge Everton, Relator e o Deputado Flamarion. Sobrinho que está passando informações importantes. A nossa vice, que não pode falar, gostaria muito de ouvi-la. Me chamou atenção, Sobrinho, quando você fala de um efetivo de 328 agentes, e fala de uma carga pesada, e desses 328, hoje só tem 272, destes, só tem 190 trabalhando.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Aproximadamente.

O Senhor Deputado **George Melo**. - Quer dizer em torno de 82 não se sabe onde estão?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Atividade administrativa, infelizmente é muito grande. Vou explicar para o senhor. As unidades têm as comissões disciplinares, tem toda uma estrutura administrativa que precisa de especialista em execução penal, que são os companheiros que são formados em direito, é um corpo grande. Então, precisa de um efetivo muito grande, e eles não estão desviados para nenhuma outra secretaria não. É importante dizer isso, nós não vamos permitir, enquanto sindicato, que a gente saia da SEJUC para ir para outra secretaria.

O Senhor Deputado **George Melo** - A informação que eu tenho, é que tem muitos à disposição.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Se tiver, a gente até aceita a denúncia.

O Senhor Deputado **George Melo** – Então vou fazer uma denúncia, inclusive tem um em Brasília.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Tudo bem, eu aceito essa denúncia e vamos apurar, enquanto sindicato.

O Senhor Deputado **George Melo** – Não pode?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - A Senhora não pode se manifestar. A senhora só está como acompanhante. Ou ele sabe, ou não sabe.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu estava acompanhando

atentamente o seu debate.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues**- Depoente, o senhor só responde o que o senhor souber, o senhor não use bilhete. Ou o senhor sabe ou não sabe.

O Senhor Deputado **George Melo** – A gente estava falando aí da preocupação do sindicato de tornar aquilo em condições de vocês de tomarem aquilo e trabalhar naquilo. Mas entendo, por exemplo, a gente sabe que há um superfaturamento de alimentação lá muito grande. Por exemplo, o dinheiro que poderia estar sendo investido em armamento, em outras coisas, ao meu ver foi canalizado para o superfaturamento de alimentos, que é a alimentação do sistema prisional.

Outra coisa, o senhor sabe que a tornozeira também foi outro engodo, o dinheiro sumiu da secretaria, foi um dinheiro federal e esse dinheiro foi desviado. O Senhor sabe falar algumas coisa sobre essas tornozeiras eletrônicas. Por exemplo, aqui na maternidade foi implantado o projeto cegonha. O projeto cegonhas é para aquelas mãezinhas que ficam no meio do corredor ter os seus berços. Pois eles roubaram o dinheiro e o governo foi obrigado fazer um TAC e está pagando com o dinheiro do FPE, Deputados Jorge Everton, Flamarion. Essas tornozeiras vão caminhar para o mesmo sentido, é um dinheiro federal que veio. Então, eu queria que você que está lá dentro me dissesse a respeito dessa tornozeira eletrônica.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Vou falar o que eu sei. Veio, sim, um projeto piloto, segundo o sindicato, a empresa forneceu as tornozeiras e ao final do contrato não firmou-se o contrato. Isso foi repassado para nós. Se chegou a finalizar essa questão de compras, de repasse de dinheiro, isso não chegou, mas pouca informação que temos, é que a empresa veio ofereceu as tornozeiras e depois por qual motivo, não fechou o contrato com essa empresa. E de antemão peço aos senhores que se isso que o senhor está falando for realmente a questão do alimento, realmente se investigue, pois na situação em que estamos, um sistema calamitoso, é inadmissível que estejam desviando dinheiro das marmitas.

O Senhor Deputado **George Melo** – Vocês conferem as marmitas? Vocês recebem e só assinam sem saber a quantidade de cada dia? Vocês chegam assinam. Se o cara levar 100 e dizer que entrou 10 mil, vocês recebem e pronto?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Infelizmente pela estrutura, deficiência de estrutura, é desse jeito, porque se eu tiver 03 agentes, não tenho como conferir 1400 marmitas, porque quando a gente termina de conferir, os presos já vão ter invadido a carceragem e bota terror lá.

O Senhor Deputado **George Melo** – Sobrinho, você sabe, você é um funcionário concursado e pode ser demitido do serviço público por isso?

O Senhor Presidente do Sindicato dos Carcerários **Lindomar Ferreira Sobrinho** – Eu sei disso.

O Senhor Deputado **George Melo** – Então, vou deixando registra isso para que seus colegas saibam que eles podem estar infringindo um crime perigosíssimo que pode colocá-los na rua por conta disso, independente dos presos saírem ou não, isso não justiça. Quero dizer para vocês, que foi bom a gente ter essa informação aqui, porque esse estado está vivendo hoje com superfaturamentos e de roubos aos olhos das pessoas. Então, eu queria que você tivesse ciência até porque você é um funcionário diferenciado, você é concursado, você não pediu para estar ali. Infelizmente vocês estão incorrendo em crime, toda ação de vocês.

A Senhora deputada **Lenir Rodrigues** – Eu gostaria de perguntar aos Senhores Deputados, que ainda gostariam fazer perguntas?

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Toda vez, nas três refeições, os agentes que estão de plantão é que assinam o recebimento dessa comida.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim, em especial, o chefe de plantão, chega o caminhão descarrega 20, 30 caixas de marmita e, às vezes, chega atrasada, e o pessoal pede para que assine o recebimento.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Também não tem como abrir a marmita. Então se vier um celular dentro da marmita ninguém pode saber?

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Não tem como saber. Mas já informamos desde o começo que é humanamente impossível conferir e fuçar 1.700 marmitas no almoço e na janta, porque são sete pessoas por plantão, dessas sete tem a saída do HGR, fórum...

O Senhor Deputado **George Melo** – Essa conta não bate, se são sete, cada um tem três dias. Você trabalha 30 dias, 4x7 é vinte oito.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Mas são várias unidades, cadeia pública de Boa Vista

O Senhor Deputado **George Melo** – São nove por plantão, não

dar nem 150 agentes.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Deixo-lhe falar. Quando ele fala nós temos: cadeia pública de Boa Vista, cadeia feminina, CPP, casa do albergado, penitenciária e cadeia pública de São Luiz, são poucos agentes para o número de unidades e pelo plantão apertado que tem. Faltam agentes na verdade.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Lindomar o que vossa senhoria acabou de dizer, como vamos receber 1.700 refeições, Deputado Jorge Everton perguntou a quantidade e você falou que oscilava entre 1.400 e 1.500 refeições por dia. Porque agora vossa senhoria frisou 1.700.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Eu falei equivocadamente, mas a gente subtende que é entre 1.400 a 1.500.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então eu pergunto ao senhor, se deseja acrescentar mas alguma coisa do que foi lhe perguntado.

O Senhor **Lindomar Ferreira Sobrinho**, Presidente do Sindicato dos Agentes Carcerários – Sim, nós precisamos de presídios novos com capacidade máxima de 400 pessoas, e presídios nos moldes nacionais, placa de concreto, malha de aço. Porque todos nós sabemos que as unidades que temos com uma colher e água atravessa as paredes. Infelizmente, eu ainda não era nascido quando foram feitas essas unidades.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Pergunto ao Relator, Deputado Jorge Everton, se há algum outro questionamento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Não.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Dou por concluído o depoimento do Senhor Lindomar Ferreira Sobrinho. Agradeço sua presença. Você pode assinar a sua ficha, e o seu resumo vai ser totalmente degravado.

Vamos ouvir agora o Senhor Major João Carlos Santos, Comandante de policiamento de Guarda – CIPG.

Mesmo depondo como testemunha do procedimento, o senhor fica compromissado em dizer a verdade, caso venha fazer alguma informação falsa, isso dará como falso testemunho, de acordo com o artigo 342 do código penal.

Eu pergunto se o Senhor está ciente disso.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante de policiamento de Guarda – CIPG. Estou ciente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Nós estamos na CPI do Sistema Prisional, apurando as possíveis falhas do sistema prisional.

Passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Jorge Everton, para que proceda à leitura da Ficha de Identificação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a Ficha de Identificação.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Major João Carlos, nós estamos aqui, na CPI do Sistema Prisional, para apurarmos as possíveis falhas nesse sistema, e gostaríamos, como Comissão de CPI, e é muito propício neste momento pra nós daqui da Casa, esta aqui também como membro da Comissão, Deputado Flamarion Portela, que no momento em que estamos discutindo o orçamento, o Poder Legislativo dá sua contribuição para esse grave problema que não atinge somente a SEJUC, mas a PM que está lá trabalhando efetivamente e tem consequência administrativa, muitas vezes, por conta desses problemas. Então, nós gostaríamos que vossa Senhoria destacasse algumas questões da PM, as condições dos PMs que trabalham diretamente no sistema prisional, os materiais, os horários dos turnos. Se vocês, por conta do sistema prisional, têm pessoas da sua guarnição que respondem processo administrativo, por questões de envolvimento desses fatos, mortes, violências, de problema que houve nesse período, e também, se quantidade que vocês têm de efetivo para trabalhar efetivamente dentro do sistema prisional. Se o senhor quiser, neste primeiro momento, relatar sobre os últimos acontecimentos, fique à vontade, antes de passar a palavra ao relator.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Boa tarde a todos. Vejo a situação do presídio hoje muito delicado, não só para a segurança pública. O efetivo que temos na penitenciária é de 158 policiais militares, que cobrimos dez postos. Pela manhã, nós temos cinco postos ativados, seis com o portão, no total de 20 policiais, e à noite reforçamos com um, ou dois voluntários, à noite chegamos com 9 postos ativados e dez com o portão. No meu ponto de vista que trabalho na PA há muito tempo, não é um número suficiente, anteriormente, quando tínhamos 05, 06 postos, achava muito pouco, hoje com 9, 10 postos é bem razoável. O certo seria que cobrissemos todos os postos, mais o efetivo hoje não comporta o trabalho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Vocês continuam no trabalho externo, mas quando acontece algum evento, vocês entram?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Hoje, CIPG, por determinação do Comandante-Geral, nós dificilmente somos escalados

para serviços fora da PA, porque sabemos as condições que se encontra o presídio, por exemplo, carnaval, arraial, na eleição fiquei na PA, não foi mexido no efetivo, a CIPG hoje é focado diretamente na penitenciária, ou sistema prisional, determinação do nosso comandante.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E o material que vocês utilizam no trabalho, armamento, colete.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Eu recebi 50 coletes novos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Que mês o senhor recebeu?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Tem uns oito meses.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E armamento?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – O nosso material bélico, hoje, que temos na PA, feito um levantamento, temos 30 granadas químicas, gás de pimenta, munição de elastômero, que chama de bala de borracha, temos 500, haja vista a carnificina que houve, há uma semana atrás PCC brigando com o Comando Vermelho, que mandou matar o pessoal da Ala 12, quando a munição não letal, foi quase toda consumida, calibre um ponto quarenta, nós temos munição ponto quarenta, nós temos trinta granadas químicas de gás de pimenta, são várias, munição de elastômero, que chama não letal e é de borracha, eu recebi 250 e o nosso Comandante mandou mais 250. Então, nós temos 500. Haja vista aquela carnificina, que houve há uma semana atrás, segundo informação, o PCC tem brigado com o Comando Vermelho, mandou matar o pessoal da 12, a munição não letal foi quase todas consumidas, calibre ponto quarenta nós temos 500 também, Deputado Jorge Melo, o suficiente não é, nós gostaríamos de trabalhar até com mais pistolas, uma 60 a 70, quanto mais é melhor para o nosso trabalho.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Major João Carlos, eu lhe pergunto, para melhorar as condições de trabalho, especificamente, da CIPG, o que o Senhor reivindicaria, o que senhor imaginaria que seria ideal, por exemplo, nossa Comissão, nosso Relator Deputado Jorge Everton, o espírito da nossa comissão é apurarmos as denúncias e as falhas possíveis que tenha no sistema prisional e nós, aqui também no legislativo, estamos trabalhando no orçamento, o Deputado George é presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final, então, nós temos vamos ter Comissão conjunta no orçamento. O que o Senhor reivindicaria para melhorar as condições do sistema prisional na sua visão, já que senhor trabalha com isso diariamente.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – No meu ponto de vista, eu aumentaria o efetivo para dispor de mais polícias na penitenciária, hoje nós contamos com 12 a 13 guaritas, nós ocupamos 8 ou 9. No momento, eu acredito que seja o efetivo, no meu ponto de vista, porque quando eu assumi a CIPG, a maior reclamação que eu tinha por parte dos meus subordinados era a escala de serviço, nós tínhamos em média 5 a 6 atestados médicos por dia, e escala estava muito apertada, aí eu entrei num consenso com eles, falei com nosso Comandante Coronel Gonçalves, eu fiz a escala 24 por 72, a escala ficou boa, diminuíram as faltas e atestado médico. A escala ficou na minha responsabilidade.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- O PM que tira serviço na penitenciária tem algum acréscimo salarial a mais, algum tipo de gratificação a mais, do que outros setores.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – No meu conhecimento, o policial que tira serviço na penitenciária, nós trabalhamos com a hora extra, ele recebe a gratificação dele.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- O Senhor é procurado por algum PM, que trabalha, por exemplo, na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça dizendo que quer trabalhar na penitenciária?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Hoje, com essa escala na PA, a maioria dos PM que chegam lá não querem sair, porque tiram duas e folgam quatro, dá tempo para eles estudarem, às vezes, eles pedem uma permuta. Eu autorizo no mês uma ou duas, mas três emendadas eu não dou. Para mim já férias para eles, dificilmente, eles querem sair de lá, dificilmente, porque na rua é mais cansativo, o serviço de patrulhamento.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- O Senhor destacaria como uma das questões para melhorar, seria efetivo, porque temos lá, de 12 a 13 guaritas e só ocupamos de nove a dez, se tivesse mais efetivo, teria maior tranquilidade no sistema prisional.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Major João Carlos, meu colega de trabalho guerreiro, parabéns por mais essa missão, porque trabalhar na penitenciária é uma missão.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Não é uma missão, não. Desculpe a expressão, ali é o inferno, quem quer estar no inferno vá para a PA.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - O bom soldado, o bom guerreiro, sempre à frente do trabalho independente da patente, meu respeito e cumprimento.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Eu já trabalhei com o senhor, obrigado também.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- A Lenir já fez quase todas as perguntas que eu tinha a fazer. É interessante essa dinâmica, porque fica mais rápido, não fica cansativo, nem repetitivo, mas há alguns pontos que eu preciso frisar aqui com você, só para deixar claro para eles, qual o total de postos que existe para ser preenchidos eu estou até feliz em saber que têm 10 postos à noite, é importante, eu já cheguei trabalhar lá com 4 postos.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Hoje temos o privilégio de ter 9 a 10 postos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Qual seria o total de postos, para estarem cem por cento funcionando?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – No meu ponto de vista, seriam todos os postos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Eu preciso que me fale a quantidade para a gente deixar registrado.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Eu vou colocar 15 postos, porque foi feita a muralha e 2 guaritas novas, aumentaram as guaritas, mas os PMs diminuíram.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Para essa estrutura toda ficar pronta, quantos policiais você precisaria hoje para preencher, não só à noite, mas o efetivo todo, o dia todo?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Os 15 postos, eu chegaria a colocar hoje uns 250 policiais, só na PA, porque temos dispensa, férias, apto para o serviço e o não apto, questão médica.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Eu fiz essa pergunta, porque você sabe da importância em segurar o preso, quando a gente consegue. Nós fizemos aquele trabalho, ficamos nove meses sem ter uma fuga, diminuiu o número de assalto na cidade. É importante ter esse preenchimento para que vocês possam fazer a contenção.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – O senhor tocou no ponto chave, quando eu fui na audiência com Doutor Wesley, lá no Caranã, é sabido e notório, hoje, em Boa Vista, quando há fuga lá na PA em massa, nada melhor para cometer assalto na cidade, roubar e furtar motos e trocar por substância de entorpecentes na Guiana ou na Venezuela. É para fazer a venda da substância de entorpecentes e troca, é para abastecer a PA e para vender na cidade.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Esse total de 150 PMs, que você têm na PA, já conta com o grupo de intervenção ou fica fora o grupo de intervenção?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – É fora, porque o BOPE hoje, que é GTE o responsável é o Coronel Matos, que fica de prontidão, de sobreaviso, para qualquer eventualidade, por exemplo, o agente penitenciário, se chegar alvará ou preso está doente, o agente solicita à PM para dar uma força, para ir buscar o preso lá dentro.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- A estrutura de trabalho hoje é adequada ou o que o Senhor acha que deve melhorar?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Deputado, eu vou dizer uma coisa para o Senhor: pedir ao Coronel para sair CIPG até o final do ano. Já deu o que tinha de dar lá. Eu falei para o Coronel Gonçalves, o que impede o Estado, hoje, porque nós sabemos que no Hospital tem um gerador e no presídio quando a chuva é pesada não temos gerador, é triste. Se eu pudesse eu comprava. Que eu saiba, tinha, mas nunca funcionou, e não tem mais, só se levaram, não sei para onde. Quando falta energia é um valha-me, Deus. Se eu pudesse eu comprava um para deixar na PA.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- A questão da muralha, foi feita alguma obra de contenção? Vocês chegaram a eletrificar a cerca?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda – CIPG – Deputado, eu tenho o prazer de subir lá para lembrar dos tempos de soldado, a vista está bem melhor, foi colocada cerca elétrica, foi colocada uma proteção, porque

quando os presos se drogam eles fazem um cavalo doido. Quem não sabe o que é cavalo doido? É uma fuga em massa, eles têm uns especialistas só para distrair os PMs jogando pedras e paus. E uma turma só para fuga. Mas, hoje, com certeza está bem melhor.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Essa cerca elétrica não contém?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– O preso é malandro, eles jogam a escada na fiação e vão embora todos noiados. Esse choquizado não amedronta eles, não. Eles enrolam a mão na borracha e vão embora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** -Existem câmaras de vigilância? Quem faz esse controle?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG – O controle das câmaras fica com a PM.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – São quantas câmaras?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– São 12 a 13 câmaras.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Elas funcionam à noite?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Funcionam à noite, mas quando dá aquela chuveirada forte a visão fica ofuscada.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – No dia das morte as câmaras funcionaram?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Deputado, as câmaras, hoje, estão mais voltadas para muralha. Pegam mais atrás das Alas 13 e 14.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu vi que na 13 e 14 têm câmaras.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Mas quando vem o cavalo doido não tem câmera que dê jeito, eles estão combinados. O senhor foi lá?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Sim.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– O que eles fizeram lá foi coisa diabólica, coisa de outro mundo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor sabe me dizer se alguma imagem foi pega pelas câmaras?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Que eu saiba, não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas, elas filmam 24h?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Sim, filma 24 h. A não ser quando dá aquela chuveirada forte que ela cai.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Como é feita a alimentação do PM?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– A alimentação, às vezes, vem um boizinho ralado como eles chamam lá; uma linguiça, a comida nunca vem 100%, não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor fala da qualidade?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Estou falando da qualidade da comida. Hoje eu comi lá uma salsicha com macarrão, às vezes, vem um boi ralado como eles falam e uma linguiça grande.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E o gosto?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Para quem está com fome não tem comida ruim. Mas, a comida não é boa, não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quem faz a revista da alimentação quando entra?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Seu eu disser que um policial revista marmita por marmita, estarei mentindo. O PM faz aquela esporádica, sobe no caminhão, pega o celular do motorista, o motorista deixa a bandeja na carceragem e assina um valesinho. Quando o carro sai o PM dá uma olhadinha. Mas, uma revista minuciosamente não é feita. Porque se fizermos uma revista cautelosa vai encontrar coisa suja dentro da comida.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, quer dizer que armas podem entrar, aparelho celular ou qualquer outra coisa?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Eu vou ser bem categórico e ratificando: se fizer uma revista severa na PM irá encontrar na comida, na PA não tem um detector de metal que nem no aeroporto, entra do mamando

e caducando. Entram pessoas dizendo que são advogados, etc. Mas, o presídio, que eu saiba, para ser severo tem que ser que nem aeroporto, passar o preto no branco, o molhado e o enxuto. Porque se eu for diretor de presídio o Senhor me conhece, tem que haver uma fiscalização rígida e séria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quem confere a quantidade de marmiteix que entra?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Deputado, se eu dizer que estão contando estarei mentindo. Se é dito que tem 500 marmiteix, se dá um recebido e chama os reeducandos e vai descendo para as alas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Basicamente era o que eu tinha para perguntar. Queria parabenizar o seu trabalho, conheço a sua seriedade, seu empenho. E desejo sorte.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Não é sorte, não, porque o Coronel Gonçalves assumiu o Comando, me convidou para esse desafio e, em consideração a ele, eu aceitei. Eu sou bastante homem, pois no momento que ele entregar o comando eu entrego o cargo também.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quando eu fiz as perguntas para o Senhor, perguntei se alguém do seu efetivo responde processo administrativo por algum evento que ocorreu na PA. O Senhor tem alguém que responde na Corregedoria?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Se eu falar que tem, não tenho conhecimento. Mas, quando há fuga, o Ministério Público pede a escala de serviço e manda abrir procedimento. Ter tem, mas exatamente não sei lhe informar.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – A senhor está há quantos anos na Penitenciária?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Deputada Lenir, eu só não fiz nascer ali dentro, mas desde a época de soldado, eu já levei até um fogão pequeno lá para a guarita. Quando Sargento também estive lá. A força-tarefa quando foi criada trabalhei também, era conhecido como vaga-lume, porque na PA eu só não sou rato, mas conheço cada buraco de lá.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Como o Senhor está lá há muito tempo, a sua avaliação com relação a essas últimas medidas, como a colocação de muro, ajudaram a conter?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG – Deputada, mais uma vez, vou falar para a senhora, a vista do que, quando assumi a CIPG está uma maravilha, pois os presos da ala 14, 15, 12 ficam em suas celas. A PM faz tranca, coloca nas celas. Mas, quando a PM sai, os presos estão todos soltos, parecem que eles fazem uma mágica. E não é confiável a PM entrar à noite no presídio. Não deixo um policial meu entrar à noite no presídio, porque ultimamente quando teve a rebelião, chegou ao meu conhecimento, que todas as alas estavam com uma fiação encostada nas grades e os presos jogaram água no corredor. Desta forma, falei para o cabo Ederaldo recuar porque era uma cilada para os nossos policiais.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quais os órgãos mais presentes, e o senhor nota uma melhoria no sistema? Gostaria de saber se o Ministério Público vai lá, ajuda, se conversa com vocês. Se a Defensoria Pública do Estado vai lá atender ou se a Defensoria Pública da União e OAB. Fale um pouco dessas instituições.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Vou ser bem curto e grosso. Eu pouco vejo no presídio órgãos de direitos humanos. Dificilmente vão lá. Agora, a OAB, Ministério Público, através do Dr. Paixão sempre está lá, inclusive, no dia da matança ele esteve comigo; a Defensoria está constantemente lá. Agora, o que mais eles reclamam lá é a falta de assistência médica e de medicamentos.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O senhor sabe que eu sou Defensora Pública e eles reclamaram muito da ausência de Defensores Públicos no atendimento. Como o Senhor vê isso? É porque atendem só quem manda chamar ou porque não vão mesmo.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda - CIPG– Deputada, preso reclama de tudo. Mas, só que hoje são mil e quinhentos presos, e eles querem uma coisa que a Defensoria não pode fazer por eles, por isso reclamam de tudo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Convido o senhor deputado Flamarion Portela para fazer os questionamentos que achar necessários.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhores depoente, senhoras e senhores Deputados, queria cumprimentar o major João Carlos e dizer da satisfação por tê-lo aqui e, ao mesmo tempo, louvar a sua dedicação,

a sua bravura. A gente sabe que se não for o senhor, alguém vai ter que fazer esse papel, e o senhor lá já faz isso com tanta dedicação, com tanto denodo. Então, quero louvar essa iniciativa do senhor. Queria perguntar se o senhor sabe que quando essas fitas que gravam lá, com exceção de quando está com chuva, a imagem fica indefinida, eu queria saber se há um arquivo dessas imagens. O senhor sabe dizer se a Secretaria de Justiça e Cidadania tem um arquivo delas, tem um controle que a pessoa possa solicitar as imagens de seis, oito meses, um ano e de ontem?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Eu tenho conhecimento de que quando há fuga em massa, quando há um problema na PA, as imagens das câmaras são guardadas pela SEJUC.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Essa informação o senhor sabe de ouvir falar?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Sim, de ouvir falar.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Bom, claro que a gente sabe hoje que a estrutura própria do conjunto da Polícia Militar, é deficitária em termos de pessoas. Como um número expressivo hoje está lá no sistema prisional como um todo, o senhor, pela experiência que tem de quem já passou pela ponta, foi cabo, sargento que são os maiores operadores da Polícia Militar, hoje o senhor já é um policial graduado, se o senhor hoje conversa com outros colegas e percebe que esse número que faz falta aqui na ponta na assistência à sociedade, no combate à criminalidade, o senhor sente que esse número lá, se estivesse aqui, diminuiria e combateria a criminalidade com mais eficiência, pela sua experiência?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Pela minha experiência, Deputado, é o seguinte: a polícia conduz para a delegacia, o delegado faz o papel dele e a justiça coloca lá. É preciso que a gente segure quem tá preso e vá atrás de quem tá solto para colocar lá dentro. É uma coisa puxando a outra, um feed back, é preciso segurar. Por exemplo, o senhor faz a prisão de dois na rua, e fogem oito... O importante é o senhor segurar o que o senhor tem para caçar quem tá cometendo crime para colocar lá dentro.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – É porque se não proteger, se não coibir essa saída, não vai ter policial que dê jeito, porque aumenta a criminalidade. Então, a experiência do senhor mostra que esse número não faz falta, porque ele está contendo os presos dentro do sistema prisional. Eu só queria que o senhor entendesse a minha pergunta, se é importante estar lá para o sistema sair ou tentar sair dessa vulnerabilidade, porque é melhor tentar manter quem está preso do que deixar ele solto e depois tentar recapturá-lo.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Repetindo aqui, é melhor segurar, não deixar fugir para pegar quem está fora cometendo crime. Isso aí.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Os Deputados Jorge Everton e Lenir Rodrigues já fizeram as perguntas essenciais, só queria esclarecer esse ponto, e fico agradecido então. Muito obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o senhor Deputado George Melo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero mais uma vez cumprimentar meus colegas, Deputada Lenir, Deputado Jorge Everton, Deputado Famarion, Major João Carlos. Major, o senhor já se colocou dizendo que consome a alimentação do sistema prisional. Eu lhe pergunto, de uma escala de 01 a 10, qual o senhor classificaria para a qualidade da alimentação desse sistema?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Deputado George Melo, eu gostaria que quando houver uma visita por parte de uma autoridade, não avisassem, porque parece que quando avisam, a comida vai só o filé, ele dá uma temperadinha melhor. Vá de surpresa para o senhor ver o que vai comer lá.

O Senhor Deputado **George Melo** – Então, não precisa nem da nota de um a dez. Quero perguntar para o senhor também se algum PM recebe essas marmitas. É função da PM receber essas marmitas para entregar aos presos? São vocês quem assina o recebimento, por exemplo, lá tem 1500, entregaram 200, e vai lá assinam as 1500 e vão embora.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Deputado, mais uma vez vou repetir. Eles chegam e dizem: aqui tem 500 marmitas. Aí pegam um papelzinho, às vezes, um agente penitenciário assina, na sua ausência um PM assina, mas o do PM, porque tem a guarnição nossa que são 18 para um, vinte para outra, aí ele vai, confere e assina, mas o do PM, ele confere o que dá para contar que é dos PMs, que são poucas marmitas, mas quando refere-se a mil marmitas, se eu disser que vai contar, estou mentindo. Conta

não.

O Senhor Deputado **George Melo** – Foi dito pelo senhor que vocês recebem 500 balas não letais, de borracha e 30 granadas químicas. Se a gente, com essa comida de baixa qualidade, diminuiu o valor dessas marmitas e priorizasse a compra de armamentos, melhoraria o sistema prisional?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Deputado, se conseguir baixar o valor e aumentar a qualidade da comida... se baixar o valor, aí desculpe a expressão, iriam relaxar no feito dela. Então, é por um preço coerente alguém ir lá na beira do fogo fiscalizar, porque se aperta de um lado e afrouxa do outro não vai adiantar nada. O negócio é pagar o preço compatível, haver fiscalização. Às vezes, aqui no quartel, quando havia visita e diziam que o governador ia nos visitar, eu comia comida que nunca tinha comido na minha vida. Quando não havia essa visita, era só pé de galinha e asa, aí quando o governador ia, aparecia bico, aparecia tudo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Queria fazer a última pergunta, queria saber sobre as tornozeleiras, você teve informação da quantidade de tornozeleiras que chegou lá, porque eu soube que o Josué fez uma licitação e chegaram muitas tornozeleiras em Roraima. Quero saber se essas tornozeleiras melhoraram o trabalho de vocês.

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Olha, para ser franco e honesto, se chegou eu não tenho conhecimento não, pois não nos foi repassado nada, só se ele pediu direto para a direção da PA, porque para nós nós não chegou. Eu trabalho mais na área externa, e a SEJUC tem um diretor, que é o Paulo hoje....

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu gostaria que a presidência consignasse a questão dessas tornozeleiras, pois é muito importante, porque a gente sabe que veio um dinheiro federal, e a gente precisa saber o que foi feito com esse dinheiro.

A Senhor Presidente **Lenir Rodrigues** – Agradeço a sua participação, deputado George Melo. Eu gostaria de lhe perguntar, Major João Carlos, se vocês recebem auxílio-alimentação?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Essa informação eu vou ficar lhe devendo.

A Senhor Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor só responde se souber. Como o senhor está há muitos anos lá na PA, eu lhe pergunto: se fosse o senhor que determinasse, como iriam acontecer as coisas, se o senhor voltaria a preparar a alimentação dentro do próprio presídio como era antigamente?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Olha só, voltar a fazer a comida dentro do presídio eu não voltaria não, porque lidar com ser humano é uma questão difícil. Dentro do presídio, eu não gostaria não. Seria bom uma empresa fazer comida por fora. Dentro do presídio não. Vou ser bem honesto com a senhora, lugar de presídio é para conter o preso. Não sou a favor de comida dentro de presídio não, desculpe a expressão, porque vão coisas mais escusas lá dentro, coisas erradas.

A Senhor Presidente **Lenir Rodrigues** – Certo. Entraria mais levando a alimentação, mantimentos. Eu quero lhe perguntar também o início das visitas das famílias, a que horas começam as visitas das famílias e que horas começam a entrar dentro do presídio? Que horas encerra a entrada das famílias e se tem número de visitantes?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Na penitenciária, eu acho um absurdo quando há visitas por parte de crianças, a demora que há para entrar as crianças. Chegam a entrar às 10 horas, 10:30, e quando dá pane na máquina é que demora. Às vezes, eu percebo que não é má vontade do agente, o efetivo dele é que é pouco. É muita gente para pouca gente na penitenciária. E no primeiro domingo de todo mês em que há visitas de familiares, quando vêm crianças aí redobra a visita. E é muita gente!

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E que horas encerram a entrada, tem uma hora limite?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Deputada, é o seguinte, a hora de entrar, às vezes, começa às 10 horas, 10 e meia. Dá uma pausa para alimentação, que é de meio-dia e meia até uma e meia. Aí o familiar fica até às 15 horas.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – A partir de 15 horas não entra mais?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Às vezes, usando o bom-senso a gente deixa um gato pingado ou dois, quando vem do interior a gente quebra o galho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Deixa eu lhe fazer outra pergunta. Eu gostaria que o senhor fizesse uma análise sua de profissional sobre as mortes que aconteceram por último. O que o senhor acha? Fale um pouco dessa convivência. O que o senhor escuta sobre essas facções? Vocês já sabiam que a qualquer momento ia acontecer? Como estava essa situação?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Eu não posso assinar categoricamente sobre o que estava sendo anunciado para aquela carnificina. Eu li na internet que houve quebra do pacto do PCC com o Comando Vermelho, que houve uma determinação do salve, que quer dizer matar, e houve uma separação dos presos do PCC com os presos do Comando Vermelho. Anteriormente, aquela matança em que esteve presente a juíza, ela foi bem positiva de que haveria na penitenciária um mutirão em novembro para saber quem tinha cumprido a pena. Aquele protocolo todo. A doutora Graciete Souto Maior esteve lá falando que iria pegar os nomes de todos os reeducandos, que tivessem a pena menor, iria ser feito por parte da justiça um mutirão carcerário. Se eu não me engano, isso foi numa quinta-feira em que eu estive lá com ela. O reeducando Leno, tem o Guinei, que dizem que é um dos cabeças do Comando Vermelho. Eles falaram que não estavam conseguindo dormir; estavam dormindo em pé, com medo de qualquer hora arrebentarem as celas. Mas a juíza foi bem clara, disse que tivessem calma, dessem o nome. Eu peguei até o nome de alguns. Se houve erro não foi dela não, porque ela foi bem clara quando disse que haveria a transferência de presos. Mas aquilo que eles fizeram foi uma coisa diabólica.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor estava neste dia lá?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Bom, eu tinha ido para um balneário com minha esposa e quando li no whatsapp vi aquela monstruosidade. Segunda-feira eu fui lá. Eu tenho 27 anos de Polícia Militar e fiquei horrorizado com o que vi. Eu cheguei em casa quase 5 horas da tarde, fedendo a carne humana. Passei dois dias ruins, sonhando só com defunto na penitenciária. É difícil, eu encontrei um fêmur, o osso da perna e um crânio com um vergalhão enfiado no olho. O IML estava lá pegando os corpos. E outra coisa, só não houve mais mortes porque os guariteiros contiveram o pessoal, mandaram fazer um bloco que divide da Ala 9, mandando sair e o PM segurando o grupo nas balas de borracha, senão tinha ido todo mundo do Comando Vermelho.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eles mesmos estavam autorizando vazar para poder conter com a borracha fora?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Não, vou repetir, o Policial Militar que estava segurando o grupo do PCC para não matarem o Comando Vermelho e mandou eles arrebentarem o buraco para eles saírem porque estavam se digladiando com pedras, paus, facas. Todos encapuzados com a cara coberta com um pano para não serem reconhecidos. E outra coisa, quinta-feira ficaram uns 87 na contensão. Eu falei para o nosso comandante tirar o pessoal dali porque o PCC vinha buscar o resto. Eles vinham buscar o pessoal de madrugada. A informação que eu tinha é que ele ia pegar um agente como refém para abrir a contensão e eliminar todos porque a determinação de fora foi não ter nenhum do Comando Vermelho em pé.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E o senhor sabe de qual cidade que estão vindo essas ordens?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Rio, São Paulo e Mato Grosso. Foi o que eu li na internet.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Vocês conseguem ter informações dos próprios presos?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Tem um ditado na PA que diz: aqui ninguém vê nada, ninguém ouve nada, ninguém fala nada. Tem que ser cego, surdo e mudo. Eles não falam. Eles se fecham.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, tá, a gente quer agradecer a sua presença, Major.

O Senhor Deputado **Famarion Portella** - Major eu só queria saber se o senhor tem noção de quantos reeducandos pertencem ao PCC e quantos reeducandos pertencem ao Comando Vermelho?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Olha, Deputado, da PA eu não tenho o número exato, mas na Cadeia Pública nós temos 77 do PCC e 13 do Comando Vermelho. Agora foram todos separados.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E eles se auto identificam?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Não, eles são muito

fechados, eles não falam. Eles dizem que quem tem que descobrir é a polícia.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, na Penitenciária o PCC é maioria?

O Senhor Major **João Carlos Santos**, Comandante da Companhia de Policiamento de Guarda- CIPG – Pelo que eu ouço falar, anteriormente, quando foi criado o Comando Vermelho nos anos de 70 e o PCC no ano de 93, o Comando Vermelho era o maior número, mas hoje o PCC é o maior número no Brasil.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, nós vamos passar para suas mãos o termo. As suas informações serão degravadas, mas não serão divulgadas. Nós agradecemos, Major João Carlos, e lhe desejamos boa sorte em seu trabalho. Que o senhor continue firme em seus propósitos.

Atendendo a convocação desta comissão, encontram-se nas dependências desta Casa a Soldada PF, Quésia Mendonça, Presidente da Associação dos Policiais Militares e Bombeiros Militares. Solicito à Secretária desta comissão que a faça adentrar na sala. Nós vamos aguardar o Deputado Jorge Everton.

Solicito ao Deputado Jorge Everton, relator desta comissão, para proceder à leitura da Ficha de Identificação da depoente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a Ficha de Identificação da depoente.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – A Senhora está sendo ouvida como depoente na CPI do sistema prisional, lhe informo que não está sendo acusada de nada. Fica compromissada a falar a verdade, caso venha a fazer afirmações falsas incide no artigo 342 do código penal de falso testemunho. A Senhora está ciente do compromisso com a verdade, nós queremos apurar nesta CPI, as possíveis falhas do sistema. Eu pergunto a Vossa Senhoria, na condição de Presidente da Associação de policiais militares e bombeiro. Quais as sugestões da associação para a melhoria daqueles profissionais que trabalham nessa área, gostaríamos que a senhora destacasse as condições desses trabalhadores, dos PMs que trabalham nessa área, se a Senhora sabe dizer se tem comunicação ao sindicato de PADES, procedimentos administrativos, que eles respondem por mortes, eventos de violência ou tortura, que ultimamente tem acontecido com maior frequência, e quais as condições de trabalho com relação as unidades do sistema prisional, Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, CPP, cadeia feminina, cadeia pública de Boa Vista, cadeia pública de São Luiz e a casa do albergado.

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares – Ao meu ver, o sistema prisional, hoje, é um sistema falido. Porque na criação do sistema prisional foi criado há muitos anos, como a penitenciária agrícola de Monte Cristo, que na época foi criada para receber em torno de setecentos presos, e hoje a realidade é outra, tem em torno de mil e quatrocentos presos, havia um discurso de que não existia facção na penitenciária, caiu por terra o discurso, a gente percebe conflitos de interesse dessas facções. Ao meu ver, acho que a única solução, em virtude do que vem acontecendo, não vejo outra solução a não ser a construção de outro prédio de segurança máxima, porque hoje há presos de alta periculosidade, e o espaço físico é falho, não tem condições de suportar esses presos. E no passado isso não ocorria, os presos que eram para trabalhar no sistema agrícola, hoje, a realidade é totalmente diferente. E que os funcionários que trabalham no sistema prisional acabam pagando um preço por isso, por culpa do governo por ter deixado chegar ao ponto que chegou. Então, o que nós percebemos é que a associação vem lutando pela valorização dos profissionais no sentido de que se construa um novo presídio. Porque não há outra solução, por mais que o governo do estado faça convênio com o ministério da segurança pública. Não adianta vir material, munição, coletes se o presídio não tem condições de suportar esses presos de alta periculosidade, e os policiais militares acabam pagando um preço, porque se foge um preso, a sociedade vai achar que é culpa do policial militar, mas ele não tem condições de ocupar guarita de 30 metros de distância uma da outra, a iluminação é péssima. O policial militar acaba adoecendo devido à situação precária em que trabalha. Trabalha em guarita sem forro, com a presença de morcegos, convivendo com suas fezes e ratos, quando bate um veto joga essas fezes no corpo do policial que muitas das vezes acaba adoecendo. A associação já esteve nesta casa, fez algumas denúncias nesse sentido, fomos ao ministério público e à OAB, fizemos denúncias. Lá tem uma fossa a céu aberto, o policial tem que ficar 2 horas em cima de uma guarita inalando aquele cheiro de fezes, vai para casa com aquele cheiro impregnado na roupa e acaba adoecendo. Eles têm que irem para a guarita tirar o seu quarto de hora usando máscara devido ao mau cheiro. Hoje, a Penitenciária nada mais é do que uma bomba que a qualquer momento pode explodir, se isso acontecer, não tem humano que segure aquilo ali. Então, o que precisa ser feito é tomar as medidas ... Tem uma caixa d'água, que, quando eu estive há um ano, porque eu estou há um ano

afastada da associação, mas quando eu estive presente, os policiais fizeram uma visita e, no final, ele defecaram dentro da caixa d'água que distribuí a água, não só para os presos mas para os policiais civis e militares. Então, o Estado não fez nenhuma intervenção nisso, os policiais militares tiveram que puxar água de uma chácara mais próxima, desligando a água da caixa para os policiais não adoecerem. Passamos um período comprando água, a associação teve que comprar um bebedouro para tratar essa água para os policiais não adoecerem. No que tange aos alojamentos, a situação é precária, os policiais que entram na penitenciária atrás de presos, pisam em fossa, e com o mesmo coturno entram no alojamento para tirar o descanso de duas horas e como não tem cama e os colchões ficam no chão, ele pisa nos colchões com o mesmo coturno que pisou na fossa. Então, a questão é o espaço físico, tem que haver uma mudança, se não tiver uma nova estrutura física, teria que derrubar tudo aquilo para ter algo enovador, senão o problema vai continuar. O Comandante pode ter o compromisso de levar o equipamento, mas os problemas não se atêm somente a isso. O que tem que ser feito é um novo presídio de segurança máxima com toda infraestrutura para atender, devido à grande quantidade de presos de alta periculosidade que ali se encontram, dessa forma eu acho que as coisas vão melhorar.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – a Senhora sabe se hoje esses policiais recebem auxílio alimentação?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares – Recebem. Como eu estava afastada, de licença maternidade, eu não sei se os HTs melhoraram... como eu recebi a intimação há pouco tempo não deu tempo de buscar informação com o presidente em exercício, que poderia dar informações mais precisas, eu não consegui falar com ele, mas até então, a última vez que eu estive lá em exercício os HTs não funcionavam, quando havia uma fuga, os policiais ouviam através de um tiro para cima, aí todos eram acionados porque os HTs estavam danificados, a bateria não prestava, ou então era através de celular, quando as guarnições saiam para resgatar os presos, eram em carros e motos próprias, cada equipe se deslocava em busca nas chácaras mais próximas, não há viatura suficientes, e as que tem são sucateadas, sem condições de dar esse suporte. Atualmente, eu não sei se melhorou a questão de equipamentos, eram coletes vencidos, bem como as munições, isso foi o que eu constatei quando estava em exercício.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quanto tempo faz isso?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares – Há um ano.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Passo a palavra ao Relator, Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Deputada Lenir, ela já nos passou bastante informações, só que eu acho necessário, em virtude da licença maternidade dela, a gente ter uma realidade mais presente, é importante, por exemplo, o Major falou que foram adquiridos cinquenta coletes novos, 500 munições de borracha, e essa informação ela não pode nos fornecer porque estava de licença. Acho que o pronunciamento dela já nos engrandece, mas é importante que o atual representante fosse intimado para comparecer e dar as informações.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Qual é o nome do atual presidente?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros militares, Sub-Rosimeldo, inclusive eu tentei entrar em contato para ele me acompanhar e poder repassar informações mais precisas. As informações que eu estou passando, foram as que eu presenciei na época em que estava em exercício. Então, a realidade atual eu não tenho como passar.

A Senha Presidente **Lenir Rodrigues** - Onde ele trabalha?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares- Na Associação, como presidente em exercício.

O Senhor Deputado **Jorge Everto** – A gente vai precisar de informações desse tipo... equipamento atual, como está a alimentação, você pode falar um pouco da tua experiência com a relação à alimentação do sistema prisional.

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares- A alimentação, na minha época, o policial sempre comprou sua marmita separada, ele não se alimenta com o que o governo fornece. É feito uma conta para comprar, quando não tem um policial disponível para cozinhar. Lá tem uma estrutura básica com fogão e geladeira que conseguimos com alguns parceiros nossos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas a alimentação que chega para o reeducando, passa pela guarda e ela é contada, conferida e revista?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de

Policiais Militares e Bombeiros Militares- Sim. Não sei como é agora.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – A gente quer saber se abrem as marmitas.

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares- É aberto o caminhão, as caixas de isopor, mas a marmita em si não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Nem passa por um Raio x? Pelo menos é conferida a quantidade de marmitas? Se eu chegar e entregar, você assina conferindo... Então não é conferida a quantidade, é dito que tem 500 marmitas e a pessoa assina, não é contada uma a uma?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares - Até então, o Raio X que tinha lá era humano. Não sei se mudou o método, mas era dessa forma. Não tinha a coisa de abrir a marmita. Vinha em uma caixa de isopor ... Diz que tem 500 e entra...quem faz esse procedimento são os agentes.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E a contagem, é conferida a quantidade?

A Senhora **Quésia Mendonça**, Presidente da Associação de Policiais Militares e Bombeiros Militares- Não.

A Senhora presidente **Lenir Rodrigues** – O Senhor Deputado Flamarion Portela dispensa formular questionamento. Nós esperamos que a senhora assine o termo, pois o seu depoimento será degravado. Agradecemos a sua presença.

Aceito como Requerimento o pedido para ouvir o Sub Rosenildo que trabalha na associação, como presidente em exercício. Solicito à assessoria para proceder à solicitação para ser ouvido na Comissão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Como o Deputado George Melo destacou bastante a questão das tornezeiras. É importante que solicitasse cópia desse processo, se é que existe licitação, pelo que eu entendi, houve a licitação só que não chegaram as tornezeiras. A gente precisa saber se realmente procede essa informação. Eu acho que nós temos que saber.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Eu tratei desse assunto quando eu fiz o projeto do Botão do Pânico, não sei se Vossa Excelência lembra que o governo dizia nos meios de comunicação que já estava fazendo a licitação do Botão do Pânico, que era da tornezeira, e que já estava experimentando. Tem reportagem aí! Que na verdade nós não vimos no juizado doméstico, por exemplo, que é a lei Maria da Penha, nenhum caso que tenha utilizado essas tornezeira. Nós precisamos saber se houve ou não, vamos saber...

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Gostaria de fazer a solicitação verbal para oficial.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Oficial à SEJUC para saber se houve a licitação das tornezeiras. Né! Eu acredito que houve... Esses dias, um policial de lá convidou o CHAME para ir lá para o lançamento das tornezeiras, mas quando descobriram que eu era coordenadora cancelaram o convite. Então, eu creio que deve ter, mas vamos oficial. Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, dou por encerrada as oitivas e convido os senhores Parlamentares para a próxima oitiva que será realizada amanhã, às 15 horas.

Dep. Lenir Rodrigues

Presidente da Comissão

ATADA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 036/2016. PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil dezesseis, às doze horas e quinze minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente para eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 036/16. Destinada, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor **Diogo Novaes Fortes**, indicado pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima. **Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Aurelina Medeiros, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, em exercício, informou aos Senhores Parlamentares que, conforme acordo de lideranças, esta Comissão foi composta pelos Senhores Deputados: Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral. Logo após, a Senhora Presidente, em exercício, no uso de suas atribuições legais suspendeu os trabalhos pelo tempo necessários para que os Senhores Parlamentares apresentassem os nomes dos Deputados com interesse às funções acima epigrafadas. A Seguir, a Senhora Presidente, em exercício, após o tempo estipulado, reabriu os trabalhos, constatando os nomes dos candidatos, aos cargos: Para Presidente a Deputada Lenir Rodrigues; para

Vice-Presidente a Deputada Aurelina Medeiros e, para Relator o Deputado Flamarion Portela. Prosseguindo deu início ao processo de votação, feita a chamada, votaram os Deputados Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral. Encerrado o processo de votação, a Senhora Presidente, em exercício, proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, a Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente, a Deputada Aurelina Medeiros e para Relator o Deputado Flamarion Portela. A Senhora Presidente, em exercício, Deputada Aurelina Medeiros passou a direção dos trabalhos a Presidente eleita, a qual agradeceu a todos pela escolha de seu nome. Prosseguindo, a Senhora Presidente, deu início a arguição e solicitou ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela, que procedesse à leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Feita a leitura a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor **Diogo Novaes Fortes**, para suas considerações iniciais, o qual cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de estar sendo sabatinado por esta Casa e destacou de forma sucinta suas atividades desenvolvidas no Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, as quais constavam no seu Curriculum encaminhado a esta Comissão e colocou-se à disposição dos Senhores Deputados para os questionamentos. Prosseguindo, a palavra foi franqueada ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela para seus questionamentos. O Senhor Relator, estando com a palavra, formulou várias perguntas ao arguido, as quais foram respondidas de forma clara e objetiva. Prosseguindo, o Senhor Relator informou a Senhora Presidente, que estava satisfeito com as respostas proferidas pelo arguido. Logo após, a Senhora Presidente franqueou a palavra aos demais Membros da Comissão, para que pudessem fazer as perguntas que achassem necessárias. As indagações foram feitas pelos Senhores Deputados Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral, Membros desta Comissão, as quais foram respondidas pelo sabatinado com clareza e precisão. Logo após, os questionamentos a Senhora Presidente constatando não haver mais perguntas o candidato e tendo em vista as informações apresentadas pelo sabatinado, quando da apresentação pessoal de suas atividades, recomendou à assessoria da Comissão elaborar Projeto de Decreto Legislativo aprovando a indicação do nome do Candidato, informando ao mesmo o término da sabatina, portanto, dispensado-o, no entanto, não teria problema se o arguido permanecesse na reunião, o qual permaneceu. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, para que o Senhor Relator emitisse seu parecer à Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 038/16, de autoria desta Comissão, que “Aprova o nome do Senhor **Diogo Novaes Fortes**, indicado pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima”, incluindo-o na Ordem do Dia, de imediato solicitou ao Senhor Relator proferir a leitura do parecer, feita a leitura o parecer foi submetido a discussão. Não houve discussão. Colocado em votação o parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Deputados presentes na reunião da Comissão. **Encerramento:** Às doze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Gizelda Pinheiro de Barros**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 035/2016, PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil dezesseis, às onze horas e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente para eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 035/16. Destinada, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome da Senhora **Terezinha Muniz de Souza Cruz**, indicada pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima. **Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Mecias de Jesus, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, em exercício, informou aos Senhores Parlamentares que, conforme acordo de lideranças, esta Comissão foi composta pelos Senhores Deputados: Mecias de Jesus, Zé Galeto, Lenir Rodrigues, Soldado Sampaio e Odilon Filho. Logo após, o Senhor Presidente, em exercício, no uso de suas atribuições legais suspendeu os trabalhos pelo tempo necessários para que os Senhores Parlamentares apresentassem os nomes dos Deputados com interesse às funções acima epigrafadas. A Seguir, o Senhor Presidente, em exercício, após o tempo

estipulado, reabriu os trabalhos, constatando os nomes dos candidatos, aos cargos: Para Presidente a Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente o Deputado Soldado Sampaio e, para Relator o Deputado Mecias de Jesus. Prosseguindo deu início ao processo de votação, feita a chamada, votaram os Deputados Mecias de Jesus, Zé Galeto, Lenir Rodrigues e Soldado Sampaio. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente, em exercício, proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, a Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente, o Deputado Soldado Sampaio e para Relator o Deputado Mecias de Jesus. O Senhor Presidente, em exercício, Deputado Mecias de Jesus passou a direção dos trabalhos a Presidente eleita, a qual agradeceu a todos pela escolha de seu nome. Prosseguindo, a Senhora Presidente, deu início a arguição e solicitou ao Senhor Relator, Deputado Mecias de Jesus, que procedesse à leitura da Ficha de Identificação da Candidata. Feita a leitura a Senhora Presidente passou a palavra a Senhora **Terezinha Muniz de Souza Cruz**, para suas considerações iniciais, a qual cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de estar sendo sabatinada por esta Casa e destacou de forma sucinta suas atividades desenvolvidas na Defensoria Pública do Estado de Roraima, as quais constavam no seu Curriculum encaminhado a esta Comissão e colocou-se à disposição dos Senhores Deputados para os questionamentos. Prosseguindo, a palavra foi franqueada ao Senhor Relator, Deputado Mecias de Jesus para seus questionamentos. O Senhor Relator, estando com a palavra, formulou várias perguntas a arguida, as quais foram respondidas de forma clara e objetiva. Prosseguindo, o Senhor Relator informou a Senhora Presidente, que estava satisfeito com as respostas proferidas pela arguida. Logo após, a Senhora Presidente franqueou a palavra aos demais Membros da Comissão, para que pudessem fazer as perguntas que achassem necessárias. As indagações foram feitas pelos Senhores Deputados Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Zé Galeto, e Soldado Sampaio, Membros desta Comissão, as quais foram respondidas pelo sabatinado com clareza e precisão. Logo após, os questionamentos a Senhora Presidente constatando não haver mais perguntas a candidata e tendo em vista as informações apresentadas pela sabatinada, quando da apresentação pessoal de suas atividades, recomendou à assessoria da Comissão elaborar Projeto de Decreto Legislativo aprovando a indicação do nome da Candidata, informando a mesma o término da sabatina, portanto, dispensado-a, no entanto, não teria problema se a arguida permanecesse na reunião, a qual permaneceu. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, para que o Senhor Relator emitisse seu parecer à Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 035/16, de autoria desta Comissão, que “Aprova o nome da Senhora **Terezinha Muniz de Souza Cruz**, indicada pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Defensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima”, incluindo-o na Ordem do Dia, de imediato solicitou ao Senhor Relator proferir a leitura do parecer, feita a leitura o parecer foi submetido a discussão. Não houve discussão, colocado a votação o parecer do Senhor Relator foi aprovado na pelos Deputados presentes na reunião da Comissão. **Encerramento:** Às onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Gizelda Pinheiro de Barros**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 033/2016, PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 012/16

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil , às dez horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente para eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução nº 033/16, para analisar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 012/16, de autoria de vários Deputado, que “adita §§ 1 e 2 ao artigo 138 da Constituição Estadual, fixando percentual mínimo de recursos para o Sistema Estadual de Saúde, e dá outras providências”. **Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Mecias de Jesus, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, em exercício, informou aos Senhores Parlamentares que, conforme acordo de lideranças, esta Comissão foi composta pelos Senhores Deputados: George Melo, Angela Águida Portella, Mecias de Jesus, Jorge Everton, Valdenir Ferreira, Marcelo Cabral e Masamy Eda. Logo após, o Senhor Presidente, em exercício, no uso de suas atribuições legais suspendeu os trabalhos pelo tempo necessários para que os Senhores Parlamentares apresentassem os nomes dos Deputados

com interesse às funções acima epigrafadas. A Seguir, o Senhor Presidente, em exercício, após o tempo estipulado, reabriu os trabalhos, constatando os nomes dos candidatos, aos cargos: Para Presidente o Deputado Mecias de Jesus; para Vice-Presidente o Deputado Jorge Everton; para Relator o Deputado Marcelo Cabral. Prosseguindo deu início ao processo de votação, feita a chamada, votaram os Deputados George Melo, Angela Águida Portella, Mecias de Jesus, Jorge Everton, Valdenir Ferreira, Marcelo Cabral e Masamy Eda. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente, em exercício, proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, o Deputado Mecias de Jesus; para Vice-Presidente, o Deputado Jorge Everton e, para Relator o Deputado Marcelo Cabral. O Senhor Presidente, em exercício, Deputado Mecias de Jesus permaneceu na direção dos trabalhos por ter sido eleito, e estando com a palavra agradeceu a todos pela escolha de seu nome e, de imediato passou as mãos do Senhor Relator a Matéria acima epigrafada para análise e emissão de parecer e suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o seu parecer. Após o tempo estipulado o Senhor Presidente reabrindo os trabalhos, constatou na ordem do dia a Proposição com parecer favorável do Senhor Relator, ao qual solicitou proceder a leitura do parecer. O Senhor Relator antes de proferir a leitura procedeu a Comissão que houve necessidade de adequação ao texto original por meio de Emendas: **Supressiva** suprimindo o § 2º do art. 138, transformando o §1º em Parágrafo único e, **Modificativa** à Ementa com a seguinte redação: Adita-se Parágrafo único ao artigo 138 da Constituição Estadual, fixando percentual mínimo de recursos para o Sistema Estadual de Saúde, e dá outras providências. O Senhor Relator antes de proferir a leitura do parecer informou a Comissão que constatou nos autos **Emenda Modificativa**, ao §1º do art. 138, contido na Proposta de Emenda à Constituição nº 012/2016, com redação: as despesas anuais com o Sistema Estadual de Saúde não serão inferiores a 20% (vinte por cento) do Orçamento Estadual. Prosseguindo o Senhor Presidente ao tomar conhecimento das modificações submeteu a discussão dos Senhores Deputados, após amplas discussões as Emendas foram submetidas à votação, sendo aprovadas as Emendas Supressiva ao §2º do art. 138 e Modificativa à Ementa. A Emenda Modificativa ao §1º do art. 138 foi rejeitada na Comissão com voto de qualidade do Senhor Presidente desta Comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Relator para que o mesmo proferisse a leitura do parecer, feita a leitura o parecer foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade com as Emendas Supressiva ao §2º do art. 138 e Modificativa à Ementa. **Encerramento:** Às onze horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Gizelda Pinheiro de Barros**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Mecias de Jesus

Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 100/2017

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JORGE EVERTON BARRETO GUMARÃES**, para viajar com destino a Brasília/DF, saindo no dia 15.03 às 01h50min e retornando no dia 17.03.2017 às 22h40min, para participar da Audiência para tratar das reformas da Previdência e Política Eleitoral, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 101/2017

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino a Fortaleza-CE, saindo no dia 25.03 e retornando no dia 29.03.2017, onde irá tratar de assuntos de interesse do seu Gabinete Parlamentar, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 102/2017

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino a São Paulo-SP, saindo no dia 02.04 e retornando no dia 09.04.2017, onde irá tratar de assuntos de interesse do seu Gabinete Parlamentar, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE-RR EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 008/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0096/ALE/2016

TIPO: Menor Preço

NATUREZA: Pregão Presencial (SRP) nº 008/2017

OBJETO: Aquisição de 03 (três) veículos para atender a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Assembleia Legislativa do Estado Roraima através da Comissão Permanente de Licitação torna público aos interessados em participar do Pregão supracitado, que a Abertura do Certame Licitatório, dar-se-á:

DATA: Em 29 de março de 2017

HORA: 12h: 00mn.

LOCAL: Auditório da ESCOLEGIS, localizada na Rua Agnelo Bitencourt, nº242, Bairro: Centro, CEP. 69301-430, Boa Vista-RR.

Telefone nº: (95) 98402-1918

E-mail: cpl.al.rr.leg@gmail.com

Obs.: O Edital e outras informações estão à disposição dos interessados em horário das 08h00min as 13h00min, na sala da CPL no endereço acima citado.

Boa Vista-RR, 15 de março de 2017

Lincoln Johnson Batista de Mendonça

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
 CPL/ALE-RR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE-RR EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 007/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0094/ALE/2016

TIPO: Menor Preço

NATUREZA: Pregão Presencial (SRP) nº 007/2017

OBJETO: Aquisição de Bebedouros e Ventiladores de parede, para atender as necessidades desta Casa Legislativa e a Escolégis – Cambará.

A Assembleia Legislativa do Estado Roraima através da Comissão Permanente de Licitação torna público aos interessados em participar do Pregão supracitado, que a Abertura do Certame Licitatório, dar-se-á:

DATA: Em 29 de março de 2017

HORA: 08h: 30mn.

LOCAL: Auditório da ESCOLEGIS, localizada na Rua Agnelo Bitencourt, nº242, Bairro: Centro, CEP. 69301-430, Boa Vista-RR.

Telefone nº: (95) 98402-1918

E-mail: cpl.al.rr.leg@gmail.com

Obs.: O Edital e outras informações estão à disposição dos interessados em horário das 08h00min as 13h00min, na sala da CPL no endereço acima citado.

Boa Vista-RR, 15 de março de 2017

Lincoln Johnson Batista de Mendonça

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
 CPL/ALE-RR

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 2215/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e

suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARLA CILENE MIGUEL BRITO, Matrícula 08235, CPF: 804.836.155-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2216/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARLA CILENE MIGUEL BRITO, Matrícula 08235, CPF: 804.836.155-87, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2217/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLAUDIANA ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula 16823, CPF: 669.613.272-49, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2218/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIANA ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula 16823, CPF: 669.613.272-49, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2219/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DARKSON CORREA MOTA, Matrícula 18992, CPF: 594.174.472-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2220/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DARKSON CORREA MOTA, Matrícula 18992, CPF: 594.174.472-20, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2221/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar GISELE PINOTTI, Matrícula 17422, CPF: 847.086.462-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2222/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GISELE PINOTTI, Matrícula 17422, CPF: 847.086.462-91, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2223/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA KEILADE LIMARAMOS PEREIRA, Matrícula 19390, CPF: 931.048.392-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2224/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA KEILA DE LIMA RAMOS PEREIRA, Matrícula 19390, CPF: 931.048.392-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2225/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SHIRLEY GUIMARAES GOMES, Matrícula 19137, CPF: 522.524.852-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2226/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SHIRLEY GUIMARAES GOMES, Matrícula 19137, CPF: 522.524.852-72, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2227/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RONALD VASCONCELOS DA ROCHA, Matrícula 16617, CPF: 215.185.132-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2228/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RONALD VASCONCELOS DA ROCHA, Matrícula 16617, CPF: 215.185.132-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2229/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RENATO FRANCISCO PINTO REBOUÇAS, Matrícula 17874, CPF: 908.382.542-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2230/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RENATO FRANCISCO PINTO REBOUÇAS, Matrícula 17874, CPF: 908.382.542-68, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2231/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar QUIANE PRADO DA SILVA, Matrícula 17847, CPF: 666.034.712-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2232/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear QUIANE PRADO DA SILVA, Matrícula 17847, CPF: 666.034.712-72, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2233/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LAZARO VICTOR FERREIRA, Matrícula 16606, CPF: 739.144.792-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2234/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LAZARO VICTOR FERREIRA, Matrícula 16606, CPF: 739.144.792-72, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2235/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIO VIEIRA LIMA, Matrícula 17577, CPF: 180.407.723-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2236/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA MARIA NEVES DE LIMA, CPF: 163.990.724-68, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar - FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2237/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NAIRA MARIA PEREIRA, Matrícula 17370, CPF: 144.057.252-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1 integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2238/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALEXSANDRA SOARES CARDOSO, CPF 383.131.702-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar – FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2239/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALBERTO PONTES MACIEL, matrícula 16637, CPF 383.173.382-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2240/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WALLAHYLDA NASCIMENTO DE LIMA, Matrícula 17664, CPF: 984.559.662-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2241/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WALLAHYLDA NASCIMENTO DE LIMA, Matrícula 17664, CPF: 984.559.662-20, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2242/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar TUMURE MENDES SANTOS, Matrícula 18994, CPF: 072.445.904-90, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2243/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TUMURE MENDES SANTOS, Matrícula 18994, CPF: 072.445.904-90, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2244/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARCIA GABRIELA ALMEIDA OLIVEIRA, Matrícula 18118, CPF: 878.614.962-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2245/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCIA GABRIELA ALMEIDA OLIVEIRA, Matrícula 18118, CPF: 878.614.962-87, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2246/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KLEBER PEREIRA DA SILVA, Matrícula 8253, CPF: 651.664.772-00, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2247/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KLEBER PEREIRA DA SILVA, Matrícula 8253, CPF: 651.664.772-00, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2248/2017-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JUDITH DA SILVA MARQUES, Matrícula 18752, CPF: 149.932.102-30, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março

de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 2249/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JUDITH DA SILVA MARQUES, Matrícula 18752, CPF: 149.932.102-30, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 14 de março de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812



abrindo caminhos

O programa **Abrindo Caminhos** da Assembleia Legislativa de Roraima está com inscrições abertas para os cursos de:

Teatro, Balé, Música, Informática e Jiu-jitsu

Para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos

As inscrições podem ser feitas na sede do Abrindo Caminhos, no bairro Cambará, av. São Sebastião, nº 883.

Mais informações: (95) 98402-5014





Agora é Lei!


Depois de 20 anos de espera o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi sancionado. A lei 1.160 aprovada pelos deputados estaduais em 27 de dezembro de 2016 beneficia diretamente 78 servidores.

Mas, indiretamente, torna realidade o sonho de 78 famílias.

O Plano dá garantias na construção da carreira profissional dos servidores e reflete na melhoria da qualidade da prestação de serviços para a população.



Independente e mais perto de você

 [facebook/ale.roraima](https://www.facebook.com/ale.roraima)